

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais

Neoconservadorismo e a política externa dos Estados Unidos da América:
De Leo Strauss à Doutrina Bush

Luiz Felipe Pereira Doles

Orientador: Prof. Doutor José Flávio Sombra Saraiva

Maió
2012

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais

Neoconservadorismo e a política externa dos Estados Unidos da América:
De Leo Strauss à Doutrina Bush

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, elaborada por Luiz Felipe P. Doles, sob orientação do Prof. Doutor José Flávio Sombra Saraiva

Maio
2012

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva
IREL/UNB - Presidente

Prof. Dr. Francisco Doratioto
Depto. História/UNB - Membro

Prof. Dr. Antonio Carlos Lessa
IREL/UNB - Membro

Prof. Dr. Pio Penna Filho
IREL/UNB - Suplente

Doles, Luiz Felipe Pereira.

Neoconservadorismo e a política externa dos Estados Unidos da América:
De Leo Strauss à Doutrina Bush/Luiz Felipe Pereira Doles, 2012. 120 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, 2012.

1. Leo Strauss. 2. neoconservadorismo. 3. política externa norte-americana. 4.
Realismo. 5. Doutrina Bush;

Aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

A meus pais e familiares mais próximos - meus avôs, meus padrinhos - que sempre me apoiaram na empreitada acadêmica, provendo recursos materiais e emocionais;

Ao Professor José Flávio Sombra Saraiva, pela orientação - precisa e sincera - e pela confiança depositada;

Aos Professores A. C. Lessa e Pio Penna Filho, que participaram da defesa do projeto;

Aos colegas da UNESP que reencontrei na Universidade de Brasília e que cursaram o Mestrado comigo. Aos novos amigos, Lucas, Ciro, Amanda, Thaís e Mathias;

Felipe C., João Paulo R., e Mariana K, obrigado pelo último ano e por este;

Às amigas que resistiram ao tempo e à distância: Clever C., Thaís T., Leonardo O.;

Ao Professor Ricardo Ribeiro Terra. Ao agora Professor Bruno Simões, mas também amigo, por me acompanhar desde o início desta jornada, ainda em 2008;

Aos membros da banca.

RESUMO

Os ataques terroristas de 11 de setembro trouxeram à tona mais uma vez os vínculos entre o neoconservadorismo e a política externa norte-americana. A bibliografia refere-se a temas como o unilateralismo e a chamada exportação da democracia como características desse pensamento, além de afirmar que há relações entre sua suposta origem intelectual na academia norte-americana, mais precisamente Leo Strauss, e sua doutrina política recente.

Qual a influência de Strauss e suas idéias na política externa contemporânea? Com o intuito de responder essa pergunta de pesquisa, o trabalho possui três partes: na primeira discute-se as principais idéias do autor; na segunda explora-se o neoconservadorismo nas décadas de 1970 e 1980, em dois de seus principais nomes - Irving Kristol e Jeane Kirkpatrick; na última parte, realiza-se um apanhado do neoconservadorismo a partir do fim da Guerra Fria, privilegiando, aspectos como a democracia e o unilateralismo.

Essa divisão busca dar historicidade aos conceitos defendidos pela política externa norte-americana, por meio da recorrente crítica ao realismo e à ONU, além de privilegiar aspectos específicos, em que se acredita haver alguma relação entre seus *godfathers* e sua manifestação política mais recente, em detrimento de uma análise exaustiva de discursos e descrições da política externa. Espera-se, ao fim do texto, mostrar os vínculos de uma filosofia política e o exercício do poder na esfera internacional, além de corroborar a hipótese inicial de que a forte crítica intelectual promovida no âmbito do pensamento neoconservador seria o lastro de seu notável, ainda que fracassado, alcance político.

Palavras-chave: Leo Strauss, neoconservadorismo, política externa norte-americana, Realismo, Doutrina Bush.

ABSTRACT

The 9/11 terrorist attacks exposed, once again, the links between neoconservatism and American foreign policy. The literature on this specific subject lists themes such as unilateralism and the tactics of '*exporting democracy*' as main features of this school of thought. Besides, it states that there are some relations between neoconservatism's intellectual origins in American universities, notably Leo Strauss, and its recent political doctrine.

What is the influence of Leo Strauss and his ideas in contemporary foreign policy? Our strategy to answer this research question entails three main sections: a) in the first section, Strauss's ideas are discussed; b) in the second, neoconservatism in the 1970s and 1980s is examined using texts from two of the most renowned neocons of that time - Irving Kristol and Jeane Kirkpatrick; c) in the last section, a brief evaluation of neoconservatism since the Cold War is made, especially discussing subjects like democracy and unilateralism.

This division attributes historicity to the concepts advocated by US foreign policy, while focusing on specific subjects, which are believed to exemplify the relation between neoconservatism's godfathers and its recent political display, to the detriment of a more comprehensive analysis of speeches and descriptions related to foreign policy. In the end, the links between political philosophy and the exercise of power in international affairs are expected to become clearer. In addition to that, the hypothesis - that the strong intellectual critic carried out by neoconservatism is the ballast of neoconservatism's remarkable, yet failed, political outreach - is expected to be upheld.

KEYWORDS: Leo Strauss, neoconservatism, US foreign policy, Realism, Bush Doctrine

Introdução.....	10
Capítulo 1	15
1.1 Leo Strauss e o diagnóstico da modernidade	16
1.2 Strauss, straussianos e a direita americana.....	27
Capítulo 2 - O que é o neoconservadorismo?.....	39
2.1 Irving Kristol, o único neoconservador.....	40
2.2 Ronald Reagan e a herança perdida	53
Capítulo 3 - Origens e Alcance do pensamento neoconservador	64
3.1 Neoconservadores nas décadas de 1990 e 2000.....	65
3.2 O caso de Israel: subsídios empíricos	74
3.3 A questão da democracia.....	83
3.4 O ranço realista em um mundo liberal	98
Conclusão	112
Referências Bibliográficas.....	118

INTRODUÇÃO

Os ataques terroristas de 11 de setembro desencadearam uma assertiva resposta por parte do governo norte-americano com o objetivo de responsabilizar e retaliar os responsáveis pelo ataque terrorista, mas também aqueles que o patrocinaram e apoiaram. A chamada Guerra ao Terror, além de atuar nesse sentido, também buscou propagar elementos de ordem normativa na política externa, por meio de uma defesa incondicional da democracia e sua imposição por meio da força.

No caso da intervenção no Iraque, a ausência de provas de que haveria armas de destruição em massa (*WMDs*), suscitou várias suposições de que se tratou de uma intervenção baseada na idéia de uma *noble lie*, supostamente derivada do pensamento Straussiano. Entretanto, para além das polêmicas jornalísticas sobre a influência straussiana e inspiração neoconservadora nas idéias de Leo Strauss, busca-se realizar uma pesquisa direcionada a responder a seguinte pergunta: quais são as influências das origens filosóficas do neoconservadorismo na política externa norte-americana atual?

A hipótese é a de que o pensamento neoconservador tem sua longevidade e vitalidade política derivada de sua base fundacional, o pensamento descrito nos primeiros capítulos. O neoconservadorismo assume a postura pragmática frente às relações internacionais, principalmente, no que se refere a uma conduta que busca a eficiência o alcance dos interesses nacionais. Esse interesse, no entanto, não pode ser contabilizado somente pela busca do poder dentro da dimensão Estatal.

A pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, é traçada a trajetória do pensamento de Leo Strauss, esclarecendo os pontos que se considera serem essenciais nos seus supostos vínculos com a política externa norte-americana. No primeiro capítulo, descreve-se de forma sucinta a polêmica que envolve o filósofo e a política norte-americana, ressaltando sua crítica ao liberalismo moderno, sua constatação da ausência do direito natural tradicional e as relações da neutralidade da política liberal para uma teoria do conhecimento.

A descrição de Strauss sobre a sociedade liberal do século XX, utilizando a noção de crise e desintegração dos valores morais compartilhados no exercício da política, é essencial para compreender o alcance e as bases do pensamento neoconservador. Consiste, portanto, em estabelecer hipóteses sobre o alcance do pensamento straussiano a partir de pontos específicos, mas também de uma visão mais geral de sua obra, que foram "*testadas*", nos capítulos que seguem.

O segundo capítulo, duas frentes são trabalhadas a fim de responder a pergunta que guia o capítulo: o que é o neoconservadorismo? Opta-se por descrever a trajetória de Irving Kristol, tanto pessoal, quanto intelectual. Ressalta-se em seu pensamento, pontos de congruência com a herança filosófica. Sustenta-se que, ao mesmo tempo, as idéias neoconservadoras eram uma adequação da crítica originária de Strauss à sociedade norte-americana do período. Não há a pretensão de, nesta parte, esgotar a própria história do neoconservadorismo, mas sim ressaltar nas centenas de artigos que Kristol publicou durante sua vida, aqueles trechos e idéias gerais que guiariam o pensamento neoconservador.

Na segunda metade do capítulo, as idéias de Jeane Kirkpatrick, embaixadora dos Estados Unidos para ONU até 1985, são analisadas. Além do pensamento de Kirkpatrick denunciar a ausência de conteúdo moral na política externa que precedeu a década de 1980, a autora é capaz de descrever a aversão neoconservadora em relação à ONU e seus órgãos.

A escolha pela obra e o pensamento de Kirkpatrick consiste em revelar como o pensamento da autora reflete as preocupações da relativização de valores demonstrada por Strauss e Kristol, uma vez que advoga uma política externa assertiva no combate ao fantasma da isenção moral da doutrina realista. Além disso, os pronunciamentos da Secretária nos fóruns da ONU, em *think tanks* e em universidades, demonstram que algumas das estratégias consideradas exclusivas do pensamento neoconservador, mais recente, já encontravam precedentes em seus discursos.

A descrição do neoconservadorismo, em seu primeiro momento, por meio de dois de seus expoentes, preza-se pela versão oficial, da Secretária para ONU, assim como em relação a das publicações *neocons*, como a de Kristol. Espera-se que tenha havido certa variedade de fontes, evitando uma análise baseada somente no que Kristol

e outros neoconservadores advogavam. No momento descrito no segundo capítulo, busca-se conjugar a própria política posta em curso durante a Administração Reagan com uma análise de sua possibilidade de comprovar a hipótese central. Nesse sentido, faz-se mister afirmar que já naquele momento as idéias de ambos autores refletiam as críticas e preocupações de Strauss.

O terceiro e último capítulo busca, além da descrição do neoconservadorismo mais recente, realizar um balanço da relação dessas idéias, tanto com a suposta origem filosófica, quanto com o próprio pensamento de seus fundadores, como Kristol. Assim, uma pequena comparação entre as políticas advogadas na última década e o pensamento descrito no início do trabalho é essencial. Apesar de abordar o neoconservadorismo no período, a partir dos seus principais temas como a democracia e a ação unilateral, há a ambição de se realizar um debate em que todos esses temas apresentem interligação, entre si, mas também com a pergunta de pesquisa.

Além da discussão no nível da política externa e suas influências, recorre-se também a uma investigação histórica, sob a ótica do neoconservadorismo, mostrando como algumas temáticas, como o caso de Israel, são utilizados para legitimar e oferecer mais subsídios empíricos para as *policies*.

O último capítulo é encerrado com a discussão sobre Leo Strauss, Carl Schmitt e Hans Morgenthau. Retornando a discussão sobre o realismo político, espera-se demonstrar, ao final desse capítulo, como no fundo a redefinição de interesse nacional, por parte do neoconservadorismo, seria, no final da Guerra Fria, a principal estratégia política a ser adotada. Por fim, a discussão sobre essas influências filosóficas se juntam a noção de que a experiência histórica norte-americana não pode ser ignorada em no estudo sobre os Estados Unidos.

O discurso neoconservador traça uma incessante luta entre a democracia e seus 'inimigos pontenciais', apresentando uma valorização de seus pressupostos teóricos e normativos. Em outras palavras, o neoconservadorismo é hábil em conciliar a sua crítica ao liberalismo político, em uma sociedade dominada pelo próprio, com valores universais, aproximando da perspectiva que as ambições privadas atingiriam seus objetivos juntamente com uma moral inerente às práticas sociais.

Apesar de aparentemente contraditório, o liberalismo perdido dos neoconservadores é bem distinto daquele que criticam. É preciso distinguir aquilo que é o liberalismo, em seus termos de filosofia política, no caso de Strauss. O liberalismo em termos de uma cultura política - a busca dos interesses individuais a partir da dissolução do conflito político essencial. O liberalismo *liberal*, ou seja, a própria esquerda norte-americana e por fim o liberalismo fracassado de Weimar, que motivaram as leituras de Strauss, Schmitt e Morgenthau. Apesar de sucinta, essa definição sobre o que é o próprio liberalismo mostra-se importante a fim de localizar e diminuir as inconsistências que as contantes referências ao *liberal* e ao liberalismo podem gerar.

Prioriza-se os textos de neoconservadores e a obra de Strauss, que são as principais fontes do trabalho. Além disso, alguns discursos de presidentes e secretários do governo norte-americano são fontes recorrentes em nosso trabalho.

O trabalho busca dar continuidade aos estudos já existentes sobre o tema, que corretamente focalizam o tema do neoconservadorismo e a política externa norte-americana em suas principais características, como a chamada exportação da democracia. Os principais trabalhos brasileiros sobre o tema são os da Prof. Maria Helena Castro Santos, que é debatido no terceiro capítulo, além de duas dissertações de mestrado sobre o tema, de Ariel Finguerut e Carlos Teixeira. A primeira fornece a genealogia do neoconservadorismo, na sociedade americana, por meio de suas universidades e think tanks. O segundo fornece uma categorização eficiente, em quatro temas, da política externa neoconservadora, por assim dizer.

Outros trabalhos relevantes sobre o tema, dedicam-se mais especificamente ao problema de pesquisa. As autoras Ann Norton e Shadia Drury, presentes no primeiro capítulo, foram as primeiras a polemizar as relações entre o neoconservadorismo e sua origem filosófica e intelectual, ainda na década de 1990. Apesar de fornecerem um panorama sobre o tema, acabam por favorecer uma análise não muito esclarecedora para a pesquisa.

Por fim, há um considerável número de artigos publicados em periódicos internacionais sobre o tema. O neoconservadorismo, nesse material, é abordado sob diversas óticas, como da política externa, da sua herança judia, da chamada Guerra ao Terror, de sua crítica ao Realismo, de suas consequências para a ordem internacional,

etc. Dentre esses, dois autores destacam-se: Michael Williams e Jean François Drolet. Os trabalhos dos dois autores, os quais são retomados constantemente, são os que, de modo mais abrangente, analisam aspectos do neoconservadorismo e da política externa norte-americana que contabilizam a influência de autores específicos e de uma espécie de legado intelectual no projeto político neoconservador.

CAPÍTULO 1

“Leo Strauss costumava dizer que, nos tempos modernos, quanto mais cultivamos a razão, mais cultivamos o niilismo. Foucault demonstrou que não é absolutamente necessário fazer a primeira coisa a fim de alcançar a segunda. Ele foi o fundador de nosso niilismo de cátedra.” José Guilherme Merquior. *Michael Foucault e o Niilismo de Cátedra*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira 1985, p. 227

O objetivo deste primeiro capítulo, dividido em três partes, é o realizar uma introdução sobre a polêmica entre Leo Strauss e o neoconservadorismo, ressaltando tanto as idéias do autor quanto aquelas de seus principais críticos e comentadores. Na primeira parte é feita descrição e problematização de alguns pontos de seu pensamento. Espera-se que suas principais idéias - sua crítica ao liberalismo moderno, à ciência social moderna e a sua relação com o problema político-teológico - sejam colocadas na perspectiva de fornecer argumentos para a resposta da pergunta descrita anteriormente.

As duas partes restantes do capítulo são focadas em duas das principais autoras que levantaram a hipótese de um vínculo entre Leo Strauss e a política neoconservadora. Acredita-se que são fontes valiosas para situar o trabalho nas discussões já recorrentes sobre o tema, já que as posições das duas autoras, Shadia Drury e Ann Norton.

Uma análise mais abrangente da obra de Strauss e sua filosofia política são objetos de estudos já renomados, como os de Henrich Meier e das duas autores mencionadas anteriormente. Ao fim do capítulo, espera-se que a discussão sobre Leo Strauss seja adequada às ambições de uma pesquisa de mestrado, levantando aspectos que sustentariam sua vinculação com a política externa contemporânea.

1.1 Leo Strauss e o diagnóstico da modernidade

O filósofo alemão Leo Strauss imigrou para os Estados Unidos antes do início da Segunda Guerra. Entretanto, sua trajetória filosófica remonta ainda ao seu primeiro texto sobre *Conceito do Político* de Carl Schmitt e, posteriormente, suas correspondências com o espião-filósofo Alexander Kojève, durante o período em que viveu em Paris. Mesmo sua obra-magna, *Natural Right and History*, da década de 1950, pouco tinha a ver com política internacional, muito pelo contrário, denunciava fortemente a Ciência Política e seus derivados como resultado do próprio liberalismo político que, para Strauss, haveria surgido com Hobbes.

Considera-se que os vários momentos da obra e das leituras de Strauss, as quais serão detalhadas a seguir, reforçam a necessidade de uma investigação sobre sua possível influência no pensamento neoconservador. Uma considerável parte das inferências e especulações sobre a suposta relação de Strauss e o neoconservadorismo advém do fato de Irving Kristol ter, em muitas ocasiões, admitido sua simpatia pela leitura de Strauss¹.

Outra parte da discussão sobre Strauss e neoconservadorismo se deu a partir da obra de Shadia Drury, comentadora de Strauss. A autora polemiza e elenca vários pontos do diagnóstico de Strauss que encontrariam ressonância na direita americana. Enquanto ponto de partida para um estudo sobre o tema, as análises de Drury, Norton e outros parecem válidas, mas não constituem, na perspectiva do trabalho, críticas mais bem elaboradas intelectualmente².

¹ A discussão sobre Strauss e o neoconservadorismo é provavelmente a principal polêmica relacionada às origens do neoconservadorismo. Praticamente todos os trabalhos relevantes sobre o tema o abordam, ainda que sinteticamente. Sobre a relevância de Strauss, ver: J. F. Drolet, Michael Williams, Shadia Drury, Ann Norton.

² Cf. Drolet, J. *American Neoconservatism: The Politics and Culture of a Reactionary Idealism*. Draft, 2011. p. 25 “Needless to say, these allegations are at the very best intellectually lazy. From a theoretical perspective, there is indeed something attractive about the identification of one single philosophical mastermind that would have inspired the most controversial aspects of the Bush administration’s response to the attacks of 9/11. But this obscures the more mundane and more complex reality of a set of policies developed by statesmen who hardly had to read Strauss to justify deceit and mendacity in a situation of crisis.”

Qualquer análise que reitere a idéia de conspiração, associação imediata ou total inspiração dos neoconservadores em Strauss desconsidera fatores importantes como a formulação da política externa, o peso do conservadorismo político na sociedade norte-americana e as divergências entre o neoconservadorismo “oficial” e o “intelectual/acadêmico”. Sendo assim, esses autores, tidos por muitos como os principais críticos do neoconservadorismo, realizam muito mais propaganda política do que uma análise criteriosa sobre as implicações do pensamento de Strauss na visão de mundo que orientaria a política externa norte-americana³.

O último grupo, de Jean François Drolet e Michael Williams, representa uma nova abordagem sobre o tema do neoconservadorismo, em especial o primeiro autor. Sua agenda de pesquisa considera o diagnóstico e a influência de Strauss como o ponto de partida para a concepção que orienta o neoconservadorismo, “a crise de nosso tempo”. Nesse sentido, ao considerar essas três dimensões sobre o tema, quais seriam as principais idéias de Leo Strauss? A partir das leituras que são feitas dos principais textos e comentários filosóficos do autor, considera-se que os três principais pontos que merecem atenção são:

a) *A origem do liberalismo e o diagnóstico da sociedade liberal.* A partir da leitura da obra de Schmitt, Strauss considera que o liberalismo teve como “fundador” Hobbes. Resumidamente, essa idéia tem como consequência o questionamento da categoria proposta por Schmitt, bem e mal, como definidora do espectro político. Uma vez que a doutrina liberal acaba por representar a possibilidade do pluralismo, ela também seria responsável, em última medida, pelo ofuscamento da categoria política, uma vez que os opostos do espectro político teriam como objetivo primordial convencer uma maioria de que seu opositor se encontra como ameaça à existência do Estado, em Schmitt⁴. Entretanto, revelar essa ameaça se mostra impossível pelo diagnóstico,

³ Idem. “But as one commentator argued, ‘it is absolutely impossible to think of contemporary neoconservatism without references to Strauss’. And it is precisely because this issue of intellectual lineage is so important that it should not be unreflexively reduced to a momentary ‘cabal’ of well-positioned politicians willing to deceive the masses to fight an imperial war.”

⁴ C.f. SIMÕES, B. A recusa teimosa: ensaios sobre o pensamento conservador. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Filosofia. 2010. “Seja de direita, seja de esquerda, o extremismo

considerando que a esfera política se contaminaria pela esfera econômica e cultural, por exemplo. O diagnóstico de Strauss representaria um passo adiante de Schmitt, uma vez que a sociedade liberal do período já apresentaria um cenário de “relativização e compartimentagem do saber humano”, revelando o problema intrinsecamente moral que sublinha o liberalismo moderno. Segundo os partidários da leitura tradicional, da qual Strauss é crítico, o questionamento do pluralismo e suas implicações para a vida política representariam um questionamento do Estado liberal, independentemente se um é partidário ou não da profilaxia schmittiana. Ou seja, uma perspectiva conservadora, por assim dizer, ecoaria, necessariamente, um retorno ao estado de natureza (o mal);

b) *Liberalism: Ancient & Modern*. Muito é discutido sobre a relação entre o neoconservadorismo e o liberalismo, em especial seu *legado*. As intervenções em nome da democracia e sua centralidade como elemento norteador do uso da força reforçam, em boa medida, uma suposta contradição entre a herança “anti-liberal” straussiana. Entretanto, ao afirmarem explicitamente a defesa de um legado liberal, Strauss se manifesta mais uma vez como credor do neoconservadorismo. No livro homônimo, Strauss discute os dois liberalismos, expressando sua preferência por um liberalismo perdido em contraposição à democracia contemporânea. As constatações do filósofo são que a democracia está distante da definição proposta por ele, já que se trata efetivamente de uma democracia de cidadãos “que não lêem nada além do caderno de esporte e da seção de quadrinhos”⁵. A democracia não teria se tornado um governo da maioria, mas sim uma cultura de massa, em que a tendência é produzir “especialistas sem espírito ou visão e voluptuosos sem coração”⁶, cujo conhecimento foi adquirido sem nenhum esforço moral. Strauss defende a busca pelo “que realmente importa na vida política” que só poderia ser identificado por meio da filosofia política, uma vez que a sua crítica à sociedade liberal está associada à neutralidade axiológica que o estudo científico moderno se propõe.

ideológico faz uso da legalidade da doutrina liberal e, portanto, tende a obstruir o discernimento schmittiano do inimigo, isto é, aquele que põe em risco a existência do Estado soberano”. p 39.

⁵ “*Who read nothing except the sports page and the comic section.*” É uma referência muito comum na obra de Strauss utilizada para exemplificar a “bestialidade” do cidadão médio em um regime contemporâneo.

⁶ “*Specialists without spirit or vision and voluptuaries without heart*” é uma citação recorrente em Strauss. É utilizada para exemplificar o modelo de cientista que a *ciência política* requer.

c) *A questão do conhecimento na sociedade liberal.* Parece-nos que, em última instância, a Ciência Política seria tanto a demonstração máxima do ideário liberal. Ao mesmo tempo, o conhecimento e método “científico weberiano” atuam como a sua principal ferramenta para a manutenção de uma agenda “neutra”, ou “plural”, no campo da política. O ofuscamento das questões relevantes, que para Schmitt estava direcionado à contaminação da esfera política pelas demais, em Strauss resulta da escolha intencional de considerar válidas todas demandas assim como qualquer conclusão, desde que seguido o cânone científico, resumido na distinção entre fatos e valores, a despeito das implicações morais que se apresentariam à vida política.

As origens do liberalismo para Leo Strauss são controversas se comparadas à tradição da filosofia política na qual o Liberalismo aparece como subsídio para o Contratualismo de Locke, Rousseau e a divisão de poderes de Montesquieu. Ao definir o Liberalismo moderno, a escolha de Strauss por Hobbes como ponto inicial de sua genealogia parece fazer mais sentido.

Em “Natural Right and History”, Strauss defende que Hobbes substituiu a vocação idealista da filosofia política por uma hedonista. Se para a filosofia anterior a Hobbes o homem era um animal social e político, a definição instituída por ele acabaria por inverter a noção sobre o homem, refém de suas vontades em sua luta pela existência. Para Strauss, trata-se de uma visão apolítica com um propósito político claro, qual seja, o de um chamado hedonismo político. (STRAUSS, 1992, p.169)

A definição de hedonismo político consistiria na inversão da concepção de direito natural, em que os direitos são contrapartidas dos deveres do ser humano, dentro de uma concepção político-teológica, como sustenta Strauss. O advento do liberalismo inverteria essa noção, ou seja, a função do Estado seria garantir a manutenção desse novo direito ‘natural’ em que a garantia de direitos antecede os deveres do indivíduo, uma concepção anti-teológica.⁷

⁷ *This antitheological implication of the state of nature can only with difficulty be separated from its intra-philosophic meaning, which is to make intelligible the primacy of rights as distinguished from duties: the state of nature is originally characterized by the fact in it there are perfect rights but no perfect duties* (STRAUSS, 1992, P. 184)

Pode-se afirmar, no entanto, que o direito de auto-preservação não implicaria necessariamente na noção de um hedonismo político ou mesmo na concepção do Estado liberal. Esse tema parece ser muito arduo e fora do foco do trabalho, sendo necessário apenas delimitar a distinção de Strauss que nos ajudará a estabelecer uma possível influência de seu pensamento no neoconservadorismo. Crítico do mecanismo de Hobbes, noção da qual deriva o direito de auto-preservação, e de sua solução para o estado de natureza, o *Leviatã*, Strauss descreve a concepção do liberalismo ‘moderno’, da qual é crítico:

If we may call liberalism that political doctrine which regards as the fundamental political fact the rights, as distinguished from the duties, of man and which identifies the function of the state with the protection or the safeguarding of those rights, we must say that the founder of liberalism was Hobbes. (idem, p.182)

Dada essa definição, há dois temas principais decorrentes dessa posição em relação ao liberalismo, para Strauss. O primeiro tema, descrito brevemente até aqui, é o da própria definição e características desse Liberalismo, resultando em diferentes papéis para o Estado. O segundo em suas implicações no que se refere à sociedade, mais precisamente os efeitos dessa concepção sobre as relações humanas.

Apesar de propor, inicialmente, uma divisão entre as concepções liberais de Hobbes e Locke, para Strauss, são duas versões do direito natural moderno que expressariam concepções filosóficas próximas. Enquanto a solução, em Hobbes, para o dilema da auto-preservação é o ‘Governo Absoluto’, em Locke, a idéia de um ‘governo limitado’ surge como garantidora do direito fundamental, o da preservação. Ainda que as diferenças entre o pensamento dos autores, marcadamente quanto à concepção do mecanicismo no que se refere à conduta humana, sejam marcantes, Strauss é capaz de estabelecer pontos de encontro entre as diferentes orientações, uma vez que tanto a teoria do *Leviatã* quanto a defesa inequívoca da propriedade privada representariam, dentro do panorama da filosofia política moderna, uma concepção de direito natural invertida, como já foi definido anteriormente. (idem, p. 230)

Strauss estabelece essa relação a partir do seguinte ponto: a defesa da propriedade como fundamento para a auto-preservação e a felicidade do indivíduo. (idem, p.234) Essa defesa também garantiria a manutenção do bem público, do mesmo modo que em Hobbes. Colocando o direito de propriedade como antecessor à própria

existência do homem em sociedade, essa perde sua relevância enquanto esfera pública haja em vista que se trata apenas de um mecanismo pelo qual o direito fundamental é garantido.

O argumento de que a razão pública estaria manifestada na própria defesa da propriedade e da cultura capitalista, para Strauss, seria uma manifestação da filosofia política de Locke. No capítulo ‘*An Epilogue*’ de ‘*Liberalism Ancient and Modern*’, Strauss identifica essa transposição da razão individual para uma razão coletiva como característica do direito natural moderno.

But Hobbes still saw that this premise entails the war of everybody against everybody and hence drew the conclusion that everyone must cease to be the sole judge of what is to his interest if there is to be human life; the individual's reason must give away to the public reason. (STRAUSS, 1995, P.220)

Como descreve-se acima, a doutrina do direito natural baseada na propriedade acaba por deslocar ainda mais as formas de organização social para um afastamento de deveres inerentes à existência humana, compatível com a doutrina político-teológica, em direção a um sistema de direitos que antecederiam a existência da própria esfera civil, como no caso da anterioridade da propriedade em relação à sociedade civil.

Locke's doctrine of prosperity is a still more 'advanced' expression of this radical change than was the political philosophy of Hobbes. According to Locke, man and not nature, the work of man and not the gift of nature, is the origin of almost everything valuable: man owes almost everything valuable to his own efforts. (STRAUSS, 1992, P. 248)

A distinção que Strauss faz entre as formas de liberalismo, relacionadas à concepção vigente de direito natural, é apenas um dos pontos que se considera pertinentes para esclarecer a influência do pensamento straussiano. O segundo ponto, descrito no item c da introdução, aparece recorrentemente na obra de Strauss e já foi objetivo de alguns estudos⁸. Sua crítica da ciência política e o papel que o conhecimento desempenha na sociedade atual são pontos importantes para compreender o alcance do pensamento de Strauss e da crítica que neoconservadores realizam há mais de três décadas, tanto no âmbito da política interna quanto externa.

⁸ Cf. BENEGAR, N. Leo Strauss, Max Weber, and the Scientific Study of Politics. University of Chicago Press, 2005.

Dentro da perspectiva epistemológica, o ponto de partida correto para a transição do argumento em relação à relevância da concepção de conhecimento e ciência e sua posterior crítica ao positivismo e *weberização* da atividade de análise política, não poderia deixar de partir de Hobbes. A filosofia política de Hobbes seria originária não somente de um novo pensamento político, foi capaz de incorporar-se à concepção mecanicista, e acabaria por influenciar o desenvolvimento de tradições inteiras de pensamento. Tal análise de Strauss culmina em sua crítica à neutralidade axiológica⁹ do estudo político. Por questões inerentes ao próprio período de produção intelectual e as características de sua investigação filosófica, Strauss não disserta sobre as vertentes mais contemporâneas, que no debate corrente em ciências sociais, são agrupadas dentro do pós-positivismo.

A epígrafe não é despropositada. José Guilherme Mérquior sintetizou bem algumas das críticas e concepções conservadoras sobre os movimentos pós-estruturalista, distantes do positivismo e da concepção weberiana, que seriam tão cruéis e eficazes em seu ímpeto relativista, que o estágio de relativismo e indiferença do conceito da indissociabilidade entre fatos e valores que Strauss repudia em Weber, seria apenas um aperitivo se comparado ao alcance das idéias de Michael Foucault e outros.

Para Strauss, a ciência política de Hobbes não pode ser dissociada de sua ciência natural, ou seja, sua concepção sobre a ordem natural. Afirmar que a política de Hobbes é apenas uma projeção ou postulado de sua razão política é um erro, segundo Strauss. Ainda que provido de suas experiências humanas, a política em Hobbes se dá, a cabo, pela sua concepção anti-teológica. (STRAUSS, 1988, pp.180-183)

A racionalidade hobbesiana seria incapaz de atribuir validade à concepção de justiça teológica, pela suposta impossibilidade da verificação racional da Revelação, restando ao direito natural, a visão sobre uma justiça individualista. Para Strauss, o homem em seu estado natural recorre às noções sagradas para sua conduta terrena tanto em um cenário hipotético quanto nas relações entre política e religião, desde o início da história escrita. Ora, trata-se da questão fundamental do pensamento straussiano, a questão político-teológica. A separação que Hobbes propõe é a questão chave para

⁹ Tradução de 'value free social science'.

compreender o alcance das críticas neoconservadoras, e conservadoras em geral, no texto. Se a noção de justiça no estado de natureza estaria desprovida da noção teológica da justiça divina, por Hobbes considerar que além da impossibilidade objetiva em relação à Revelação, a “autoridade da Bíblia é derivada exclusivamente do fato de que a Bíblia se tornou a lei pela soberania civil” (idem, p. 185); por que as concepções sobre a política internacional ou relações internacionais deveriam conter, necessariamente, um componente moral? Mesmo a noção básica de justiça, na concepção do liberalismo moderno, estaria baseada no direito do estado natural, em que o instinto de sobrevivência ou de propriedade se sobrepõe e legitima as demandas individuais em detrimento do senso comum.

Strauss apresenta dois argumentos finais. O primeiro de que a revelação está, por definição, acima da razão. O segundo é o de que a tentativa de Hobbes de invalidar a concepção de justiça anterior à coletividade, é a prova cabal de que sua ciência política não pode ser separada de sua concepção de “ciência natural”.

Algumas das inferências buscaram mostrar a importância de se voltar à própria filosofia de Hobbes para identificar o polêmico surgimento do liberalismo, hipótese levantada por Strauss. Independente de controvérsias, o salto da filosofia política de Hobbes para a crítica do relativismo moral que permeia a sociedade não é imediato. Busca-se mostrar como a concepção do liberalismo moderno atrela-se à própria questão do conhecimento e da ação política “restauradora”, para utilizar o jargão de alguns críticos dos neoconservadores. O trecho que segue resume bem as idéias que são delineadas até aqui:

To the extent to which Hobbes attempts to replace that “common sense” understanding by a scientific understanding of man, he endangers his political science as a normative science and prepares the “value free” political science of our time. (idem, P.181)

O capítulo de Natural Right and History intitulado “Distinction between facts and values” é a síntese do pensamento straussiano em relação ao alcance do liberalismo em relação ao conhecimento. Strauss identifica como já mencionado anteriormente em Weber a principal representação da ciência política moderna, baseado em seu modelo de “especialistas sem coração”. A ciência política moderna que busca apreender a realidade

além da mera descrição dos fatos, não seria capaz de solucionar os conflitos de ordem valorativa que o estudo social nos impõe.

O objetivo fundamental da ciência social moderna é descrever fatos, mas não realizar juízo em relação a eles. Weber parte do princípio de que a razão não é capaz de solucionar o conflito entre valores morais. Trata-se do mesmo fundamento utilizado por Hobbes para sua formulação do direito natural moderno. Essa questão, mais do que uma coincidência, reforça o argumento de que a análise do pensamento straussiano, dentro dos propósitos da pesquisa, deve buscar pontos em que a crítica straussiana será retomada por neoconservadores. Dentre os diversos autores, em sua maioria críticos ferrenhos do neoconservadorismo, que denunciam fortemente o vínculo entre a análise de Strauss sobre o conhecimento na sociedade moderna, a crise denunciada da sociedade liberal e o diagnóstico que serviu de base para a atuação neocon, esse vínculo é recorrente. O método que se busca adotar é primordial, uma vez que se recorre ao próprio Strauss para dirimir as polêmicas que cercam o tema.

Apesar da amplitude de leituras que Strauss fez durante toda sua vida, desde as obras da antiguidade até Weber, com a breve seleção de obras, e capítulos específicos de Strauss, busca-se uma coletânea adequada a uma investigação da área das relações internacionais. Não se trata de negar que o pensamento straussiano, desde o debate solitário com Schmitt até sua obra magna, não possuam outras nuances. Afirmar que haveria indícios de um *continuum* em sua obra e que a crítica descrita daqui em diante seria uma espécie de síntese de seu pensamento, seria pretensioso. São pontos que serão retomados por outros autores e que, nos capítulos seguintes, mostrar-se-ão valiosos ao propósito da pesquisa.

Strauss afirma:

Weber contended that his notion of a 'value-free' or ethically neutral social science fully justified by what he regarded as the most fundamental of all oppositions, namely, the opposition of the Is and the Ought, or the opposition of reality and norm or value. (STRAUSS, 1992, P.41)

Strauss consegue traduzir a mentalidade moderna em relação ao conhecimento. Ainda que as teorias de justiça distributivas e outras, das quais serviram em grande escala para o aumento do sistema de bem estar social na Europa e até nos Estados Unidos, tenham ganhado espaço e são mais respeitadas nos círculos acadêmicos de alto

nível, essas teorias submetem-se a um escrutínio de ordem moral bem clara, ora dos tributários da ciência política dura, ou dos defensores de uma relativa militância acadêmica. A aprovação tácita por meio de um padrão moral disseminado parece operar em uma única direção, muitas vezes ao encontro do que é considerado politicamente correto.

Para Strauss, a oposição entre a empiria e o normativo não implica necessariamente numa impossibilidade de uma ciência social valorativa (nossa tradução para *evaluating*). A confusão se dá pela confusão entre o padrão moral e o fim do exercício do conhecimento.

Alguns críticos de Strauss, como Shadia Drury, acusam-no de certo niilismo. Talvez Strauss não visse muita saída para o dilema moderno, mas o fato é que seus supostos discípulos também falharam de forma monumental, caso entenda-se os eventos que sucederam 2001 como a consecução de um esperado plano em direção à restauração da unidade e grandeza moral da sociedade norte-americana. Strauss afirmava categoricamente que o liberalismo moderno gerava certo niilismo, mas também dizia com todas as palavras que o liberalismo não implicava necessariamente no niilismo. Trata-se de uma escolha objetiva, a qual os cientistas apreciariam: “Weber had to choose between blindness to the phenomena and value judgements. In his capacity as a practicing social scientist, He chose wisely.” (idem, p.52)

O fenômeno a que se refere Strauss é o de que sua análise sobre a ética da intenção e a ética da responsabilidade em relação ao protestantismo, não estaria desprovida de valor. Quando Weber afirma que certo desvio dos padrões calvinista, possibilitou o acúmulo do capital transmutar-se num imperativo social, ele, obviamente está fazendo um juízo. Cientistas sociais tentarão contornar sua crítica, afirmando serem defeitos metodológicos, variáveis de controle e vieses. A questão que se coloca é de que, mesmo Weber, fez os juízos que repudiava. Se se pudesse resumir as objeções de Strauss ao método weberiano, seguir-se-ia a hipótese de que o verdadeiro entendimento da realidade social não pode ser alcançado se baseado na distinção entre fatos e valores.

Many social scientists of our time seem to regard nihilism as a minor inconvenience which wise men would bear with equanimity, since it is the price one has to pay for obtaining that highest good, a truly scientific social science. They seem to be satisfied with any scientific findings, although they

cannot be more than “barren truths which generate no conclusion,” the conclusions being generated by purely subjective value judgments or arbitrary preferences. We have to consider, therefore, whether social science as purely theoretical pursuit, but still as a pursuit leading to the understanding of social phenomena, is possible on the basis of the distinction between facts and values. (idem, p. 49)

Strauss novamente ataca os pressupostos de Weber, e questiona se a insolubilidade do conflito moral pela razão existe. Em sua tentativa de falsear o pensamento weberiano, Strauss acaba por fornecer vários elementos que sugerem que a elaboração de Weber, primeiramente em seus tipos ideais que refletiriam um cenário europeu do fim do século XIX, e depois na distinção proposta, estaria inundada de escolhas de ordem moral.

At any rate, Weber’s whole notion of the scope and function of the social sciences rests on the allegedly demonstrable premise that the conflict between ultimate values cannot be resolved by human reason. The question is whether that premise has really been demonstrated, or whether it has merely been postulated under the impulse of a specific moral preference. (idem, P. 64)

Strauss seleciona diversos trechos de Weber que caracterizam sua orientação moral em direção a uma natureza conflituosa da humanidade. A idéia de que a política está sempre em conflito com a “culpa moral”, coloca Weber como tributário de uma “política de poder”. Para Weber, não existe hierarquia de valores, e o conflito permanente entre eles, caracteriza uma situação favorável às análises extremadas em detrimento da causa moderada, típica do estadista. (STRAUSS, 1992, P. 67)

Ao cabo, a perspectiva da ciência política considera legítimas quaisquer posturas, ou pelo menos, “defensáveis”. Não é de se estranhar que, nesse cenário, aquele que considere que há idéias repudiáveis, especialmente no plano da atividade acadêmica-intelectual, não pode fazer parte do clube da ciência. Para Strauss,

“If, as Weber contends, no solution is morally superior to the other, the reasonable consequence would be that the decision has to be transferred from the tribunal of ethics to that of the convenience of expediency.” (idem, p.69)

Concluindo, busca-se descrever alguns pontos importantes que se julga serem essenciais para identificar a possível influência de Strauss no neoconservadorismo. A questão do direito natural, do papel do conhecimento e do liberalismo são temas recorrentes no pensamento neoconservador. Na próxima seção, relatar-se-ão algumas das críticas acerca do pensamento straussiano, apresentando o estado da arte sobre esse

debate. Espera-se com isso poder estruturar a base do argumento, de que o neoconservadorismo é tributário das idéias expostas até aqui e que a longevidade e alcance do projeto neoconservador, em alguma medida, encontra-se vinculado a essa herança.

1.2 Strauss, straussianos e a direita americana

O item tem como principal objetivo explicar e diferenciar os termos que serão utilizados ao longo do texto. Além, pretende-se explorar a diferença entre a herança liberal, o liberalismo de Strauss e o liberalismo, de fato. Nesse cenário, busca-se também diferenciar neoconservadores de straussianos, já que a influência de Strauss não caracteriza todos neoconservadores como partidários de sua filosofia política¹⁰. O tumultuado e confuso cenário ideológico que existe no Brasil torna ainda mais necessária essa distinção entre os termos correntes no debate norte-americano e os comumente utilizados nos trabalhos brasileiros. Por exemplo, cada vez mais analistas e trabalhos apontam a semelhança entre “liberais” e “neoconservadores” devido ao comum apoio à questão da intervenção na Líbia ou na centralidade da democracia enquanto agenda de política externa. Entretanto, o termo “liberal” nos Estados Unidos refere-se na verdade à esquerda, predominantemente acadêmica, e a alas mais “progressistas” do partido democrata, para utilizar o jargão corrente, como Nancy Pelosi, Barack Obama e afins.

Apesar dessa aproximação, parece-nos perigoso caracterizar o neoconservadorismo como um ultra-liberalismo, liberalismo beligerante ou outras denominações semelhantes. Ainda que invoque a herança wilsonianista sob um viés *hard*, do uso da força, o neoconservadorismo apresenta diferenças marcantes com o

¹⁰ Cf. Drolet, J. American Neoconservatism: The Politics and Culture of a Reactionary Idealism . Draft, 2010. p. 25 “That is not to say that all neoconservatives are Straussians or that all Straussians are neoconservatives.”

institucionalismo, sendo, na verdade, anti-institucional. Tal confusão, segundo a percepção, tem origem na confusão entre o wilsonismo e o institucionalismo, devido ao papel da Liga das Nações. Para nós, o wilsonismo representa a visão de mundo contrária ao isolacionismo, sem, entretanto, advogar, necessariamente, uma perspectiva institucional no plano das relações internacionais.

Então, espera-se propor definições e desvendar algumas encruzilhadas conceituais em relação ao cenário político norte-americano. Isso permitirá, em última escala, uma diferenciação entre o neoconservadorismo e o conservadorismo tradicional.

Leo Strauss and the American Right, de Shadia Drury, foi publicado em 1999. A autora canadense fez sua carreira como comentadora de Leo Strauss. Sua polêmica crítica e vinculação entre a direita e Leo Strauss surgiu antes mesmo dos ataques terroristas de 2001. Neoconservadores ocuparam cargos na administração Reagan, acadêmicos importantes como Allan Bloom marcaram o pensamento relacionado ao de Strauss na década de 1980. A crítica de Drury sustenta a idéia de que neoconservadores estiveram ativos mesmo fora do poder, ainda que Irving Kristol tenha, outrora, e de forma esdrúxula, escrito uma espécie de obituário do pensamento neoconservador (Irving Kristol será retomado no próximo capítulo). A seguir, algumas das idéias de Drury úteis aos propósitos de pesquisa serão analisadas.

Logo no início do seu texto, Drury relativiza a importância do problema político teológico que Strauss apresenta, utilizando para isso a herança judia de Strauss. A autora afirma que as várias religiões, em sua maioria cristãs, vale lembrar, tornariam impossível a coesão que a religião traria para a sociedade. Ainda que verdadeira, essa constatação não faz jus ao pensamento straussiano. O problema da questão teológica não se restringe apenas a esse ponto, como demonstra-se, para Strauss, esse rompimento acabou por modificar a noção do direito natural e moldar o liberalismo moderno. (DRURY 1999, p. 13)

Drury, que é uma *liberal*, fornece algumas categorizações úteis para o entendimento do quadro político norte-americano.

What sets liberals apart from conservatives is not that they are not elitists, but that they believe that opportunities should be open to talents, and as a result, they are committed to equality of opportunity. In contrast, conservatives

believe that equality of opportunity is unattainable, and that we should make our peace with the fact of inequality. By the same token, traditional conservatives believe that those who have been blessed with opportunities for education and self-cultivation through the accident of birth and wealth owe a debt to the society that has provided them with those privileges. (DRURY, 1999. P. 17)

Para Drury, o pensamento de direita nos Estados Unidos seria refém da sociedade liberal. Apoiando-se na concepção de amigo e inimigo, a direita americana reforçaria o sentido de crise que Strauss delimitou mesmo antes do fim da União Soviética. Muitos dos argumentos que Drury apresenta são intrigantes, apesar de alguns serem desprovidos de rigor e de fontes. Como no que se segue:

Strauss thinks that a political order can be stable only if it is united by an external threat; and following Machiavelli, He maintains that if no external threat exists, the one has to be manufactured. (idem, p.24)

Ora, isso não é privilégio de algum espectro político, mas apenas daqueles que estão nos extremos. É verdade que a ameaça terrorista foi habilmente utilizada como uma espécie de fator de coesão que acabou por gerar vários efeitos colaterais tanto na política interna quanto externa. A política levada ao cabo por neoconservadores trouxe vários elementos interessantes à reflexão sobre a política internacional, assim como sobre o processo de formulação de política externa, mas acabou, no longo prazo, influenciando negativamente para a manutenção da hegemonia americana. Esses dois pontos serão retomados mais adiante.

Continuando suas classificações Drury separa libertários de neoconservadores. Considera-se muito feliz a distinção proposta pela autora:

The new right is a term that refers to both libertarians and neoconservatives. But there is a very important difference between these two advocates of economic liberalism: libertarians are consistent liberals, whereas neoconservatives are not. Libertarians are consistent liberals because they are advocates of a minimal state, not only where the economy is concerned, but where social life is concerned. In other words, they mean to keep government out of our pockets as well as out of our bedrooms. In some cases they verge on anarchism. In contrast, neoconservatism combines capitalist economics with conservative social policies. It aims to keep the government out of the economy, but not out of the bedrooms, the schools, the arts, publishing, and broadcasting. Neoconservative is the real challenge to the reigning liberal ethos. It is the dominant form that the new right assumes in America, and it is the most powerful ideological force within the Republican party. (idem, p.27)

Os anos acabaram por comprovar que Drury estava certa, o combate ao terrorismo acabou reduzindo algumas liberdades individuais e aumento os gastos e o

papel do estado na economia e sociedade. Desde Bush, o papel do Estado tem sido retomado nos Estados Unidos e a crise de regulação financeira que acabou por legitimar, pelo menos momentaneamente, políticas de maior intervenção do Estado na sociedade. Hoje, a situação é bem distinta.

Drury realiza uma genealogia do pensamento Straussiano, denunciando onde suas idéias teriam tido influência e quais pensadores e figuras públicas estariam relacionadas com o movimento. O capítulo “Neoconservatism” é um resumo, não muito apurado, do alcance das idéias de Strauss. De todo modo, trata-se de um registro valioso para a abordagem do problema de pesquisa.

Para Drury, os neoconservadores representam a opção a um conservadorismo caduco e aristocrático relacionado ao passado sulista norte-americano. Para a autora, “The classic conservative ideal did not fir the American experience because the new world had no feudal aristocracy whose passing it could lament. In American such conservatism was rootless, except as a fiction and an “illusion”. (DRURY, 1999, p. 139).

Trata-se de uma das afirmações mais errôneas de sua obra. Independente da posição política, é necessário ter em mente que a revolução americana, em sua gênese, carregava aspectos importantes relacionados a cosmo visão conservadora. A independência americana preconizou conceitos diferentes das revoluções das que a sucederam, como a Revolução Francesa e Russa. Além de prezar pelo modelo federalista, exclusivo das democracias (a Federação Russa é uma exceção), a principal preocupação estava relacionada à limitação do poder central e à manutenção dos direitos herdados da lei inglesa. O argumento da autora não sobreviveria a um escrutínio.

Ao abordar o aspecto da economia no pensamento neoconservador, apesar de não citar fontes precisas, Drury aponta corretamente a inclinação a um capitalismo corporativo dentro da perspectiva neoconservadora. Apesar de em um primeiro momento essa idéia não dizer muito sobre o neoconservadorismo em si, a autora consegue inferir que se trata de uma perspectiva hierárquica sobre a economia, e não de uma valorização do capitalismo protestante tradicional.

“Kristol laments that the bougeois ethos is in crisis because the connection between the bougeoisvirtues and worldly success has been severed by a

secular set of ideas that has replaced the Puritan and religious ones.”
(DRURY, 1999, p. 141)

A concepção de Kristol sobre economia, segundo Drury, busca reviver o espírito do grande capitalismo, em que os ganhos da sociedade são ilimitados com a produção, com uma doutrina de proteção social moderada, em que são mantidos os incentivos ao trabalho e à parcimônia. A autora sustenta, corretamente, que a visão neoconservadora sobre a economia busca resgatar um ‘ethos burgues’ e defender uma política de menor interferência do Estado na economia, sem, necessariamente, estabelecer o vínculo entre o indivíduo e essa atividade. Trata-se de um ponto que separa os “teóricos” neoconservadores, por assim dizer, dos liberais tradicionais como Hayek e Friedman.

Quando das primeiras publicações de Kristol, o neoconservadorismo figurava como uma resposta à contracultura da década de 1960 e a situação das universidades norte-americanas. O pensamento de Kristol, que fez parte da militância Trotskista, teria herdado o pensamento dual do marxismo. Drury afirma isso, e, em uma avaliação, o faz corretamente. O alcance e influência do pensamento de esquerda nas idéias vindouras de Kristol é um tema ainda sombrio, o qual merece alguma reflexão no próximo capítulo. Para Drury,

“Irving Kristol is a profoundly dualistic thinker. This is probably a legacy from his youth when He was an ardent Marxist and Trotskyist. These early political convictions got him in the habit of thinking about life and history in terms of a cosmic struggle.” (DRURY, 1999, p. 144)

Drury afirma que a visão dual de Kristol conseguiria opor a ortodoxia, baseada na defesa dos direitos da família, do direito e da religião, e a contracultura. A contracultura possuía condições de rivalizar os próprios princípios da ortodoxia, ou do conservadorismo, principalmente pelo seu alcance nas universidades e sua cultura hedonista. Trata-se de um ponto em que Kristol é influenciado por Strauss. Como descreve-se anteriormente, a condição do hedonismo político é a própria característica do liberalismo moderno para Strauss. A contracultura seria, então, uma manifestação desse liberalismo.

By the same token, Kristol is certain that the demands for greater equality in our time have absolutely nothing to do with the inequalities of capitalist bourgeois civilization. On the contrary, he believes that the more egalitarian a civilization becomes, the more enraged are its critics. He insists that ‘there are no reforms that are going to placate the egalitarian impulse’. He considers

the real problem of bourgeois society to be nihilism, not inequality.
(DRURY, 1999. P. 146)

A autora estabelece mais pontos de encontro entre o pensamento de Kristol e Strauss. Trata-se da questão religiosa. Ainda que existam outras religiões nos Estados Unidos, é inegável que a tradição cristã é a predominante, tendo se aliado recorrentemente com a direita, desde a New Right. Drury acaba por exagerar no impacto dessas alianças, colocando a posição de Kristol como a de um inquisidor. O fato é que, tanto em Strauss quando em Kristol, a crença de que “reason is impotent in lending support to morality, and this is the root of the “crisis” of modern society.”(DRURY, 1999. p.148)

Examinar-se-a outra obra que faz uma análise da relação de Strauss e neoconservadores, de autoria de Anne Norton. Não está esgotado o argumento de Drury, mas será retomado para fazer um contraponto à visão de Norton. O mapeamento de Drury fornece algumas indicações das leituras e autores neoconservadores que reverberariam o straussianismo, essa será nossa ligação entre esse capítulo e os vindouros, nos quais o pensamento neocon desde Irving Kristol será examinado, chegando a Jeane Kirkpatrick, no período de Reagan, para finalmente chegar-se à década passada.

O livro *Leo Strauss and the Politics of American Empire* de Anne Norton advoga uma relação quase intrínseca entre o pensamento de Strauss e a política externa do Governo Bush. Poderia dizer que Norton tem de fato uma formação straussiana por haver estudado com John Cropsey, Ralph Lerner e frequentado as aulas de Allan Bloom, como ela mesma afirma no prefácio de seu livro. Entretanto, as profundas críticas que desenvolve contra os straussianos colocam-na no lado oposto – “vítima de uma história oral” do legado de Strauss, Norton nos parece uma militante disposta a desmascarar, a todo custo, as relações perniciosas entre os straussianos e o governo norte-americano. (NORTON, 2004, ix)

Norton parece-nos advertir corretamente sobre a designação *straussiano*, ao considerar que não se trata necessariamente de alunos diretos de Strauss, mas de indivíduos que deliberadamente reivindicam esse *título*. Ainda que essa genealogia possa dividi-los em *East Coast* e *West Coast straussians*, o centro das atenções, para

Norton, deve ser o Leste, assim como a Universidade de Chicago. Para demonstrar as relações entre o pensamento straussiano e a política, Norton se utiliza, curiosamente, o verbo ensinar (*teach*). A relação pedagógica é considerada mais próxima e pessoal do que se pode imaginar, de modo a se suspeitar se, de fato, a escolha por uma abordagem que entende a relação entre aluno e professor, como aquela entre mestre e discípulo, não passa de uma conveniência. Harvey Mansfield e Francis Fukuyama, Cropsey e Wolfowitz, seriam mestres e discípulos, respectivamente. Sem dúvida, essa escolha indica que há sempre algo a se *passar para frente*. (NORTON, 2004, p.8)

Quanto aos *West Coast straussians*, convém ressaltar a influência de Harry Jaffa que, embora tenha um grande papel no debate sobre os discípulos diretos de Strauss, não há ainda condições de analisar mais detalhadamente. Trata-se em geral de straussianos mais combatentes e ideológicos, mesmo entre os próprios conservadores. Acreditam piamente que a salvação para o Ocidente deve vir dos Estados Unidos, e que são os próprios conservadores que devem guiar esse processo. Outra escola que Norton analisa é a de Albert Wohlstetter, colega de Strauss, cuja principal contribuição está vinculada às Relações Internacionais ou, mais especificamente, à questão da proliferação nuclear, tendo atuado na RAND Corporation¹¹ e também como consultor em matérias de defesa. Norton afirma que, durante a Guerra do Vietnam, Strauss teria se aproximado de Wohlstetter, Nathan Leites e Paul Wolfowitz, e que haveriam encontrado consenso em temas de soberania e poder, dois conceitos fundamentais das relações internacionais. (idem, p.9)

Straussianos entendem as universidades onde lecionam como escolas straussianas. Assim, conservadores que estudaram em Harvard ou em Chicago, e que conseguiram importantes cargos na administração Bush, seriam, em algum grau, straussianos. Em diversas páginas da obra, Norton narra a relação entre alunos e os professores da Universidade de Chicago, alunos que desejavam se tornar discípulos; na verdade, assistir uma aula era mais do que isso; o texto “em si” era a autoridade final nas aulas de Chicago. (ibidem, p.29) Sem dúvida, o tom de Norton é sombrio e por

¹¹ Rand Corporation é um think tank conhecido pelos fortes vínculos com o Estado norte-americano. Desenvolveu, ao longo da Guerra Fria, estudos sobre a aplicabilidade da teoria dos Jogos na questão nuclear.

demais conspiratório, mas, indubitavelmente, um relato válido sobre o neoconservadorismo.

Considera-se que essa pequena digressão feita sobre um suposto modo pelo qual os straussianos e neoconservadores conseguiram perpetuar a influência intelectual de Strauss na política e academia norte-americana pode nos esclarecer, em parte, os vínculos entre a filosofia e a política externa. Norton, durante a obra, busca relações mais diretas, analisando a obra de Strauss e de seus *seguidores* para defender esse vínculo. Sem dúvida, para aqueles interessados na obra de Strauss, os seus comentários sobre *Notas do Conceito do Político de Carl Schmitt* merecem especial atenção que, infelizmente, não será dada, neste trabalho, à leitura dos comentários que Strauss faz em 1932. As análises serão embasadas nos comentários de Norton e de outros comentadores que identificam uma possível origem da tentativa de moralização da política.

Para Strauss, a modernidade consagrou o divórcio entre a Moral e a Política, movimento esse iniciado por Maquiavel. E Strauss encontrou no pensamento de seu professor, Carl Schmitt, uma possibilidade para considerar politicamente aquilo que se atribuía a outras esferas da sociedade. Assim, a principal característica da política em Schmitt seria a distinção entre amigo e inimigo, e não somente entre bem e mal (na moral), belo e feio (na estética) e perda e ganho (na economia). Somente a dicotomia amigo-inimigo seria capaz de desvelar aquilo que é fundamentalmente Político. Norton vai mais longe, e afirma que os alunos de Strauss estavam prontos para lidar politicamente com tudo, inclusive invadindo aulas de professores de diversas inclinações políticas e teóricas, exigindo uma postura política de todos eles na Universidade. Parece-nos que as leituras de Strauss e sua atividade acadêmica consagraram uma posição política, antes de uma doutrina; de fato, se existe uma influência explícita, ela estaria distante de uma doutrina de política externa, por exemplo (ibidem, p. 45-47).

Para Norton, o esforço dos Straussianos consegue localizar justificativas para *suas guerras* na filosofia. As teorias das guerras-justas não permitem ataques preventivos, assim como o ataque preventivo, dentro da perspectiva moderna, requer justificativa. Assim, as tentativas de denúncia da presença das armas de destruição em

massa promovidas pelo governo Bush seriam, para a autora, a exemplificação do entendimento neoconservador sobre a filosofia política. Mesmo para Schmitt, a guerra deve apresentar uma “ameaça mortal”; e o terrorismo deve ser entendido como essa ameaça. Não surpreende que algumas das vozes discutidas no capítulo anterior busquem evocar uma “ameaça existencial” ou “uma situação sem precedentes” no que se refere ao terrorismo. As inspirações de Schmitt e Strauss nesses discursos parecem bastante significativas. (ibidem, p.144)

Outra relação que Norton descreve é a do debate entre Strauss e Alexandre Kojève. *On Tyranny* é a obra de Strauss dedicada ao diálogo que Xenofontes cria entre o tirano Hierão e o poeta Simônides. Norton afirma que os debates sobre a tirania levaram ao receio de um “Estado universal e homogêneo”. As instituições multilaterais globalizantes seriam, nesse sentido, a ameaça de um totalitarismo imperial: uma nova sociedade internacional ligaria as diversas localidades à nova forma de luta (*warfare*), que a autora associa com o terrorismo e a guerrilha. Sem nos fornecer muitos argumentos textuais, a inferência que Norton promove é questionável e nos leva a pensar se alguns dos vínculos que ela defende estão realmente presentes em Strauss. O descrédito atribuído às instituições internacionais dentro da perspectiva neoconservadora estaria baseado em *On Tyranny* ou seria fruto do pragmatismo da superpotência? Além disso, seria a guerra o fator capaz de salvar a sociedade norte-americana da decadência que Strauss detectou? (ibidem, p.149-150)

O melhor modo encontrado para responder essa pergunta é citar uma passagem em que Norton ressalta os possíveis aspectos reformadores que a guerra teria para os straussianos.

War seemed to Carl Schmitt, and still seems to some of the students of Leo Strauss, to be the activity which would restore seriousness to life. Leon Kass wrote after 9/11, ‘In numerous subtle ways, one feels a palpable increase in America’s moral seriousness’. That moral seriousness was not a matter of reflection. Instead, ‘A fresh breeze of sensible moral judgement, clearing away the fog of unthinking and easy-going relativism, has abled us to see evil for what it is’. War restored a clarity that thought had undermined. War would restore virtue as well. Without war, heroism and courage, valor and sacrifice are lost. In war, men choose the loyalties that they had received thoughtlessly, through birth and kinship. In war, men choose to die; in peace, death is forced upon them. In war, men die willingly for one another, for their comrades, their country, their faith. (ibidem, p.153)

Aquilo que a autora denomina “teóricos românticos da guerra” seriam os próprios neoconservadores. Inspirados no diálogo de Xenofonte, a necessidade constante do medo define a nova guerra a ser enfrentada. Nas palavras de Norton: “A vida do tirano, o tirano nos diz, se torna intolerável devido ao medo.

The tyrant’s life, the tyrant tells us, is made unendurable by fear. ‘Tyrants believe they see enemies not only in front of them, but on every side.’ Yet they cannot let tyranny go. The measures they have taken to protect themselves have made that impossible. (idem, p. 159)

Em tom de denúncia, a autora considera que a guerra contra o terrorismo é justamente a guerra que, para proteger os cidadãos e compatriotas, abdicou algumas liberdades e colocou sua própria honra em perigo. (ibidem, p.159)

Para Norton, a influência de Strauss é perceptível em vários temas, principalmente na criação de um novo pensamento conservador na academia norte-americana, contando com verdadeiros discípulos. Mais do que o desafio de detectar essas influências e relações, Norton faz uma provocação, sugerindo que o neoconservadorismo é uma distorção do conservadorismo norte-americano. Enquanto o conservadorismo tradicional colocou limites na atuação do Estado, o neoconservadorismo se utilizou da Guerra contra do Terror para ampliar a participação do Governo Federal na sociedade e elevar os orçamentos de defesa com o intuito de preservar a idéia de uma América *unida*.

Nesse sentido, uma das explicações para a profunda rejeição que o pensamento neoconservador adquiriu em todo o mundo é seu caráter tipicamente norte-americano. A herança filosófica straussiana e as origens peculiares do neoconservadorismo são as que tornam essa corrente de pensamento intrinsecamente *americana* dificultando as interpretações que desconsideram, em alguma medida, esse fato. Norton defende que esse novo conservadorismo aprendeu as lições de Strauss sobre o novo patriotismo e a maximização do papel do Estado:

These tenets [patriotism, zealously cultivated, a fear of world government and the international institutions that might lead to it; and finally, and most revealingly, the ability to ‘distinguish friends from enemies’] belong not to Thucydides, for whom world government meant, if it meant anything, the ambitions of Darius, but to a much more recent European, Carl Schmitt. It is Schmitt, not Thucydides, who regards the distinction between friend and enemy as the foundation of politics, and Schmitt who, echoed by Strauss and

Kojève, warned of the dangers of world government and international institutions (ibidem, p.178)

Para uma conclusão relacionada à agenda de pesquisa de Norton deve-se considerar dois fatores: a) a influência das leituras e interpretações de grandes clássicos feitas por Strauss; b) a existência de um projeto político claro e elaborado por aqueles de inclinação *straussiana*. Em Norton, o neoconservadorismo se distancia da idéia de um pensamento apoiado em bases mais teóricas e se aproxima de um projeto político reformador de ordem prática, cujas origens e objetivos estariam, ainda assim, profundamente arraigadas no diagnóstico straussiano da realidade crítica da política moderna. Para a autora, o projeto político daqueles que alcançaram o alto escalão do governo norte-americano, como Paul Wolfowitz, teria sido influenciado também por Wohlsetter, teórico da contenção cuja relação com Strauss ainda permanece indefinida para nós.

No primeiro fator, constata-se que as *Notas sobre O Conceito do Político* assim como *On Tyranny* surgem como textos inspiradores para Norton. O alcance dessas obras na política internacional nos parece, contudo, restrito, devido à sua própria característica de comentário teórico-político mais aprofundado. Entretanto, é justamente nessa correlação imediata, ao que parece falha, entre Strauss e a política externa, em que apoia-se o argumento para considerar a hipótese de que o pensamento de Strauss pouco diz sobre essa política, pois ele tem em mente um diagnóstico da Política num horizonte teoricamente maior.

Se o pensamento straussiano conseguiu transpor esse peso teórico da crítica à modernidade para a sociedade americana e para o sistema internacional, isso nos parece que não se deu exatamente seguindo orientações explícitas contidas nas páginas de Strauss como advogam Norton e outros críticos. No presente dilema, chegar-se-ia a duas possibilidades; a primeira de que realmente o pensamento straussiano promoveu uma leitura de Strauss, transformando-a num projeto político consistente com a atividade acadêmica intelectual e com a atividade política americana a partir da promoção de *think tanks*. E a segunda, de que o neoconservadorismo seria a concretização das aspirações elitistas de Strauss, que as defende como parte da solução para o problema político moderno. Nesse sentido, a leitura de Norton nos traz mais problemas do que soluções, pois oscila entre esses dois pontos: ressalta o peso do legado intelectual de

Strauss, ao mesmo tempo em que os ténues vínculos da atividade intelectual e política, para alguns straussianos, tornam-se doutrinariamente imperativos, revelando o caráter reformador desse pensamento. Trata-se, entretanto, de uma possibilidade que se deve considerar ao longo da pesquisa para responder as indagações que guiam o trabalho.

CAPÍTULO 2 - O QUE É O NEOCONSERVADORISMO?

“Pero creo que es justamente eso lo que hace del neoconservadorismo un fenómeno interesante: la atención se dirige en él tanto hacia cuestiones que aún no tienen respuesta como hacia cuestiones que el liberalismo contemporáneo ha respondido de manera incorrecta.” Irving Kristol

A pergunta deste capítulo por si só já dispendiosa o bastante e capaz de gerar um único trabalho, entretanto, ela reflete os objetivos desta seção, uma vez que ao escolher dois autores considerados os principais das décadas de 1970 e 1980, espera-se que fique evidente as principais características, tanto nos termos do debate político daquele período, quanto características do neoconservadorismo que dialogam com as idéias expostas no primeiro capítulo, o que já poderia responder, em partes, a pergunta de pesquisa.

A primeira parte é focada nos textos de Irving Kristol, tido como o principal neoconservador. Os debates promovidos em diversas revistas conservadoras, desde a década de 1960 até seu falecimento recente, são as fontes utilizadas. É dada prioridade ao debate político interno norte-americano, de onde surgiu o neoconservadorismo, e também à política externa nos períodos finais da guerra fria.

Na segunda parte, os discursos e artigos de Jeane Kirkpatrick, Secretária para ONU de 1981-1985, são utilizados com um propósito duplo: a) utilizar outro tipo de fonte, que não aquelas de tipo não-oficial; b) esclarecer algumas posições oficiais do período Reagan que seriam tributárias do neoconservadorismo, ainda que a política desse não tenha sido uma política neoconservadora.

Acredita-se que os elementos expostos nesse capítulo são necessários para expor alguns vínculos entre as supostas origens filosóficas do neoconservadorismo e sua manifestação política. Os principais argumentos que estão relacionados com a possibilidade de uma inspiração Straussiana são a crítica do realismo - numa tentativa de equilíbrio incoerente de poder - e a questão dos Direitos Humanos - a repúdio de uma

doutrina de política externa isenta, representação do dilema político neoconservador - e a recorrente crítica ao Sistema das Nações Unidas.

2.1 Irving Kristol, o "único" neoconservador

Continua-se o esforço de discutir as origens do neoconservadorismo e sua relação com a política contemporânea. Tido como “godfather” do neoconservadorismo, Irving Kristol, que afirma ser o “único neoconservador”, atuou como comentarista político e correspondente durante toda a sua vida. Distanciando-se da esquerda americana que emergia na década de 1960, Irving Kristol repudiava em seus comentários políticos o relativismo moral e a nova sociedade que emergia no período. Posto desse modo, o vínculo entre os primeiros neoconservadores, como Kristol, e a política externa americana recente parecem ofuscados.

Busca-se então descrever as principais idéias de Kristol e verificar sua compatibilidade com o diagnóstico descrito no item 1. As obras “*Reflections of a Neoconservative*” e “*Neo-conservatism: autobiography of an Idea*” de Kristol surgem como fontes valiosas nessa avaliação historiográfica do neoconservadorismo.

Kristol começa suas reflexões com uma própria definição do que é o neoconservadorismo. Movimento, antes de tudo, sincrético que busca mais do que sincretismo, mas uma espécie de síntese do conservadorismo. Combinando elementos do livre-mercado e da crítica à sociedade do período, Kristol propõe que o Estado, dentro da perspectiva neoconservadora, deve agir na direção de garantir que as predisposições conservadoras da sociedade sejam atendidas. Trata-se de reformular o Estado para que o paternalismo do Estado de bem-estar seja diminuído. Sendo assim, o Estado teria sim um papel limitado, mas nem por isso, menos ativo.

Outra observação pertinente de Kristol, logo no início de seu texto, relevante aos propósitos da pesquisa, é a de que as regras da política doméstica também valeriam

para a política exterior. O neoconservadorismo guardaria algumas semelhanças com a chamada *Left*, buscando priorizar aspectos políticos ou sociais em detrimento da agenda econômica. Kristol afirma que conservadores sempre se preocuparam com as questões econômicas e de livre-mercado (o fato de o conservadorismo tradicional ser advogado da estabilidade explica o porquê dessa falsa apatia política), mas nem tanto com os temas da política externa, o principal ponto no qual se alicerça a concepção neoconservadora sobre nação e o patriotismo. (KRISTOL, 1983, p.14)

En consecuencia, opinan que los objetivos de La política exterior americana deben exceder una definición estrecha, literal, de La “seguridad nacional”. La mencionada política debe comprometerse con el interés nacional a nivel de poder mundial, vinculándolo con el destino nacional y desentendiéndose de una visión limitada de La seguridad nacional. (p.14)

Kristol retoma seu “projeto” de política externa já no fim de seu registro autobiográfico. Antes de retornar à política externa, dois aspectos importantes sobre a obra de Kristol são descritos: a) seu passado marxista e b) a “filosofia política neoconservadora”, segundo o autor.

Kristol narra a história do pavilhão 1 da City College, que ‘formou’ acadêmicos distintos como Seymour Lipset, que reunia simpatizantes do New Deal e de Franklin Roosevelt, que ficou convencionada nos círculos universitários como a esquerda moderada anti-stalinista. Judeus de classe média, membros da Liga de Jovens Comunistas e Trotskistas freqüentavam o “pavilhão 1” e se opunham ao de número 2, abrigo dos stalinistas.

O ambiente freqüentado por Kristol no período, ao contrário do que possa soar, não se trata apenas de um capricho da presente análise sobre o neoconservadorismo. Kristol mesmo afirma que o ambiente do pavilhão 1 era propício à atividade intelectual e representou a opção moderada em relação ao stalinismo. Muitos acadêmicos importantes freqüentaram esses grupos moderados e assumiram, durante as décadas de 1960 e 1970, importantes posições na academia norte-americana. Talvez por ter convivido nesse ambiente, Kristol dedicou, recorrentemente, em suas análises, um espaço primordial à questão do pensamento intelectual e acadêmico. Para os neoconservadores, como Allan Bloom, constitui-se como um ponto a ser combatido, pois esse grupo é um dos responsáveis, em alguma medida, pelo revigoramento e

manutenção da situação do diagnóstico descrito por Strauss, no plano da filosofia, e por Kristol, em relação à sociedade norte-americana.

En cuanto esta sociedad se propone hacer de este mundo lo mejor, en beneficio de hombres y mujeres ordinarios, echa sus raíces en la más mundana y común de las motivaciones humanas: el interés en sí mismo (idem, p.43)

O diagnóstico de Kristol reforça o caráter supostamente perverso da sociedade liberal contemporânea, e seu caráter essencialmente prosaico. Ainda que o neoconservadorismo também esteja em desacordo com esse caráter liberal da democracia moderna, Kristol identifica que os intelectuais, de direita ou esquerda, encontram-se em antagonismo com a realidade presente. A cultura de antagonismo seria o mecanismo pelo qual mudanças sociais, como o feminismo, foram possíveis. O socialismo, para Kristol, seria um exemplo da junção entre dois *ethos* distintos, o racionalista e o romântico, na busca de uma sociedade em que o interesse comum antecederia os instintos individuais. (idem, p.52)

O modernismo artístico, para Kristol, tinha como objetivo primordial alcançar a ‘hegemonia moral e espiritual’ na sociedade burguesa. As vanguardas intelectuais foram sagazes a se apropriar dos próprios mecanismos do capitalismo durante o século XX. Kristol lista três formas: a) apropriação de recursos para a arte; b) o ‘espírito do racionalismo mundano’ incentivou a busca pelo ‘novo’ em detrimento do velho; e c) disseminação do ensino superior.

O racionalismo e o romantismo, ainda que antagônicos, para Kristol, conseguiram ao longo do século XIX e XX estabelecerem-se como "consciência e sensibilidade" modernas. A importância dessa posição, a dos intelectuais, na sociedade, para os neoconservadores, é reforçada pela experiência socialista.

Simultáneamente, em las ciencias sociales se absorbió a las tradiciones socialistas antiburguesas con la mayor naturalidad y el ‘estudio de la sociedad’ vino puntualmente a significar la administración del cambio social operada por una elite capaz de comprender la verdad acerca de la estructura y las tendencias sociales. La economía, en tanto ciencia de las mejores decisiones en un mundo adverso, marcado por la inevitable escasez, resistió bastante más; pero la revolución keynesiana – con su promesa de prosperidad permanente a través de la administración gubernamental de la política fiscal y monetaria – encauzó a gran parte de la profesión de los economistas en la línea de las otras ciencias sociales. (ibidem, p.54)

Distante do universo acadêmico, a herança marxista de Kristol parece ter-lhe fornecido subsídios suficientes para comprovar as percepções de Strauss descritas no capítulo anterior. A academia é o lugar preferencial para que o “ímpeto destrutivo” do liberalismo tome forma e se mantenha, silenciosamente, ocupando uma das mais importantes posições da sociedade burguesa - a da formação de sua elite e de sua cultura hegemônica. Ora, Kristol, Strauss e posteriormente Allan Bloom parecem fornecer o diagnóstico correto sobre o tipo de enfrentamento que os neoconservadores nos Estados Unidos buscavam: aquele típico da estratégia gramisciana.

A partir dessa leitura, fica mais evidente a preocupação de Kristol, antes mesmo de se alcançar à questão da política externa, em valorizar as características peculiares do neoconservadorismo, nos seus atributos teóricos, tanto em relação ao conservadorismo tradicional quanto à esquerda. O pensamento straussiano, como descrito anteriormente, é uma parte constitutiva do pensamento neoconservador, mas não a única. Como afirma Norton, o caráter essencialmente norte-americano é um fator de estranhamento. Antes de as questões atinentes à política externa serem abordadas, das quais já se buscou estabelecer algumas respostas incipientes à pergunta de pesquisa, faz-se necessário esclarecer alguns pontos sobre a “filosofia política neoconservadora” e como seu aspecto tipicamente norte-americano revela-se.

“*Confesiones de un verdadero ‘neoconservador’*”, é um dos capítulos de *Reflections of a neoconservative* e motiva a provocação que intitula essa seção do trabalho. Trata-se de excerto fundamental para justificar não só a importância da investigação da base normativa do pensamento neoconservador, tanto como a principal fonte, mas também indicar, ainda que de modo primário, o alcance explicativo dessa abordagem.

Escrito em 1979, o artigo já denuncia a preocupação de Kristol com a caracterização do neoconservadorismo como a corrente emergente do pensamento conservador. Kristol relembra o debate sobre a necessidade de um conservadorismo forte, com bases intelectuais sólidas e alcance cultural abrangente, capaz de “diminuir os excessos ocasionais” da política liberal. Mais do que um clichê liberal, para Kristol, o discurso de readaptação do conservadorismo a “*uma nova realidade*” (grifo nosso), em que o conservadorismo é capaz de atacar todas questões da ordem do dia com

propriedade seria uma assombração aos liberais. Ciente de que o neoconservadorismo, pelo menos em parte, já moldava sua própria revolução na sociedade americana, pelos mesmos meios que a esquerda americana adotara, Kristol sabia que a sua “persuasão” neoconservadora era, no mínimo, temida pelos liberais. Talvez seja por isso, e aqui se trata apenas de uma especulação, que Kristol apresenta certa objeção à categoria neoconservadora, utilizando-a recorrentemente entre aspas. Como esclarece Kristol, não se trata de dizer que o neoconservadorismo, em si, não existiria como uma espécie de pensamento ou conjunto de idéias de alcance limitado, mas não se tratava de um movimento coeso e organizado, como seus críticos usualmente o descrevem. A ironia de Kristol, único neoconservador que admitiu esse rótulo, pelo menos até então, parece direcionada não à esquerda, mas aos próprios conservadores que rapidamente buscavam distanciar-se do rótulo neocon, ainda que tivessem idéias consonantes. (KRISTOL, 1983, p. 90-95)

O neoconservadorismo estava disposto, naquele momento, a ser uma espécie de linha de pensamento restaurador, de um liberalismo perdido, disposto a enfrentar a ortodoxia liberal, representada na política e no pensamento de esquerda americano. Nesse sentido, ecoa novamente o diagnóstico straussiano ou apenas a realidade política norte-americana?

Kristol fornece uma espécie de caracterização para o neoconservadorismo, pouco antes do início da década de 1980. Trata-se de oito pontos, que são transcritos: 1) o neoconservadorismo é uma corrente de pensamento que surgiu fora do mundo acadêmico-intelectual e que esteve incomodado pelo liberalismo contemporâneo; 2) repúdio às forças de romantismo e utopismo político; 3) “Adesão desapegada” aos valores da sociedade burguesa, ou seja, a democracia liberal capitalista seria o “menos pior” dos sistemas políticos; 4) a economia de mercado não é condição suficiente, mas necessária, para uma sociedade livre; 5) crença na prosperidade; 6) distanciamento dos teóricos libertários como Hayek e Friedman, o que justificaria a idéia do Estado ativo; 7) valorização da família e religião como pilares da sociedade; e por último, as chamadas “raízes filosóficas”, as quais nos interessam no momento:

Las raíces filosóficas Del neoconservadorismo residen principalmente em La filosofía política clásica, ES decir, premoderna y preideológica. En tal sentido, las enseñanzas y escritos del último Leo Strauss (jamás mencionados por Steinfeld) son de importancia, aunque muchos neoconservadores lo

encuentran demasiado alertado contra la modernidad. Los neoconservadores admiran a Aristóteles, respetan a Locke y desconfían de Rousseau. (idem, p. 94)

Kristol responde a pergunta inicial do trabalho. Ainda que muitos tivessem conhecido as idéias de Strauss e, não restando objeções quanto uma admitida influência do diagnóstico straussiano, “o único neoconservador” deixa bem claro que mesmo sem a base filosófica descrita até aqui, a realidade da sociedade norte-americana desde a década de 1960 não permitiria a esse grupo outro ponto de vista se não o advogado pelos próprios. Sendo assim, Kristol sintetiza: “La mayoría de los neoconservadores considera que, en la actualidad, la última, la mejor esperanza para la humanidad, reside en un capitalismo liberal, intelectual y moralmente fortalecido.” (idem, p. 95)

Até os anos 80, pelo menos, o neoconservadorismo foi identificado com os assuntos de ordem econômica, moral e do dia-a-dia da sociedade norte-americana. A expressão política do neoconservadorismo, em termos práticos, na política foi a mais marcante, principalmente na década de 2000. A política externa, ao contrário do que preconizavam as correntes anteriores do conservadorismo, possui relevância, pois é um dos eixos em que se articula a política neoconservadora, o nacionalismo.

De acordo com os registros que se encontra de Kristol, nos momentos que antecedem as últimas duas décadas, há um primeiro momento de forte crítica à política externa de Carter, e um ensaio de elogio à política de Reagan, ainda que de forma relutante. Alguns desses debates serão descritos, de modo cronológico – um mero expediente argumentativo – sem advogar uma perspectiva teleológica. Trata-se de uma tentativa, no trabalho, de transitar desde as bases fundacionais do pensamento neoconservador em direção à política externa.

Em “*La embriaguez de los ‘derechos humanos’*”, de 1979, Kristol comenta a importância dos assuntos de política externa para o eleitorado americano em 1976, quando Jimmy Carter foi eleito, após um período de desgaste do realismo de Kissinger. Kristol é capaz de identificar na política externa os elementos de crítica ao estado de revolução permanente instaurado na sociedade americana e o alcance das idéias da esquerda no governo americano. Para ele, trata-se de uma política errônea, tanto no nível interno, por ser um conceito difuso, e externo, por ter acabado prejudicando as relações dos Estados Unidos com “países amistosos”.

A conjuntura interna norte-americana, para Kristol, seria incapaz de sustentar a postura de “isolacionismo moral” que a defesa intransigente dos direitos humanos exige, permeando todos os espectros da administração pública norte-americana. Ao contrário do que a argumentação de Kristol poderia sugerir a um leitor desatento, não se trata da recusa da existência dos direitos humanos, mas sim da confusão conceitual, muitas vezes premeditada, acerca do tema.

Em sua visão, apesar dos expurgos soviéticos, da revolução cultural na China e do sanguinário regime do Camboja, a esquerda considera-se porta voz dos direitos humanos, atribuindo esses fatos a excessos. Nesse sentido, Kristol é enfático ao afirmar que o governo Carter continuaria refletindo o espírito de ‘détente moral’ da política externa americana, em que acabava por tolerar genocídios, a tortura e negligenciavam a possibilidade de fuga dos dissidentes soviéticos. Kristol afirma que “Para decirlo con sencillez, la razón estaba vinculada al temor a ofender los soviéticos y a los otros gobiernos comunistas.” (KRISTOL, 1983, p. 308). Ora, a coexistência pacífica pode ser considerada a representação do realismo político no período anterior. De acordo com a visão neoconservadora, a preocupação moral com o exercício da política externa é constante, não permitindo que em troca de uma suposta coexistência com regimes autoritários, os Estados Unidos renegar-se-iam de forma covarde as atrocidades cometidas por governos mundo a fora. É verdade que a preocupação com direitos humanos acabaria por ser introduzida na política externa americana, definitivamente, por Carter, mas a problemática de sua definição relacionada ao exercício do poder acabou por rondar o departamento de Estado por muitos anos, como viria ser demonstrado pela participação dos Estados Unidos na conferência da ONU sobre Direitos Humanos de 1993¹². A temática dos direitos humanos, como defende

¹² “O posicionamento dos EUA na Conferência pode ser compreendido como uma inclusão, muitas vezes retórica, dos direitos humanos como elemento central na política externa de Clinton, como uma tentativa de demonstração de mudança de paradigma em relação ao governo de H. Bush, criticado por Clinton, durante a campanha presidencial. A participação ativa dos EUA durante a Conferência naquilo que se relaciona com a universalidade dos direitos humanos (confrontando-se com a China, a fim de demonstrar a mudança em relação ao governo anterior), a vinculação desses direitos à democracia e ao desenvolvimento e a defesa do Alto Comissário para os Direitos Humanos decorreu também da formação da equipe de governo de Clinton, composta por membros ligados historicamente à temática dos direitos humanos.” HERNANDEZ, M. *Os EUA nas discussões internacionais sobre direitos humanos: a participação norte-americana na Conferência de Viena*. Simpósio INEU, São Paulo, 2010.

acertadamente Kristol, é talvez a mais espinhosa no que se refere ao exercício do poder na esfera internacional¹³.

Ironicamente, se se segue a lógica neoconservadora, a política externa que coloque essa temática como central, só poderia ser conduzida por estadistas competentes, a fim de mitigar o dilema moral inerente a essa defesa no plano externo. De todo modo, vale ressaltar um último ponto, que acaba por demonstrar a forte inspiração que a política externa neoconservadora, por assim dizer, teria com as “raízes da filosofia política neoconservadora”, como afirma Kristol. Ao denunciar a ineficácia por parte dos líderes ocidentais e americanos em denunciar a questão dos direitos humanos e acreditar que essas mudanças ocorreriam por meio da pressão bilateral e participação nos fóruns multilaterais, compatível com a política de Carter, Kristol afirma:

‘Pero nuestros líderes políticos se olvidan de argumentar em favor Del gobierno limitado cuando defienden los derechos civiles em algún foro internacional: acaso sea porque no creen realmente em El. Hablan como si su misión fuera La de persuadir a los gobiernos autoritários o totalitários para que les regalen los derechos civiles a sus pueblos. Se trata de un ejercicio vano y sugiere además que nuestros líderes han olvidado La relación entre derechos civiles y gobierno limitado, considerando que dichos derechos pueden distribuirse de manera paternalista como parte de un programa de bienestar general.

Buscando distanciar-se de uma política externa convencional, Kristol sugere que afinidades dêem lugar a uma visão estratégica da política externa norte-americana, verdadeiramente do interesse nacional. Só assim seria possível definir com precisão o papel dos direitos humanos na política externa norte-americana. Trata-se de uma feroz crítica ao Governo Carter, que, para o autor, era leniente com governos de esquerda na temática de direitos humanos, mas incisivos com regimes autoritários de direita, como no caso brasileiro. (idem, p.310)

Ainda em 1979, no artigo *¿Existe La NATO?*, Kristol estabelece sua visão sobre as alianças militares e a condução da política externa, em seu braço mais forte, durante o período da Guerra Fria. Kristol reforça sua descrença na política externa americana das décadas anteriores, advogando a irrelevância da dissuasão nuclear, uma vez que,

¹³ Vale lembrar as críticas na guerra do Iraque e Guantanamo. Sob o prisma jurídico, ver o Parecer Handam VS. Rumsfeld da Suprema Corte.

para o autor, não se trata do fator explicativo para o fato de a União Soviética, até então, não ter atacado os Estados Unidos. Dentre os fatores está a queda dos assuntos europeus na lista de prioridades da política externa norte-americana, o que justificaria uma revisão do papel da OTAN, assim como do próprio engajamento norte-americano com a ONU.

A defesa de uma política externa *afirmativa*, compatível com os interesses nacionais norte-americanos, parece definir a posição de Kristol. Assim dizendo, parece um tanto vago. No caso das alianças militares e da própria ONU, ele é enfático ao denunciar que a condução da política externa por burocratas do departamento do Estado, muitas vezes munidos de uma visão chamada “global” da sociedade acaba por prejudicar os interesses americanos. Retomando Martin Wight, Kristol reforça que a política exterior não é feita por um “defensor da raça humana”, mas sim “por um dos interesses do seu país”. Tentar definir o que seria o interesse nacional na perspectiva de Kristol é complicado, mas em seus escritos, está premente aquilo que não é considerado o interesse nacional: os interesses de organismos internacionais, alianças militares que demandam altos custos aos Estados Unidos, os interesses europeus, visões de burocratas.

“funcionários [que] están completamente identificados com um punto de vista global, con la utopia que los lleva a considerar que el objetivo de nuestra política es establecer una comunidad mundial de naciones viviendo amigablemente bajo el império de la ley.”(ibidem, p. 279).

Outro ponto crucial para compreender esse suposto interesse é a participação dos Estados Unidos na ONU, uma vez que essa é vista por Kristol como uma organização, em sua essência, anti-americana. Transcreve-se na íntegra o trecho que se segue, pois ele é considerado fundamental para a análise de conceitos fundamentais como o unilateralismo ou a visão neoconservadora sobre a ONU.

Puede verse un signo claro del punto de vista antes mencionado [el global] em el compromiso contraído por los Estados Unidos con las Naciones Unidas em tanto institución internacional, aunque ya no cabe duda que la mayoría de sus miembros son y seguirán siendo hostiles a los propósitos básicos de la política exterior norteamericana. Más aún, no sería exagerado afirmar que hay una clara contradicción entre la lealtad a las Naciones Unidas y la idea de una política exterior de la Nato para el mundo libre. Tal contradicción no existiría si las naciones de la Nato fueran miembros desleales de la UN y usaran esta institución con cinismo y em próprio provecho. Justamente, así se comportan las naciones comunistas o

tercermundistas. Pero pueden hacerlo porque las naciones de la NATO, y especialmente los Estados Unidos, no les retribuyen con el mismo cinismo. Si todos hicieran un uso puramente manipulativo de la UN, la misma pronto dejaría de existir. (KRISTOL, 1983, p. 278)

O isolacionismo dos assuntos europeus é parte fundamental para que a política externa norte-americana não seja “contaminada” pelo próprio estigma europeu, de diminuição de sua influência no assuntos globais. Kristol, ao comentar o Estado de bem-estar social, característico da Europa do período, identifica alguns pontos relacionados à própria concepção de sociedade que moldariam de forma negativa o próprio entendimento da política externa. Esses dois pontos, “o socialismo e a política externa” e “a política externa e o bem-estar social” mostram mais uma vez como as concepções de Strauss e o diagnóstico de Kristol sobre a sociedade liberal, são fatores explicativos relevantes.

No caso da política externa em relação aos projetos de “uma sociedade melhor”, como afirma Kristol, a visão finalista da história e da própria ideologia de esquerda, não deixaria espaço para florescimento de uma política externa, considerando “todas suas ambigüidades morais”. (KRISTOL, 1983). Na visão de Strauss, as ambigüidades morais, características essenciais da atividade política e científica, acabariam neutralizadas pelo pensamento liberal e pela metodologia da ciência política, que repudiaria a solução do conflito entre fatos e valores pela racionalidade. Tanto nos paradigmas românticos e científicos do socialismo, já descritos anteriormente, ou mesmo na social-democracia, as ambigüidades morais são dissolvidas pela certeza de que a política de bem-estar social seria o “produto final e inevitável da democracia em si”.

Os projetos sociais democratas prezam por um aumento do bem-estar, retirando a participação efetiva nos assuntos internacionais, para Kristol. No caso americano, Kristol teme o isolacionismo da política externa e sugere que não existem gastos militares grandes ou pequenos, mas sim gastos militares compatíveis com as débeis pretensões internacionais de uma política externa fraca. Ao mesmo tempo em que há políticas distintas, em que a própria política externa define a amplitude dos investimentos militares. No caso europeu, portanto, o foco na questão do bem-estar interno, acabaria, por si só, retirando a prioridade da política externa e sobrecarregando,

num cenário de necessidade de mobilização da OTAN, os Estados Unidos, fiel da balança do pacto de segurança coletiva.

Não só estão reforçadas as questões atinentes ao problema de pesquisa, mas Kristol também introduz novas idéias, de ordem bastante pragmática, à agenda da política externa. Sua análise de política externa para a Europa carrega um componente ideacional e um componente pragmático. Essa definição tem sido alargada de forma inadequada e se tornado um estereótipo da política externa norte-americana. Nem tudo são idéias e nem tudo são questões da ordem do dia, uma vez que essas questões se misturam de maneira muito mais complexa do que muitas categorizações recorrente conseguem apreender, tornando essas análises um exercício infrutífero e ideológico.

A questão do unilateralismo, por exemplo, tem sido abordada de maneira imprópria, primeiro pela imprecisão em relação aos aspectos do Direito Internacional, já que, juridicamente, a ONU não faz guerras, e também pela influência normativa e dualista da perspectiva multilateral. Ainda no fim da década de 1970, o unilateralismo surgia como uma solução possível ao desinteresse da Europa nos assuntos relacionados às interferências militares norte-americanas durante a guerra fria. Para Kristol, se os Estados europeus por meio da OTAN deixarem como única opção a ação militar unilateral, não haveria por que a política externa não ser de natureza unilateral. *There's no such thing as a free lunch*. A primeira guerra do Afeganistão acabou por comprovar os temores de Kristol. De modo curioso, o reengajamento europeu na OTAN e nos assuntos “americanos”, por assim dizer, que ocorreu durante a década de 1990 e 2000, resultara de eventos que lembravam os europeus de que, antes de tudo, são ocidentais. A preferência norte-americana, como lembra Kristol é pelos europeus, e sua participação nos assuntos mundiais é bem vinda, pois, “estas naciones comparten la tradición de una civilización que el mundo necesita, aunque en la actualidad se muestre tambaleante”.

Nos dois exemplos dados até agora, as questões de ordem moral tornam-se parte constitutiva do próprio exercício da política externa. Ao contrário do que preconizam os realistas, especialmente Morgenthau, a política externa não estaria sob o exame de uma moral distinta daquela da política entre os homens. A política externa norte-americana, para Kristol, é essencialmente vítima de seus *Double Standards*, alianças com regimes autoritários e outros de inclinação mais liberal. Essa característica possui duas

manifestações básicas: a) a crença de que haveria regimes inaptos a se tornarem democráticos; e b) na tentativa de solucionar o dilema moral inerente ao exercício da política externa, os Estados Unidos acabariam por levar a cabo políticas “inconsecuentes y mutiladas”. (KRISTOL, 1979, p. 304)

No caso norte-americano, o apego aos ideais wilsonianistas, do fim da primeira guerra, guiou a política externa em termos de um “entusiasmo utópico”, de modo que a consecução desse ideal liberal é apresentada de forma isenta e factível, desprovida de dilemas morais, do mesmo modo que outras visões de mundo já referidas, o dilema moral é diluído no exercício do poder, algo que o conservadorismo político não concebe. De certo modo, é possível apreender das reflexões de Kristol que a política externa também se tornou vítima da solução kantiana ao dilema moral, em que a moral das ações está relacionada a suas próprias motivações, no sentido do dever e da conformidade com a lei. Para Kristol, se a política externa é movida por esses imperativos, ela não conseguiria lidar com a realidade aparente, em que há governos com diversas inclinações políticas e níveis distintos de autoritarismo, resultando em políticas fracassadas, como no caso de Taiwan ou do Irã.

O espírito burocrático da atividade diplomática também aparece como fator explicativo para a ausência de uma política externa efetiva. Kristol afirma que o Departamento de Estado é indispensável para a política externa, mas que não pode substituí-la. O que Kristol busca denunciar com essa afirmação? Justamente o fato de que o ímpeto de negociação e conciliação, no lugar de uma análise criteriosa das relações de poder, como no caso do SALT, da Convenção de Montego Bay e no caso dos países do chamado Terceiro Mundo.

Para Kristol, trabalhos como a Comissão Brandt acabariam por reforçar o ímpeto anti-americano presentes nesses países ao mesmo tempo em que fornecia subsídios empíricos para a retórica de “el imperialismo occidental” como “raiz de todo mal em el mundo”. Kristol é enfático e correto ao afirmar que a própria atenção ao conflito bipolar, que se dissolvia ao longo do período que seguia as reflexões dessa obra, é responsável pela distorção da própria política externa americana em direção ao outro pólo de poder do período.

A excepcionalidade norte-americana, ao invés de inspirar as nações que buscavam uma terceira via, para Kristol, apenas reforçava um modelo de sociedade que os dirigentes desses regimes repudiavam. De acordo com sua visão, em que a diplomacia aparece como dona da política externa, e não sua subsidiária, acordos e alianças desse tipo apenas reforçam as inconsistências da política externa norte-americana, como no caso das Malvinas. Kristol repudia a posição norte-americana, que acabou por colocar a Argentina, “um membro oficial dos não-alinhados, ou, os antiamericanos” como um aliado no mesmo sentido que Reino Unido era em função de um instrumento diplomático.

A concepção de Kristol, de uma política externa forte, sugere que a política externa deve renegar as aspirações idealistas em torno do “império da lei”¹⁴ no plano das relações internacionais. A experiência da ONU, representante de uma noção teleológica em direção a esse império, acabaria por ultrajar os interesses americanos. A postura crítica em relação ao papel da ONU não é de negar sua legitimidade, recorrentemente reconhecida pelos EUA, mas sim de avaliar que, no período, tratava-se de uma entidade hostil aos interesses norte-americanos. Essa leitura, retomada em seguida por Jeane Kirkpatrick, embaixadora norte-americana na ONU durante o governo Reagan, acabaria por reforçar essa visão. Ao contrário de um isolamento do espaço multilateral, fato recorrente em diversos países nos momentos em que os interesses nacionais contrapõem-se à negociação e regulamentação de temas sensíveis à segurança do Estado, como a questão marítima ou do tratado de não proliferação, a posição advogada por Kristol e Kirkpatrick, referida no próximo item, é de um forte engajamento nesses fóruns, a fim de estabelecer uma posição afirmativa no ambiente simpático às aspirações dos antagonistas americanos.

Concluindo, Kristol afirma que o desafio americano na ONU é grande. “Repensar nuestra participación en la UN es algo que, simplemente, está fuera de todo alcance. Hasta el proyecto de relocalizar la UN, debilitando entonces su influencia, resulta inaccesible.” (KRISTOL, 1986, P. 264).

¹⁴ Idéia recorrente nos textos de Kristol sobre a política externa.

2. 2 Ronald Reagan e a herança perdida

A afirmação de que Ronald Reagan permanece como o maior líder conservador dos Estados Unidos desde o fim da década de 1980 não seria exagerada. Ainda que o conservadorismo nos Estados Unidos, desde então, tenha sofrido muitas reviravoltas, sendo o cenário atual o mais distinto desde o surgimento da *New Right*, Reagan aparece como uma figura intocável no debate conservador, entre membros da direita religiosa, *tea party* ou neoconservadores.

Entretanto, ao analisar as diferentes políticas levadas a cabo ao fim do Governo Reagan, em especial, durante as administrações do Partido Republicano que o sucederam, há indícios de que o neoconservadorismo possui pouca relação com a “herança” da Doutrina Reagan, ou Kirkpatrick, principalmente pela crença da imposição da democracia como plataforma eficaz de política externa pelo primeiro grupo. Ainda assim, neoconservadores se colocam como credores de Reagan¹⁵.

Nesse cenário, as comparações entre o “Império do Mal” e o “Eixo do Mal” parecem tentadoras. A partir daí, a busca por inimigos potenciais dos Estados Unidos surge como um dos objetivos da Doutrina Bush para ocupar o vazio deixado pelo comunismo. O entendimento coloca muitas restrições a essa perspectiva. Primeiramente, o comunismo e o terrorismo constituíam uma ameaça real à segurança dos Estados Unidos. Em segundo lugar, o terrorismo, até antes dos ataques terroristas de 2001, tinha uma importância secundária na agenda do conservadorismo (apesar da polêmica do primeiro ataque ao World Trade Center, em que o governo americano optou por um julgamento “normal”).

Ainda que o discurso dicotômico, característico da visão schmittiana, tenha sido identificado na política externa americana recente, autores neoconservadores advogam

¹⁵ C.f Williams, M. Morgenthau Now: National Greatness, Neoconservatism, an Realism. In: Williams, M. (org). Realism reconsidered. Oxford, 2007.p. 235 “Neoconservatism’s stress on ‘character’ in leadership and boldness in policy (especially foreign policy) is a product of this vision, and an important part of its lionization of Ronald Reagan and Theodore Roosevelt arises from what neoconservatives portray as their keen understanding of the need for American presidents to represent for (and to) the American people the greatness of the nation, and to demonstrate that it ‘owns the future’.”

uma posição crítica ao realismo político e à sociedade americana, advinda em boa parte, do diagnóstico de Strauss. Sendo assim, muitos autores, como Robert Kagan, advogam a importância do engajamento no combate ao terrorismo e outras ameaças como vital no papel “reformador” e “restaurador” que a política externa americana teria. Essa característica peculiar atribuída à política externa cria um verdadeiro contraste entre o neoconservadorismo e o conservadorismo “reaganiano”.

Nessa comparação, a crítica ao realismo possui um significado distinto para as correntes. Na década de 1980, a oposição se dava ao fracasso do realismo em prolongar desnecessariamente a Guerra Fria e uma tentativa de superação da política de Jimmy Carter, tida como prejudicial à estratégia da Guerra Fria para muitos conservadores. Já para o neoconservadorismo, a crítica ao realismo vem embutida de um diagnóstico intelectual e uma avaliação necessariamente moral do realismo. Sendo o realismo, nas relações internacionais, a perspectiva que define o interesse nacional de modo a desconsiderar implicações morais e os valores advogados pela sociedade americana, sua predominância denunciaria a decadência da sociedade como um todo.

Jeane Kirkpatrick foi embaixadora dos Estados Unidos na ONU de 1981 a 1985. Falecida em 2006, seus obituários ressaltaram seu papel decisivo na política-externa norte-americana do período e a colocam, dentro da história da Guerra Fria, na mesma posição de George Kennan, que consagrou a política de contenção. Kirkpatrick, que até então produzia no think tank AEI, publicou no periódico *Commentary* o artigo “Dictatorships and Double Standards”, no qual ressaltava a necessidade de alianças com regimes autoritários favoráveis aos Estados Unidos a alianças com regimes totalitários. Tratou-se de seu passaporte para a vida política e o cargo de representante na ONU.

Nessa seção, além de buscar delinear as principais idéias de Kirkpatrick em relação à política externa norte-americana a fim de responder a pergunta do capítulo – O que é o neoconservadorismo? – fornecer subsídios para a análise do neoconservadorismo *recente* em relação às idéias conservadoras da década de 1980. De modo subsidiário, acredita-se que o pensamento de Kirkpatrick também levanta pontos importantes para a pergunta de pesquisa, no que se refere às origens do neoconservadorismo como fator explicativo de seu alcance político.

Os discursos e publicações de Kirkpatrick são inúmeros. Desde *Dictatorships and Double Standards*, ponto crucial para explicar tanto a influência das idéias de Kristol quanto daquelas descritas no primeiro capítulo no que tange à impossibilidade de uma política externa isenta de incongruência e implicações morais, até seus discursos na ONU, em Universidades e Think Tanks durante a década de 1980, seus discursos refletem sobriedade e erudição e o ímpeto de consertar os erros do período Carter e Nixon, os quais moveram e ajudam a explicar aquilo que ela denominou de “Reagan Phenomenon”.

Assim como Reagan, que um dia foi membro do Partido democrata e presidente da guilda dos atores, Kirkpatrick também já foi uma entusiasta das idéias liberais e do partido democrata. A política externa de Carter parece ser decisiva para entender a virada do pensamento conservador em termos da política externa que se sucederia – um abandono da realpolitik e o repúdio expresso ao ativismo de Carter.

No tema dos direitos humanos, por exemplo, Kirkpatrick ressalta a importância do tema na política externa norte-americana e na tradição idealista da política externa, que busca conciliar esses conceitos com a ação política. A política externa norte-americana, historicamente descrita como a “manifestação de uma convicção de um caráter moral excepcional e objetivos notáveis”, não teria outra opção, segundo as visões liberais, de não tornar o mundo um lugar melhor. Ao criticar as ambigüidades envolvidas¹⁶ nesse tipo de política, Kirkpatrick introduz um elemento importante à noção do exercício de poder no período: o do seu limite. O objetivo central da política externa de Reagan foi o combate incondicional ao comunismo e a tentativa de dissolução do conflito bipolar, pelo menos nos termos das superpotências. Os métodos para que esses objetivos fossem atingidos mostram-se relevantes, principalmente por advogarem uma revisão na política externa anterior.

¹⁶ If there is no such consensus in our society and in our tradition concerning this subject, wherein then comes the passionate debate on human rights and foreign policy that has taken place within the last half decade, or so? This debate, as I have already indicated, occurs first, because there is no consensus on what human rights are, or which among all those claimed should have priority. Second, there is no consensus on how much priority we should give to promoting human rights in other societies as compared to pursuing goals in our own society. Third, there is no consensus on the relation between national interest and defense of human rights; and finally, because there is no consensus on the methods we may use to promote human rights. (KIRKPATRICK, 1988 (I), P150)

Kirkpatrick critica o modo pelo qual a agenda dos direitos humanos passou a fazer parte da política externa norte-americana. Ainda na campanha presidencial de 1976, o tema surgiu como uma plataforma política convincente, elaborada pelo Comitê do Partido Democrata. Nos primeiros momentos do governo, o então Secretário de Estado Vance definia direitos humanos, por um lado, como uma política contra métodos de repressão autoritários e, de outro lado, como acesso a direitos básicos de alimentação, moradia, saúde e educação. A principal crítica de Kirkpatrick é a de que a política de Carter buscava ser desprovida de conflitos com a União Soviética, ou seja, mesmo que os regimes mais sanguinários do planeta tenham sido conduzidos pela União Soviética ou republiquetas que buscavam instaurar regimes inspirados nas desilusões comunistas, a Administração Carter continha-se, propositadamente, em suas críticas à URSS. (KIRKPATRICK, 1988, p. 142)

Kirkpatrick compartilha da mesma visão descrita por Kristol: enquanto Carter tolerava os desvios dos Estados Comunistas, em especial na demora em relação ao massacre do Camboja, as críticas em direção a regimes autoritários, mas simpáticos, incluíram cortes de auxílios previstos pelo Congresso em 1976, ainda que pudessem ter sido evitados caso Carter optasse.¹⁷ Outro ponto falho de Carter, estaria no fato de as violações de Direitos Humanos não poderem ser aplicadas a terroristas e guerrilheiros. Para ela, essa política derivava de uma noção de comprometimento “absoluto” com a temática, e da tentativa de atribuir “moral content, to create a broad domestic consensus behind the Administration’s foreign policy goals, and generally speaking, to make Americans feel good about themselves.” A avaliação dessa política é negativa, segundo a visão de Kirkpatrick. O primeiro ponto é que, ao invés de se direcionar aos regimes comunistas, ela acabou por enfraquecer aliados norte-americanos e reduziu a influência norte-americana.

Universal in its rhetoric (“I’ve worked Day and night to make sure that a concern for human rights is woven through everything our Government does, both at home and abroad.”- Jimmy Carter, 15 December 1977), but almost invariably anti-Western in its application, the Carter human rights policy alienated non-democratic but friendly nations, enabled anti-Western

¹⁷ On the basis of annual reports required by the 1976 law, the Carter Administration withheld economic credits and military assistance to Chile, Argentina, Paraguay, Brazil, Nicaragua and El Salvador. South Korea and Philippines continued to receive US aid, on the President’s recommendation that such aid served the security interests of the U.S. Nonetheless, the public criticism of those governments helped to delegitimize them and, at the same time, it rendered them less susceptible to our views. (idem, p. 143)

opposition groups to come to power in Iran and Nicaragua, and reduced American influence throughout the world. (Kirkpatrick, 1988 (I) , P.145)

As críticas à política de Carter não estão desprovidas de uma escolha, que já foram mencionadas anteriormente, por regimes simpáticos, mas autoritários, em detrimento dos regimes antiamericanos. Parece-nos ser um ponto a destacar-se: a crença no conflito moral inerente ao exercício da política externa. Nesse sentido, a política externa do Governo Reagan, no que se refere à questão dos direitos humanos, considera esse dilema e busca denunciar as incongruências de sua aplicação na era Carter assim como na ONU, tema que serão abordados a seguir.

O discurso de Kirkpatrick para o Terceiro Comitê da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1981, reforça as críticas à política exitosa de Carter, no que se refere a estabelecer padrões distintos de sanções no que se refere aos direitos humanos e identifica na ONU uma continuação dessa visão de Carter. A ONU continuaria sendo o espaço ideal para essas discussões, desde que os juízos em relação ao tema fossem pautados por critérios iguais e também pelo contexto. Os direitos humanos, para Kirkpatrick, tornaram-se cínicos e uma ferramenta política, que distorceu os padrões desses direitos e a ONU acabaria por reforçar a distorção. “But the Record of human rights in the United Nations belies the claim to moral seriousness that would fully justify its judgements.” (KIRKPATRICK, 1984, p. 48)

Os exemplos desse padrão enviesado dos direitos humanos são inúmeros: Camboja, Uganda e dissidentes soviéticos cujas famílias são impedidas de emigrar. Kirkpatrick lista como um exemplo de “hipocrisia moral” o caso da América Latina, já que, apesar de os governos da América Central terem sido culpados por sérias violações de direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos se negava a condenar, segundo Kirkpatrick, o mais violento regime que já existiu na região, o cubano. Presos políticos, artistas e personalidades que foram presas sem julgamento, sem mesmo serem acusados além de penas de fome e situações análogas, o que configuraria uma violação do Artigo 5 da Declaração Universal – punição cruel. (KIRKPATRICK, 1984, P. 52)

Em relação aos Direitos Humanos, diferentemente das alianças que pautariam as relações internacionais dos Estados Unidos no período, a administração clamava por um padrão único no tratamento dos direitos humanos, uma vez que na ONU, os Estados

Unidos encontrava-se em posição desvantajosa¹⁸. A temática dos direitos humanos é apenas aquela em que essa discrepância de posições desfavoráveis aos Estados Unidos é mais evidente. A crítica do período, entretanto, estende-se à própria ONU, mas reflete também um diagnóstico lúcido da decadência da influência norte-americana na Organização desde 1960, tendo os Estados Unidos terem sido voto vencido regularmente. Kirkpatrick define bem a posição da superpotência na ONU.

Losing votes by large majorities means that we cannot persuade other nations to vote with us. This is another way of saying that, except for the negative Power o four veto, we have little influence inside the United Nations. This is a condition which seems anomalous for one of the two most powerful nations in the world and for the largest single contributor to the United Nations and its many affiliated agencies. It is anomalous. (KIRKPATRICK, 1988 (I), p. 195)

Descrever e analisar algumas idéias que permearam a atuação norte-americana na ONU no período é fundamental para responder mais à frente a definição que marca diferenças entre a atuação norte-americana na década de 2000 e no período de Reagan. É certo que os princípios de ordem moral e intelectual que nortearam a atuação norte-americana descritos até aqui, a despeito das conjunturas distintas, encontram-se também no neoconservadorismo mais recente, mas seus significados em termos políticos são distintos. A visão predominante no período de Kirkpatrick é de hostilidade e capacidade hipossuficiente norte-americana na ONU, mas é respondida com um maior engajamento a fim de minimizar as distorções. Recentemente, a visão é mantida, mas a superioridade de meios acabou por garantir, até hoje, o exercício do poder independentemente da vontade da ONU, segundo o jargão corrente, ainda que os custos políticos permaneçam incertos.

Ao identificar a influência dos não-alinhados na ONU, Kirkpatrick reforça os argumentos de Kristol sobre o próprio modelo de sociedade que *liberals* e dos regimes não-alinhados é essencialmente anti-Ocidental e pautado pela tríade: “coletivismo, redistribuição e anticapitalismo.” No seio da ONU, foi aprovada em 1974 a *New*

¹⁸ What are we to think of defenders of human rights who ignore the victims of major tyrants and vent all their ferocity on the victims of minor tyrants? Mr. Chairman, nothing is more necessary with respect to the treatment of human rights questions in the United Nations than to affirm and to adhere to a single standard. For if we do not have a single standard, then our resolutions and recommendations are merely tendentious political statements without moral content. Either we consistently uphold the right of all people to be free regardless of the kind of system they live under, or we do not, ourselves, have the right to talk about human rights and to make recommendations that we expect others to follow. (KIRKPATRICK, 1984, p. 52)

International Economic Order, que segundo a visão de Kirkpatrick, representava a hegemonia do ideário soviético acerca do desenvolvimento econômico ocidental, ou seja, o de que o sucesso industrial dos países ocidentais era, em parte, responsável pela pobreza e o atraso econômico dessas nações. Esse receituário atribuía uma responsabilidade moral sobre a miséria do mundo, contando com a complacência européia no que tange essa tese. Ao contrário do que poderia se imaginar, a postura defendida por Kirkpatrick é de mais envolvimento com as questões da ONU – “hang in and emphasize the values and goals we share with most of the nations in the world and continue to try to achieve them. “(KIRKPATRICK, 1988 (I), p. 202.)¹⁹

As idéias descritas anteriormente aparecem nos argumentos de Kirkpatrick, já que a ONU seria o ambiente ideal para que a União Soviética e *sua clientela* reproduzam, no plano internacional, situações análogas ao modelo de liberalismo criticado anteriormente por Strauss, Kristol e outros. Assim como na inversão do direito natural tradicional, as regras de procedimento na ONU criam distorções devido à incompatibilidade entre a representação e a capacidade de agência desses países. O sistema de “um homem, um voto” não poderia ser aplicado de maneira isenta na ONU, já que

that kind of principle creates a disjunction between Power and responsibility because some of the nations who have the Power to influence decisions, financial decisions for instance, or the nations who have the resources to implement decisions, are not identical with those who have the Power to make them. (idem, 218)

A análise de Kirkpatrick, com as lentes do conflito bipolar e da preocupação com o tipo de conflito ideológico, miscível em todos os âmbitos da política, da cultura e da moral, como apontado por Kristol, considera que as votações de recomendações, ou

¹⁹ Em discurso na Universidade do Arizona, Kirkpatrick resume a postura de engajamento norte-americana na ONU. “I believe that we should work harder at the politics of the United Nations, and I hope that if we work harder at politics, we may at least win back a few regular allies. We should not accept responsibility for crimes we did not commit, nor acquiesce in prescriptions for remedies we do not believe will work.”. (idem, p.202). O estilo assertivo de Kirkpatrick é uma das marcas de seu pensamento e o argumento descrito acima é repetido inúmeras vezes ao longo de sua participação no Departamento de Estado. Na Heritage Foundation, o artigo cujo divertido título é *Learning the Game*, reforça o espírito de revisão e adequação da política externa norte-americana em relação à ONU,. “Unless or until we approach the United Nations as professionals – professionals at its politics – with a clear-cut conception of our purposes and of the political arena in which we operate, knowledge of the colleagues with whom we are interacting, and of their goals and interests, then we won’t even know whether the United Nations could be made a hospitable place for the American national-interest. Until then it would be unreasonable even to think about withdrawing from the United Nations. (idem, p.220).

em comissões, e a formulação de blocos políticos dentro da ONU acabavam por fortalecer a estratégia comunista, além de fornecer subsídios para a política interna de muito desses países. Outro efeito dessa estratégia seria legitimar na ONU obrigações e noções equivocadas quanto à situação da pobreza desses países²⁰. Essa visão é refletida muito bem em seu artigo “*Global Paternalism*”, publicado em 1982. Kirkpatrick reconhece que uma “luta de classes internacional” estaria sendo fundamentada pelas teorias e políticas distributivas em nível internacional, de uma nova classe, a da burocracia internacional da ONU e outras agências, simpáticas aos ideais socialistas. Na batalha assimétrica preconizada pela visão de Kirkpatrick, a burocracia internacional é essencial para que as políticas adotadas e defendidas nas discussões da ONU fossem levadas a cabo, do mesmo modo que a burocracia estatal foi ator preponderante no caso da defesa desse tipo de política nos Estados Unidos. Como afirma Kirkpatrick, *Technocrats know best*.

Concluindo, a política externa para a ONU buscava reverter a situação delicada em que os Estados Unidos se encontrava, em busca de uma reavaliação da ONU como um todo. Os exemplos de Kirkpatrick são inesgotáveis, mas parece-nos relevante sua visão de que, grosso modo, a União Soviética teria sido mais hábil politicamente a fim de utilizar o sistema da ONU em seu próprio benefício, entendendo melhor o funcionamento da instituição²¹.

Por fim, a atuação americana não deveria ser pautada pela imposição completa de sua agenda, mas de uma conciliação efetiva, entendendo as demandas de outros países, ao mesmo tempo em que abandona a visão idealizada das relações internacionais, típica do wilsonismo, não sustentada pelo século XX e muito menos

²⁰ Ainda em seu estilo irônico, Kirkpatrick afirma categoricamente: “Computers, automobiles, aviation, looms, locomotives, the steam engine itself were not stolen from the third world. They were invented in the first world. Neither was the poverty of the least developed countries caused by the ravages of multinationals, or even by colonialism – for which, by the way, we Americans had no responsibility. (idem, p.240)

²¹ “The Soviets were succeeding where the US was failing because they were more skillful than the United States in securing the support inside the UN of countries in their own bloc. Bulgaria, for example, or Cuba, or Hungary, always votes with the Soviet Union; but Britain, France, our NATO allies and our Latin American friends, only sometimes voted with us. (...) Finally, the Soviets were succeeding where we were failing because they were more skillful at securing the support of genuinely neutral states, like the Arab gulf states, or Nepal, or Argentina or Brazil.” (idem, p.319)

uma visão idealista da ONU, direcionando a ação política por certo pragmatismo envolvido em uma roupagem esclarecedora. (KIRKPATRICK, 1988 (I), P. 321)

Até aqui, as duas principais agendas da política externa de Reagan que retomavam idéias latentes de Kristol e Strauss no pensamento neoconservador do período foram identificadas. A fim de atender aos propósitos desta seção, faz-se necessário um balanço da política externa durante a década de 1980, identificando de forma sucinta, outros pontos da agenda que refletiam as idéias expostas no início do trabalho. O primeiro ponto a se fazer sobressair é a sobriedade²² com que Kirkpatrick aborda os desafios relacionados à política externa do governo Reagan uma reformulação profunda da estratégia, ao restaurar os meios do poder militar, e estabelecer posições assertivas, reconstruindo, na visão conservadora, as estruturas que foram desmontadas desde Nixon.

Dois pontos em que essa nova política externa deveria ser baseada já foram descritos, restando outros que seguem. O mais importante e relevante para o estudo é a percepção de que a política externa de então deveria ser baseada em “comprometimentos morais inegociáveis”. As iniciativas da administração Reagan reiteram a percepção de que a dissolução do conflito bipolar e a restauração da política externa norte-americana em termos de poder e influência seriam impossíveis sem uma revisão cautelosa baseada em princípios claros (majoritariamente de ordem moral, ainda que contabilizados os fatores conjunturais e o pragmatismo típico da política externa no período para algumas regiões).

Na concepção de Kirkpatrick, a *détente* seria, mais do que uma caracterização de um período, a representação de teorias e conceito de grande alcance, de apelo popular e intelectual, mas obsoletas. A primeira concepção seria a de que a “proliferação de laços culturais e econômicos e recompensas” freariam a expansão soviética. A segunda concepção, ligada ao governo Carter, é a de que “weaker is stronger”, ou seja, a de que a superioridade militar norte-americana apenas agravaria as tensões. Essas concepções sobre a guerra fria estariam baseadas em uma suposta neutralidade, em que os objetivos

22 In international life and foreign policy, as in private life, recognition of one's limits is a prerequisite to effective action, and self-respect is a prerequisite to respect for others and to relations based on mutual respect. By expecting less of ourselves and being clearer about it, we can accomplish a good deal more. (idem,p. 380)

das potências são distintos, reforçando a dissolução de um conflito moral inerente à vida política.

Se a política externa do período buscava restaurar essa característica, em alguma medida, ela reforçava idéias compatíveis com as idéias descritas nas primeiras seções do trabalho²³. Para Kirkpatrick, essas características da política externa de Reagan a colocavam em uma situação apática em relação ao quadro típico das relações internacionais, no período. Um dos traços principais, recorrentemente ignorado, é o de que a dimensão moral que era recuperada na política externa de Reagan dialogava fortemente com as mudanças e manifestações da sociedade norte-americana. O discurso de Jeane Kirkpatrick, Irving Kristol e Norman Podhoretz que reconduziu Ronald Reagan como candidato à reeleição na Convenção Republicana de 1984 reforçava a idéia de que as distorções descritas por Kristol e Strauss também deveriam ser combatidas para que a política externa se tornasse efetiva. O lema “*Blame America First*” foi utilizado, a partir de então, para denunciar a postura de *liberals* que colocavam a culpa dos atentados terroristas, a questão da Nicarágua ou do Líbano, nos Estados Unidos, postura relacionada ao *mindset* criticado pelos neoconservadores.

Se isso for verdade, trata-se da primeira e mais marcante diferença entre o neoconservadorismo de então e o de agora, uma vez que a política externa a partir de 2001 reforçava alguns pressupostos de ordem moral e similares que deveriam ser aplicados na política internacional, mas acabou por menosprezar a dimensão interna do conflito político e dos custos políticos desencadeados pela manutenção das visões associadas ao “*blame America first*”²⁴ as quais não demoraram mais de alguns meses para surgir nos círculos intelectuais e até na sociedade norte-americana.

²³ These theories are all examples of the mirror image approach to international relations, which assumes that all “superpowers”, indeed all powers, are alike in fundamental respects, that their basic motives are peaceable and decent, and that undesirable or “bad” behavior is simply a reaction to some prior condition. Thus Soviet leaders desire not superiority but parity, not conquest but security, not power but safety. (KIRKPATRICK, 1988 (I) p. 386)

²⁴ They said that saving Granada from totalitarianism and terror was the wrong thing to do – they didn’t blame Cuba or the Communists for threatening American students and murdering Grenadans, they blamed the United States instead. But then, somehow, they always blame America first. When our Marines, sent to Lebanon on a multinational peacekeeping mission with the consent of the United States Congress, were murdered in their sleep, the “blame America first crowd” did not blame the terrorists who murdered the Marines, they blamed the United States. (idem, p.420)

Se a dimensão moral da política deve ser retomada pela política externa, certamente ela não se sustentaria, como ensinou a experiência de Reagan, sem um olhar atento aos fatos internos. Apesar de todas as ameaças externas, a união nacional como consequência de um projeto reformador não se sustentou no longo prazo, dada a vitalidade e disparidade de meios materiais e intelectuais entre os grupos antagonistas, como bem destacou Kristol.

CAPÍTULO 3 - ORIGENS E ALCANCE DO PENSAMENTO NEOCONSERVADOR

O último capítulo busca na história recente da política externa norte-americana expor a influência das idéias de Strauss e outros, assim como atribuir historicidade aos conceitos da política externa neoconservadora por meio da experiência de Israel, da Guerra Fria e da própria década de 1990.

A primeira parte descreve o engajamento em prol da intervenção no Iraque e de uma política externa proativa durante os anos que antecederam os ataques terroristas. Espera-se que os conceitos da guerra preventiva e da necessidade da atuação unilateral sejam esclarecidos pelos argumentos de William Kristol, Robert Kagan e outros. Além disso, a tentativa de vinculação entre a política externa norte-americana e a defesa de Israel é problematizada e conveniente para explicar a importância da história da Guerra Fria na condução da política externa recente.

O segundo item, sobre Israel, continua esse argumento. Trata-se de subsídios empíricos para a atuação neoconservadora, que em muitos momentos da literatura são relevados. Os trabalhos atribuem muito peso às idéias descritas no primeiro capítulo, ou elas são ignoradas em prol de uma análise conjuntural e relacionada à própria supremacia norte-americana contemporânea.

O terceiro item, a temática da democracia é abordada em sua relevância para sustentar a hipótese deste estudo, relacionado à investigação das origens do neoconservadorismo, além de expor o modo pelo qual esse conceito seria transformador da própria política externa, uma vez que sua imposição pela força seria uma das manifestações restauradoras da política externa propostas pelo neoconservadorismo.

O último item é relacionado à questão do realismo, do liberalismo e da política internacional como um todo e retorna a argumentação em direção às matrizes intelectual do pensamento neoconservador, por meio de Morgenthau, Strauss e Schmitt. Trata-se de um tema que engloba, de modo mais claro, as relações entre essas origens filosóficas, o

neoconservadorismo e o exercício do poder. Espera-se que essa última seção sirva de uma prévia das conclusões, além de revelar aspectos futuros de investigação relacionadas ao alcance e impacto que a visão de mundo realista, tributária de uma suposta ideologia liberal baseada em Schmitt e Webber - nos termos de Strauss - teria no estudo da política externa norte-americana.

3.1 Neoconservadores nas décadas de 1990 e 2000.

Na primeira parte, delimita-se o debate neoconservador na década de 1990 em relação à política externa americana do período. Descreve-se como o pensamento neoconservador advogava, desde então, em direção à intervenção no Iraque. No que se refere à década de 2000, por meio das análises dos pronunciamentos e documentos oficiais, assim como de alguns posições neoconservadoras, as relações do pensamento neoconservador originário, em suas *versões*, com a Doutrina Bush serão identificadas.

Em 1998, os fundadores do *Project for the New American Century* (PNAC), dentro os quais William Kristol e Robert Kagan, enviaram carta-pública²⁵ à Administração Clinton, sugerindo que Saddam Hussein, por se negar a permitir a inspeção da ONU, fosse retirado do poder. Em 2001, após os atentados terroristas, a instituição afirma definitivamente a retirada de Saddam Hussein do poder, assim como a captura de Osama Bin Laden, propondo retaliações à Autoridade Palestina, Irã e Síria caso não houvesse a cooperação destes no combate ao terrorismo. Ao contrário do que é comumente atribuído ao neoconservadorismo, a Guerra do Iraque não seria, em sua totalidade, uma espécie de conquista do projeto neoconservador ou que deva ser inteiramente atribuído a esse ou aquele grupo. Isso não significa que “os

²⁵ Disponível em <http://www.newamericancentury.org>.

neoconservadores” não tenham sido uma força atuante e importante. Sobre a Guerra do Afeganistão, a PNAC manifestou-se:

Nós escrevemos para reiterar o seu admirável comprometimento para conduzir o mundo à vitória na guerra contra o terrorismo. Nós apoiamos completamente sua convocação por “uma campanha ampla e sustentada” contra “as organizações terroristas e aqueles que os abrigam e os apóiam”. Nós concordamos com o secretário de estado [Colin] Powell que os Estados Unidos devem encontrar e punir os responsáveis por esse horrível ataque de 11 de Setembro, e nós devemos, como ele disse, “perseguir do terrorismo onde quer que o encontremos no mundo” e “pegá-lo em seus galhos e raiz”. Nós concordamos com o secretário de estado que a política americana deve almejar, não apenas que se encontre as pessoas responsáveis por esse incidente, mas também mirar em “outros grupos que estão à solta e que não são bons para nós” e “que conduziram anteriormente ataques contra funcionários dos Estados Unidos, contra interesses norte-americanos e contra nossos aliados.”²⁶

Vale lembrar que, apesar da carência de legitimidade relacionada à institucionalidade internacional vigente, os acontecimentos que sucederam os ataques terroristas tiveram apoio amplo na sociedade norte-americana e de seu Congresso. Na visão neoconservadora sobre a política internacional, descrita ao longo desse capítulo, a questão da legitimidade decorrente de organismos internacionais é problemática e uma representação das crises descritas desde a década de 1980 por Kirkpatrick e Kristol, como demonstrado no capítulo anterior. As principais críticas em relação ao conflito consideram a dimensão institucional na questão da legitimidade da intervenção, e, curiosamente, essa orientação normativa quanto ao papel das organizações internacionais e da configuração de poder é baseada tanto em um nível da moral (daquilo que realmente seria melhor para “o internacional”) quanto pelo simples cálculo de poder.

²⁶ No original: “We write to endorse your admirable commitment to “lead the world to victory” in the war against terrorism. We fully support your call for “a broad and sustained campaign” against the “terrorist organizations and those who harbor and support them.” We agree with Secretary of State Powell that the United States must find and punish the perpetrators of the horrific attack of September 11, and we must, as he said, “go after terrorism wherever we find it in the world” and “get it by its branch and root.” We agree with the Secretary of State that U.S. policy must aim not only at finding the people responsible for this incident, but must also target those “other groups out there that mean us no good” and “that have conducted attacks previously against U.S. personnel, U.S. interests and our allies ” Enviado em 20/09/2001. Em: PNAC. Letter to President Bush on the War on Terrorism Disponível em: <http://www.newamericancentury.org/Bushletter.htm>. Acesso em 11/11/2008

Além de descrever o debate neoconservador nas duas últimas décadas, alguns desses temas essenciais da visão neoconservadora sobre as relações internacionais são analisados para que seja possível, mais adiante, concluir a cerca da história do neoconservadorismo em suas origens e seus possíveis desdobramentos na história recente e sua visão de mundo.

A atividade da PNAC durante a década de 1990 sugere que a questão do Iraque já estava na agenda neoconservadora há vários anos antes da Administração Bush chegar ao poder. Esses indícios, por outro lado, pareceriam suficientes para atribuir a característica de principal ator nos fatos que se desenrolaram aos "neoconservadores". Em *The Right War for the Right Reasons*, Robert Kagan e William Kristol desenvolvem um interessante contra-argumento. Os autores argumentam que a Administração Clinton faria uma análise parecida com a da administração Bush, o de que as WMDs de Saddam Hussein constituiriam uma ameaça real à estabilidade da região, ainda que tenha havido desdobramentos distintos em decorrência dessa análise.

Sim, Berger admitiu, 'o interesse nacional vital em lidar com o Iraque' era 'impedir que Saddam reconstruísse sua capacidade militar, incluindo armas de destruição em massa, e utilizasse esse arsenal contra vizinho ou seu próprio povo'. Mas a ameaça que Saddam impunha, por seu 'contínuo reino de terror dentro do Iraque e intimidação fora do Iraque' era maior. O futuro do Oriente Médio e do mundo Árabe estava em questão. (KAGAN; KRISTOL, 2005, p. 19)

Nas palavras dos autores, a política adotada no período seria uma política de contenção contra Saddam Hussein. A capacidade militar norte-americana seria incompatível com esse tipo de postura, já que a retirada de Saddam do poder seria militarmente viável, e forneceria, no curto prazo, uma solução para o dilema que se instaurava. Curiosamente, o tema da contenção na política externa adquire contornos semelhantes ao do período da Guerra Fria, ou seja, a política de contenção seria ineficiente por dois motivos: a) por desconsiderar a natureza dos Estados aos quais essa política é endereçada e b) por permitir, no longo prazo, políticas e ações contrárias ao interesse norte-americano.

No caso do primeiro tema, que ficou consagrado pela interpretação de Jeane Kirkpatrick em *Dictatorships and Double Standards*, em que a diferenciação entre os

regimes autoritários e o comunismo legitimaria o apoio a um determinado grupo ao invés de uma política de contenção do inimigo soviético. Apesar de mais sutil, a crítica de Kagan e Kristol parece revelar uma preocupação semelhante: no caso iraquiano, a política de sanções e inspeções deixaria os Estados Unidos cada vez mais distante de revelar as operações militares de Saddam e o seu projeto de WMDs (Weapons of Mass Destruction). (KRISTOL, 2005, p.21)

Retomando os pronunciamentos de Clinton, que temia que o fracasso da política de inspeções da ONU acabasse por dar carta branca ao regime iraquiano, Kagan e Kristol fazem uma forte crítica ao sistema internacional e sua institucionalidade. O fracasso do arranjo multilateral enviaria uma mensagem de tolerância às atividades danosas do Iraque, mas sem maiores conseqüências, em virtude da noção de igualdade formal dos Estados, ainda que seus objetivos iraquianos de política externa fossem conflituosos. As visões compartilhadas pelos dois governos resultaram em ações militares, sendo a "Operation Desert Fox" apenas um ensaio da "Iraqi Freedom", mas com desdobramentos políticos distintos.

Na visão de Kagan e Kristol, as preocupações da administração que sucedeu Clinton seriam compatíveis com as descritas pelo assessor Samuel Berger, em que a mudança de regime seria a melhor opção, uma vez que Saddam Hussein era percebido como uma ameaça. Entretanto, a conjuntura pós-2001 acabaria por reforçar a visão de Clinton de que "[Iraque] um estado pária com armas de destruição em massa, pronto para usá-las ou fornecê-las a terroristas" (idem, p. 25), mas que continuou a ser percebida por analistas como exagerada ou simulada. Independentemente desse fato, as justificativas apresentadas pelos autores reforçam a noção de que a Invasão do Iraque era tida como uma opção viável para a política externa norte-americana muito antes dos ataques terroristas. Curioso é o fato de que as críticas aos fatos que sucederam desde 1990 estão fortemente vinculados à noção de relativo perigo das organizações internacionais para a soberania e poder americano, que já estavam presente no pensamento de Kristol, descrito no capítulo anterior.

A política liberal que orientou a formação dessas organizações e de uma suposta hierarquia implícita de suas normas sobre as demais já havia sido descrita também por Strauss. Na visão neoconservadora qualquer limitação ao exercício do poder decorrente

de um suposto contrato internacional nos quais os interesses norte-americanos sejam antagonistas a uma vontade majoritária representaria no plano internacional o mesmo dilema com o qual o conservadorismo se depara na sociedade.

Um editorial da *National Review* é enfático ao ressaltar nessa característica anti-institucional do neoconservadorismo. No editorial "The neoconservative persuasion", encontra-se a seguinte afirmação: "International institutions point to an ultimate world government should be regarded with the deepest suspicion. Third, statesmen should, above all, have the ability to distinguish friends from enemies." (idem, p.55). A despeito do tom alarmista da afirmação, há sim uma explicação lógica decorrente da hipótese levantada até aqui para explicar às ameaças de uma espécie de governança global.

Jean François Drolet coloca essa questão como sendo um dos pilares do pensamento neoconservador, ou seja, sua crítica ao modelo de governança global que derivaria dos arranjos institucionais vigentes. Como coloca o autor, na visão neoconservadora não haveria uma governança sem governo, já que a própria visão sobre a norma internacional na visão neoconservadora derivaria de uma hierarquia de poderes, razão pela qual os Estados Unidos seriam capazes, decorrente de sua superioridade em termos materiais, afastar-se de um sistema legal e instituir o seu próprio.

Ora, uma visão hierarquizada da norma internacional é tributária do pensamento de Schmitt, já que a impossibilidade no mundo moderno de se estabelecer normas derivadas do direito natural acabaria por revelar a necessidade de um fiel da balança.

Como aponta Drolet, o pensamento Weberiano buscaria retirar o conflito entre valores e interesses na busca de uma lei menos subjetiva. E essa é justamente a crítica feita por Strauss. Não surpreende que a posição da visão neoconservadora congruente com o pensamento de Schmitt:

For neoconservatives the answers to these questions are straightforward. America is the only power that has the global reach and competence to police the international order and bridge the gap between fact and norm when the latter cannot be closed through normal procedures (...) Terrorism, state-failure and the proliferation of weapons of mass destruction pose a series of 'exceptional' existential threats not only to America but to the modern international order as a whole that cannot be addressed within the limits of existing normative and legal frameworks. (DROLET, 2011, p. 252)

Robert Kagan enfatiza, diversas vezes, que a insistência na institucionalidade atual prejudicaria sobretudo aqueles que a defendem, revelando mais uma vez a noção de fiel da balança. Norman Podhoretz também esclarece porque a nova doutrina de política externa adotada após os ataques terroristas é eficaz e necessária, utilizando como fundamento de seu argumento as noções descritas anteriormente.

The Bush Doctrine revealed itself as an extremely bold effort to break out of the institutional framework and the strategy constructed to fight the last war [The Cold war]. But it was more: it also drew up a blueprint for a new structure and a new strategy to fight a different breed of enemy in a war that was just starting. (...) Bush had come to the conclusion that few if any of the old instrumentalities were capable of defeating this new enemy. It meant to substitute preemption for deterrence, and to rely on American military might rather than the 'soft power' of the UN and other relics [of the Cold war]. (PODHORETZ, 2005, P.151)

Norman Podhoretz no mesmo artigo define o que seriam os quatro pilares da "Doutrina Bush". Há algumas classificações relacionadas às características da política externa norte-americana no período, que serão retomadas, mas que se diferenciam das classificações propostas por Norman Podhoretz e outros autores neoconservadores. Nessa divisão, há um forte lastro moral no que tange o exercício da política externa, dada de uma clara, apesar de levemente equivocada, definição de qual seria o inimigo dos EUA naquele momento.

America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere. No nation owns these aspirations, and no nation is exempt from them. We have no intention of imposing our culture. But America will always stand firm for the nonnegotiable demands of human dignity: the rule of law; limits on the power of the state; respect for women; private property; free speech; equal justice; and religious tolerance. (State of the Union Address, 2002)

O discurso no Congresso de 2002 retoma uma característica da política externa norte-americana que havia sido esquecida por boa parte do século XX e apenas retomada após o governo Carter, como argumentaram Kristol e Kirkpatrick. Trata-se da convicção de que a política externa deve sempre contabilizar suas implicações morais. Mais do que isso, trata-se da avaliação de que se a política externa não realizar

juílgamentos morais, ela estará falhando em sua essência. Nesse sentido, muitas críticas realizadas ao neoconservadorismo, no que se refere a uma excepcionalidade norte-americana e na impossibilidade de que os objetivos de política externa expostos pudessem ser alcançados dentro de uma perspectiva de isenção, tornaram-se refém do seu próprio desconhecimento do pensamento conservador. Ora, tais críticas, para os conservadores de modo geral, só fariam sentido se operados na lógica descrita no capítulo 1, dentro de um plano epistemológico, e se refletirem visões de mundo descritas no capítulo 2, por Kristol e Kirkpatrick, como a política de contenção ou de preferência pela estabilidade em detrimento de outras políticas baseadas em interesses menos pragmáticos.

A escolha por um modelo de sociedade, como fica bem claro, está assentado tanto na convicção de que se trata do projeto mais compatível com a "civilização ocidental", mas também na de que a experiência do limiar do século XX e a Guerra Fria colocaram a necessidade de se afirmar, sem hesitar, que há um modelo melhor do que o facismo e o comunismo. Sob essa óptica, o argumento de Podhoretz parece mais claro: "The first pillar of the Bush Doctrine, then, was built on a repudiation of moral relativism and an entirely unapologetic assertion of the need for and the possibility of moral judgment in the realm of world affairs.". (PODHORETZ, 2010, p. 121). É evidente que os Estados Unidos cometeram crimes, nos planos interno e externos, mas é justamente a convicção não ingênua de que, apesar disso, há uma escolha moral a ser feita capaz de diferenciar a política externa norte-americana das demais.

O segundo pilar da doutrina Bush seria o da redefinição do conceito de terrorismo e a criação de um costume: o de que estados que abrigam atividades terroristas são co-autores e por isso devem ter responsabilidade pelos fatos que decorrerem.

O terceiro pilar consistiria no direito do ataque preventivo [*to preempt*]. O direito de agir preventivamente é, no pensamento neoconservador, uma decorrência lógica da experiência norte-americana, como defendido até aqui²⁷. Se durante a Guerra

²⁷ Além das referências feitas no início deste capítulo e nos capítulos anteriores, os discursos do Presidente G. Bush em 2002 traziam à tona esse contexto histórico. Como apontou Podhoretz - 'as idéias de um

Fria, neoconservadores consideravam que a política de contenção era ineficaz por considerar moralmente equivalentes URSS e Estados Unidos, ela também teria sido por prolongar desnecessariamente o conflito. Na experiência da década de 1990, como argumentam Kristol e Kagan, foi justamente o excesso de confiança em um sistema de inspeções e a recusa da capacidade norte-americana de agir preventivamente que levou a situação do regime iraquiano a um patamar insustentável. O avanço e a disparidade entre as capacidades militares dos Estados Unidos e dos demais países era um fator legitimador do direito do ataque preventivo.²⁸

A diferença entre a guerra preventiva e o *right to preempt* foi notada corretamente por vários trabalhos sobre o neoconservadorismo. Como apontam, o critério da iminência, aceito no direito internacional é problemático, pois gera custos políticos devido a sua imprecisão conceitual²⁹.

ataque preventivo tornavam-se mais claras e eram colocadas em contexto histórico. O autor seleciona trechos importantes que corroboram essas afirmações: "For much of the last century, America's defense relied on the Cold War doctrines of deterrence and containment. In some cases, those strategies still apply. But new threats also require new thinking. Deterrence -- the promise of massive retaliation against nations -- means nothing against shadowy terrorist networks with no nation or citizens to defend. Containment is not possible when unbalanced dictators with weapons of mass destruction can deliver those weapons on missiles or secretly provide them to terrorist allies. (...) "We cannot defend America and our friends by hoping for the best. We cannot put our faith in the word of tyrants, who solemnly sign non-proliferation treaties, and then systemically break them. If we wait for threats to fully materialize, we will have waited too long." (President Bush's Speech at West Point, 1, July 2002).

²⁸ Para Drolet, "By minimizing collateral damages and putting relatively few American lives at risk, this new American way of warfare represented a fusion of strategy with ethics that would lower the burden of domestic legitimation and overcome the potential problem of public reticence. It would allow the executive to deploy military force promptly everywhere and at a different intensity." (P. 218).

²⁹ Sobre esse tema, ver LAVER, H. (2005) Preemption and the Evolution of America's Strategic Defense, How might a reconfigured meaning of imminent and preemption fit into international law? Neither international law nor the UN Charter addresses the current strategic environment where terrorists rather than nationstates threaten the lives of thousands of civilians, but strategist Terence Taylor proposes a set of three criteria to redefine what constitutes an imminent threat in the post-9/11 world. First, the gravity of the threat must be significant, such as that posed by WMD. Second, the method of delivery must be considered—not in relation to technology but in respect to the possibility of a specific warning. Terrorism's reliance on secrecy and surprise generally denies any forewarning of an attack; thus, Taylor writes, "It can be argued that even a general threat could qualify as imminent in international law." The final criterion is a declared intent by the potential attackers, such as al Qaeda's pronouncements to make further and more devastating attacks against the United States. A threat that fits these criteria, Taylor suggests, "creates a pervasive sort of imminent threat that could demand anticipatory military action . . . at a point in time when the opportunity arises to eliminate the threat." The validity of this standard in respect to international law is unclear, and will remain so until both American policymakers and their foreign counterparts establish clear and accepted definitions for terms like "imminent."

Na definição do Dicionário de Termos de Guerra, guerra preventiva é entendida como a "guerra iniciada a partir da crença de que um conflito militar, mesmo não iminente, é inevitável, e que atrasá-la envolveria grandes riscos". Nesse sentido, entendemos que a estratégia da guerra preventiva possui pelo menos duas diferenças importantes em relação ao ataque preemptivo - a primeira, de ordem temporal, visto que a lógica por trás da iniciação de uma guerra preventiva é impedir que uma ameaça se concretize num futuro mais distante mesmo não havendo evidências imediatas de um ataque inimigo. A segunda diferença refere-se à natureza subjetiva dos indícios que levariam a efetivação do ataque. (TEIXEIRA, 2007. p. 85)

O último pilar da Doutrina seria o apoio incondicional a Israel. Apesar do último pilar descrito ser bastante específico e, aparentemente, não ter relações com os três anteriores, há uma forte razão para que neoconservadores advoguem a defesa do Estado de Israel- o de que muitos neoconservadores, os principais, são de origem judia, como o próprio autor Norman Podhoretz. Outro fato curioso é a de que mesmo durante a Guerra Fria, em decorrência dos acontecimentos da Guerra do Yom-Kippur, neoconservadores sempre temeram que as alterações nos arranjos de poder, como o da Détente, ou o do fim da Guerra Fria, acabassem por diminuir o comprometimento dos Estados Unidos para Israel. Drolet aponta com precisão isso:

As détente unfolded, neoconservatives feared that the relaxation of superpower tension could lead the US to reduce its commitments to the survival of Israel – at the same time as the Soviet Union would maintain or strengthen its own commitments to Israel’s enemies. The Arab-Israeli War of October 1973 appeared to lend credence to these anxieties. For although the US provided Israel with crucial material assistance, and despite the fact that Nixon put the military on high alert worldwide when the Soviets threatened to intervene, America ultimately joined the Soviet Union in co-sponsoring a UN resolution demanding a cease-fire before Israel could complete its encirclement of the Egyptian army. The US then also threatened to interrupt its material assistance if Israel did not put an end to its violations of the cease-fire and agree to negotiate a truce.

3.2 O caso de Israel: subsídios empíricos

The General Assembly, (...) Determines that Zionism is a form of racism and racial discrimination. - UN Resolution 3379

A vinculação entre uma doutrina de política externa neoconservadora e a defesa incondicional de Israel parece deslocada quando analisada, no momento posterior 11 de setembro, em relação aos outros 3 pilares expostos por Podhoretz, uma vez que mesmo em pronunciamentos oficiais, a questão palestina não é vinculada à agenda de combate ao terrorismo. No caso de Israel, uma das poucas declarações que envolvem esse Estado no combate ao terrorismo, consiste em admitir que as ameaças à Israel equivalem as que afligem os Estados Unidos.

"I've spoken very clearly to the President [Putin] that it's time for new leadership to develop a new strategic framework for peace. The threats that the ABM Treaty addressed no longer exists; no longer exists. There are new threats, new forms of terror: cyberterrorism, fundamentalist extremists, extremism that certainly threatens us, threatens Israel, who is our strong ally and friend, threatens Russia. We've got to deal with it. The threat in Europe at sometime, perhaps. We must deal with that issue. And one way to do that is coordinate security arrangements, is to talk about how to -- as to how to deal with the new threats, but also is to be able to have the capacity to rid the world of blackmail, terrorist blackmail" (President Bush, 17 July 2001: Interview with Foreign Press)

Essa declaração, acompanhada de uma breve nota na National Security Strategy de 2002³⁰, mostram-se insuficientes para esclarecer o peso que a defesa de Israel teria nesse pensamento. A questão israelense teria, basicamente, três dimensões na história do neoconservadorismo: a) uma dimensão genealógica; b) o acumulado histórico; c) subsídio empírico para a doutrina chamada de unilateral.

³⁰ Israel also has a large stake in the success of a democratic Palestine. Permanent occupation threatens Israel's identity and democracy. So the United States continues to challenge Israeli leaders to take concrete steps to support the emergence of a viable, credible Palestinian state. As there is progress towards security, Israel forces need to withdraw fully to positions they held prior to September 28, 2000 - National Security Strategy 2000.

A dimensão genealógica é a que encontra maior respaldo na literatura sobre o tema. A principal inferência é a de que "como boa parte dos neoconservadores são de origem judia, haveria, então, como objetivo da política neoconservadora (por assim dizer), a defesa dos interesses de Israel"³¹. Essa inferência é apenas em parte verdadeira³², baseada fortemente nos estudos de Mearsheimer e Walt³³ (2007), é que analisada a influência do lobby israelense em relação ao conflito iraquiano. Dom Waxman resume bem essa linha de pensamento: "Put differently, the Iraq war may not have been waged exclusively for Israel, but if it weren't for Israel and the pro-Israel Lobby it would not have been waged at all." (p.4, 2008). Considerada a inferência como verdadeira, a retirada de Saddam Hussein do poder teria como objetivo fortalecer a posição de Israel no Oriente Médio, o que não ocorreu, devido à habilidade de Sauditas e Iranianos em contornar o fiel da balança judeu. A retirada de Saddam Hussein do poder, sob o argumento das armas de destruição, poderia ter reduzido as ameaças ao Estado Judeu. Sob o ponto de vista da história, o Irã tornou-se mais forte e influente na região, uma ameaça real à segurança de Israel. Como uma política elaborada para fortalecer os interesses de um terceiro geraria tantos resultados negativos ao mesmo? Como aponta Waxman:

A fundamental problem with the "war for Israel" critique is that it misconstrues the place of Israel in neoconservative foreign policy thinking. While neoconservatives are deeply committed to Israel's security and well-being—as are many other Americans of different political orientations (especially, most American Jews)—this does not mean that the foreign policies they favor are derived from this commitment. The "war for Israel" critique exaggerates the importance of Israel to neoconservatives, placing Israel's security at the top of the neoconservatives' foreign policy agenda. This is a serious misunderstanding of the neoconservative worldview. (WAXAN, 2009, p.5)

³¹ Para Ariel Finguerut, por exemplo, 'há uma congruência entre os neoconservadores com posições pró-Israel e os neoconservadores pesquisadores da JINSA.', por se tratarem dos mesmos indivíduos. (Finguerut, 2008, p. 50)

³² Sobre o aspecto problemático dessas análises, ver Hummel: In regards to overemphasis, works examining American foreign policy have tended to latch onto the neoconservatives' Jewish background and essentialized the group's support for Israel in such terms.⁵ Some intangible bond between Jews, it would seem from these works, leads neoconservatives to naturally – that is, it requires no explanation – support Israel and its policies. Such arguments are often grounded in studies assessing the neoconservative influence in the George W. Bush administration (2001-2009). Unfortunately, many authors with contemporary concerns fail to differentiate between generational or historical context when they portray neoconservatives as secretive, conspiratorial, or monolithic. (Hummel, 2010, p.14)

³³ Mearsheimer, J. Walt, S. *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*. Farrar, Straus and Giroux. 2007

Para Waxman, as interpretações sobre a questão israelense dentro da política externa norte-americana acabaram por serem exageradas. Em sua opinião, em relação à atuação dos think tanks e órgãos pró-Israel, o argumento de uma 'Guerra para Israel' não se sustentaria devido à própria relutância e indecisão de alguns desses órgãos em apoiar o ataque. Um segundo ponto, que é omitido em muitas análises, é o debate ocorrido na esfera pública Israelense, em especial se a Guerra traria mais benefícios ou danos à imagem de Israel, como no caso de uma desestabilização política na região ou mesmo o aumento do sentimento anti-Israel. Apesar disso, como aponta Waxman, as pesquisas mostraram que quase 70% dos Israelenses apoiaram a intervenção, mas apenas líderes como Perez ou Netanyahu embasavam suas posições no discurso neoconservador³⁴.

A pesquisa de Waxman apenas reforça a noção referida por muitos autores neoconservadores, seus críticos e estudiosos, de que o neoconservadorismo é um fenômeno tipicamente americano e, portanto, deve ser entendido dentro dos limites que esse fato impõe. Os israelenses, em geral, mantiveram-se céticos em relação às teorias de exportação de democracia, de modo que a descrença em relação a progressos democráticos na região mantinha-se, como estereótipos, segundo alguns críticos, ou apenas como a opinião de senso comum³⁵. Vale lembrar que a própria história de alianças de Israel no Oriente Médio foi bem sucedida em decorrência de aliados mais <<duros>>, como Mubarak e as famílias reais. Waxman esclarece muito bem o temor de Israel em relação aos processos de democratização, que apesar de incipientes até agora, não chegaram a comprovar as teses advogadas por analistas israelenses.

Entretanto, ainda que a Irmandade Muçumana, desde os eventos da Primavera Árabe, tenha renunciado a cargos eletivos no Egito e Tunísia e ainda mantém-se apenas no quadro representativo, seria ingenuidade assumir que sua influência poderia ser mensurada de modo eficaz por meio de sua representatividade eleitoral.

³⁴ Finally, some Israelis (most notably, Netanyahu and Natan Sharansky) shared the neoconservative hope that regime change in Iraq could result in a positive transformation of the political landscape of the Middle East, democratizing the entire region and, ultimately, enabling Israel to live in peace with its neighbors (WAXMAN, 2009, p.10)

³⁵ The prevailing Israeli view was that the political culture and traditions of the region, especially in the Arab states, were not hospitable to democracy. Strong-man rule and dynastic autocracies were the norm in the Arab world, and would probably remain so.(idem)

Not only were Israelis skeptical about the prospects for Middle East democratization, but also they generally viewed democratization—even if it were possible—as representing more of a threat, than an opportunity, for Israel. After all, Israel was more hated on the “Arab street” than it was in the corridors of power in Arab capitals. Politically empowering the masses would overturn the status quo in the region, and the outcome could be far worse for Israel if democratic elections brought virulently anti-Israel Islamist parties to power such as the Muslim Brotherhood in Egypt (which opposed the peace agreement with Israel and wanted to scrap it). In short, a democratic Middle East could be more hostile to Israel than the existing regional order, however problematic it was. Thus, Israelis (including those within the country’s political and security establishment) did not welcome the Bush administration’s democracy agenda (Alpher 2007). They viewed its goal of bringing democracy to the Middle East as unrealistic and reckless. (idem, p. 12)

Curiosamente, o argumento exposto por Waxman em 2009 é reforçado pela conjuntura política atual: se a Guerra do Iraque teria sido concebida para atender, de algum modo, os interesses de Israel, ela falhou. No cenário atual, pode-se afirmar, sem dúvidas, que a segurança desse país foi minada pelo crescimento do Irã, resultado da desestabilização do Iraque, e de um programa nuclear que avançou durante o período de instabilidade na região.

Ainda em relação a esse aspecto genealógico, que envolve tanto pessoas quanto instituições, a publicação *Commentary* tem seu lugar de destaque. Norman Podhoretz foi seu editor por mais de duas décadas e a vinculação da cultura judia e o neoconservadorismo se deu por meio dessa publicação até a década de 1980. O trabalho de Daniel Hummel dá continuidade às análises sobre a genealogia do pensamento neoconservador e suas relações com Israel. Há dois pontos a se ressaltar na análise do autor: a) as circunstâncias particulares que a existência de uma influente comunidade judaica nos Estados Unidos na década de 1960 teve nas posições internas expostas na *Commentary*; e b) como a situação de Israel no período repercutia nesses pensadores.

O modo pelo qual as experiências internas e externas sobrepõem-se para legitimar subsídios políticos para doutrina vindouras é o principal motivo para explorar aspectos até biográficos e pessoais, como os existentes no capítulo 2. Espera-se, concluída essa etapa, mostrar como a história de Israel, em relação à norte-americana, forneceu subsídios para política 'atuais'.

Hummel aponta, na década de 1960, dois acontecimentos marcantes que influenciaram o amadurecimento de um pensamento neoconservador: a) O julgamento Eichmann; e b) Guerra dos Seis Dias.

Em relação ao primeiro, trata-se do tribunal de exceção que realizou o julgamento do Nazista Adolf Eichmann, que foi capturado na Argentina e julgado pelos crimes cometidos durante o regime nazista. Foi a primeira vez que a comunidade judia deparava-se com uma situação de ameaça e confrontação nos Estados Unidos sobre o julgamento, em grande parte como resultado da interpretação de Hannah Arendt. Em seu livro, *Eichmann in Jerusalem*, Arendt realizou uma pesquisa de campo com judeus presentes no julgamento, de modo a buscar uma racionalização para os fenômenos do nazismo, assim como ressaltar as traições, segundo ela, de muitos judeus complacentes com os serviços de inteligência nazistas. A interpretação de Arendt foi repudiada pela comunidade judia, já que, de acordo com interpretação da época, colocava judeus como coniventes aos horrores do holocausto.

Along with her earlier study of totalitarianism, she attempted to organize and understand, but not excuse, the seemingly irrational destruction of the Holocaust. Arendt argued that the “machinery of destruction” operated outside the moral purview of any single individual, thus complicating the guilt of the primarily bureaucratic Eichmann. Some misread Arendt’s arguments; dissenters believed she tried to justify Eichmann’s actions or place blame for the Holocaust on Jews themselves. Neither point was accurate, but a growing consensus in the American Jewish community interpreted the book as an indictment of Jews as coconspirators in the Holocaust (Hummel, 2010, p. 30)

A repercussão negativa do trabalho de Arendt na comunidade judia foi reforçada por artigos de Podhoretz e outros judeus, no sentido de que se tratava de uma análise perversa, tributária de um relativismo moral irônico e intelectualmente inconsistente³⁶. A posição dos comentaristas judeus era irreduzível e, considerado o impacto dos acontecimentos do período, parece-nos justificável que houvessem recusado um debate intelectual.

³⁶ Uma interessante coletânea de artigos de críticos da postura de Hannah Arendt foi levantada por Michael Erza em *The Eichmann Polemics: Hannah Arendt and Her Critics*

They did what they did, they were what they were, and each was a different man. None of it mattered in the slightest to the final result. Murderers with the power to murder descended upon a defenseless people and murdered a large part of it. What else is there to say? (Podhoretz, apud, Waxman, 2009)

Hummel afirma que já em 1963 a discussão sobre o julgamento levou a uma defesa mais forte de Israel, como uma parte do pensamento neoconservador, pelo menos no que advogava Podhoretz. Ao ser confrontado com a afirmação de que a execução de Eichmann colocava Israel em uma posição complicada já que não haveria se comportado "como uma nação". Podhoretz questiona por quê Israel deveria ter uma postura mais nobre ou ser condenado pelas suas ações por critérios desproporcionais. Esse questionamento, retomado em outros momentos e discursos neoconservadores, parece ter raízes distintas, como exposto principalmente no pensamento de Kristol e também de Kirkpatrick, incluindo a própria história de Israel. (Hummel, 2010, p. 32)

A vitória de Israel na Guerra dos Seis Dias foi seguida de uma segunda onda de anti-semitismo, como descreveu Hummel. Os movimentos 'Black Nationalists' e 'SNCC' difundiam mensagens que relacionavam o conflito às aspirações imperialistas de Israel e o Sionismo como uma forma de racismo³⁷. Para Hummel, os movimentos Marxistas e Negros nos Estados Unidos buscaram estabelecer uma distinção de raças no conflito árabe-israelense, de modo análogo ao conflito interno norte-americano.

Diversos autores como Podhoretz utilizaram-se desse momento controverso na história dos Estados Unidos para unificar o 'jewishness' com a defesa do Estado de Israel, uma vez que muitos ativistas e organizações de direito civil negras advogavam e atuavam proativamente em favor da causa palestina. Nesse sentido, a experiência histórica externa acabou por se representar no conflito interno, no mesmo sentido que argumentou Kristol e que argumentaria, mais tarde, Kirkpatrick.

³⁷ Ralph Featherstone, publicity director for SNCC, responded to the charges of anti-Semitism in a press conference.⁶⁴ He sought to clarify that the organization was not against Jews as a race, but only against Zionism and Israel. However, Featherstone admitted that Arab embassies supplied material for the June-July article. He also felt the need to defend SNCC's continued use of the metaphor of colonialism. Zionism in the Middle East, he contended, was similar to Jewish shopkeepers' exploitation of Black ghettos, "those Jews in the little Jew shops," but stating this fact, he argued, did not assume anti-Semitism. (HUMMEL, 2010, p.50)

De certo modo, as experiências e preocupações de judeus e neoconservadores acabariam por se unir, e a política externa advogada por neoconservadores não seria, necessariamente, aquela em benefício ou em prol de Israel, como a experiência da Guerra do Yom Kippur ou do Golfo demonstrariam. É mais seguro afirmar que, do mesmo modo que a história dos Estados Unidos teve situações que reforçavam as percepções da necessidade de uma doutrina assertiva moralmente e, de certo modo, unilateral, a história de Israel forneceu mais subsídios para a defesa dos interesses norte-americanos, na perspectiva neoconservadora, do que os próprios interesses sionistas, como alguns argumentam. A principal experiência israelense que foi de certo modo apropriada por neoconservadores foi a Resolução 3379, que caracterizava o Sionismo como uma forma de racismo. Como afirma Drolet,

For neoconservatives, resolution 3379 became a symbol of the irreversible moral bankruptcy of the UN. It also confirmed the political irrelevance of what had once been a key instrument for the maintenance of American hegemony. Moynihan, who was US ambassador at the UN at the time (1975-76), fervently condemned the resolution as a revolting manipulation of the enlightened ideals enshrined in the UN Charter. He blamed liberal forbearance for the hopeless decay of the world organisation (DROLET, 2011, p. 67)

Nesse sentido, a rejeição por parte do conservadorismo em relação às Nações Unidas nos Estados Unidos possuiu forte relação com a experiência negativa de Israel. Kirkpatrick, que no capítulo anterior foi utilizada como fonte para mostrar que as posições norte-americanas mais atuais já tinham precedentes na história, utiliza a experiência de Israel como chave para explicar o motivo pelo qual a ONU e a negociação diplomática seria problemática.

Durante a década de 1980 várias manifestações da secretária Kirkpatrick já denunciavam que a situação de Israel na ONU demonstrava uma situação inaceitável, que seria comprovada pelos mais de 150 documentos aprovados no âmbito da ONU até aquele momento, estão a já citada resolução 3379, uma resolução do UN Commission on Human Rights que condenava Israel por 'crimes de guerra' nos territórios ocupados. Para a autora, as declarações da Assembléia Geral atuariam no sentido de transformar Israel em um Estado vassalo [nossa tradução para *sort of a pariah State*], deslegitimando Israel em ao mesmo três níveis. O primeiro seria o da equivalência entre o Sionismo e o Racismo, o segundo seria a noção de um Estado fora da lei, sem

representatividade na ONU e que, por tal razão, possui menos prerrogativas de auto defesa. Utilizando-se de um argumento retórico, a secretária é enfática ao afirmar que 'Israel is not a burden or an inconvenience to the United States'.

No caso de Israel, já na década de 1980, encontra-se uma descrição bastante pertinente para os vínculos entre os dois países e que resumem, de algum modo, um olhar mais conservador sobre a política externa. Para Kirkpatrick, há duas dimensões necessárias para o alinhamento político, a dos valores e a dos interesses. Repudiando claramente as doutrinas de política externa, como o realismo da década de 1960-1970 e o idealismo de Carter, que antecederam o neoconservadorismo e fazendo um pequeno prelúdio dos argumentos apresentados num passado recente, não haveria possibilidade de uma aliança baseada somente em interesses objetivos. Representando a noção conservadora de Strauss de que o exercício político e do conhecimento não poderia advogar uma solução apaziguadora do conflito moral, a secretária afirma que a democracia é o valor compartilhado e a segurança é o interesse comum. Em um tom assertivo, há a impossibilidade das Nações Unidas serem um órgão legítimo capaz de deslegitimar um regime.

Além dos interesses objetivos expostos no capítulo anterior, essa crítica ilustra a impossibilidade da transmutação do problema político essencial no pensamento neoconservador (e conservador em alguma medida) - o modelo liberal como se conhece contemporaneamente, tanto nos critérios políticos e morais amplos, quanto no que se refere a um modelo de governança eficiente pudesse atuar na esfera internacional.

Como mesmo argumenta Strauss, o problema essencial do conhecimento é a tentativa de desvinculação entre fatos e valores proposta por Weber. Tomando ao cabo o argumento de Kirkpatrick, na visão conservadora, a atuação em blocos das nações chamadas 'anti-americanas' permitiu que ocorressem manifestações análogas no ambiente da ONU³⁸. (KIRKPATRICK, 1983, p. 37-39)

³⁸ A lista de manifestações da secretária é extensa, numa lista de mais de 25 discursos sobre o problema do Oriente Médio e da crise de legitimidade da ONU. Seleccionamos alguns trechos que julgamos importantes nessa discussão: "Mr President, if this organization established to seek, maintain, and strengthen peace is used to make war by other means; (...) if its procedures, designed to ensure fairness, are twisted to ensure desired political outcomes - then the purposes and structures to this organization are transformed. It becomes, quite literally, a different organization, inspired by different purposes, dedicated

What was underway in the passage of this resolution was what Nietzsche called a transvaluation of values, an effort to turn literally upside-down the understanding of what is legitimate and what is illegitimate; who has a right to exist and to defend themselves and who has no such right at all. (KIRKPATRICK, 1985, p. 47)

A doutrina unilateral, exposta brevemente nesse capítulo, é baseada não somente na experiência dos conflitos da década de 1960-70, mas também na hesitação em relação aos mecanismos contemporâneos de negociação e na reivindicação de uma história desfavorável aos interesses norte-americanos pertinentes a esse modelo de governança. Se a polêmica sobre o peso de Israel e o alcance do sionismo nas idéias neoconservadoras parece ter sido minimamente esclarecida até aqui, há mais subsídios para argumentar que os interesses e histórias de um neoconservadorismo judeu serviram muito mais aos interesses norte-americanos do que ao contrário. A experiência de Israel forneceu bases empíricas para que se argumentasse a favor de uma postura anti institucional, que até agora neste capítulo havia sido sustentada somente por argumentos de ordem político filosófica - o vínculo entre a norma e o fato político seria decorrência da ação norte-americana e não de um sistema multilateral -; e de ordem material - a superioridade de meios norte-americano.

Essa dimensão histórica da política externa norte-americana parece ter sido relativizada por algumas análises sobre as principais características do neoconservadorismo em termos de política externa. Como afirma Teixeira,

A defesa neoconservadora do unilateralismo baseia-se principalmente em dois argumentos. O primeiro, conforme já tratado na seção anterior, refere-se a uma alegada falta de legitimidade de organismos supranacionais. O segundo argumento fundamenta-se na premissa de que o unilateralismo é necessário para aumentar o raio de ação da superpotência no plano internacional.(TEIXEIRA, 2008).

O autor discute corretamente a influência do pensamento de Kristol, no caso da falta de legitimidade das organizações internacionais, e de Krauthammer, a quem se dedica a reflexão a seguir, mas sem contabilizar as origens desse pensamento. Tomadas

to different goals. (...). When the goals and behaviour of the members change, the institution has changed as well.". (Kirkpatrick, 1982, April 23)

as constatações como absolutas, a preferência pelo unilateralismo ou a crítica das OIs seriam provenientes de um cálculo de poder que os próprios neoconservadores por muito criticavam.

Kristol entende que o unilateralismo não significa "retirar-se de toda e qualquer aliança", mas livrar os Estados Unidos das que, no seu entendimento, impediriam uma ação mais livre por parte desse país, classificadas pelo autor como "entangling alliances". Krauthammer pondera que agir unilateralmente não significa necessariamente agir sozinho, mas "não permitir tornar-se refém de outros"² (idem)

Nesse sentido, os argumentos expostos no capítulo anterior, sobre a experiência americana, e neste capítulo sobre a história de Israel buscam complementar essas análises, uma vez que ao se contrapor às doutrinas realistas e liberais, o neoconservadorismo busca uma redefinição do interesse nacional. Ao unir argumentos de ordem moral e cálculos mais pragmáticos há um enfrentamento parcial das explicações sobre as doutrinas baseadas em um cálculo de poder tão restrito, influenciado pelas capacidades materiais e a suposta ausência de antagonistas atuais.

3.3 A questão da democracia

The remoralization of America at home ultimately requires the remoralization of American foreign policy. - W. Kristol; R. Kagan (1996)

Dando continuidade à reflexão sobre o neoconservadorismo nas últimas duas décadas, a questão da democracia aparece com parte essencial do pensamento neoconservador em todos os trabalhos de relevo sobre o tema. Algumas dessas abordagens são privilegiadas com o intuito de problematizar a questão da democracia no pensamento neoconservador, em um primeiro momento, e depois apresentar alguns posicionamentos de autores neoconservadores afim de esclarecer em que medida, o

debate sobre a democracia e o neoconservadorismo, podem servir ao problema de pesquisa.

O trabalho da Profa. Maria Helena Castro Santos intitulado *Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: doutrinas e o uso da força* e publicado na Revista Brasileira de Política Internacional é uma extensa análise qualitativa baseado em fontes primárias da política externa norte-americana que busca discutir incongruências entre a suposta missão da política externa do país e suas doutrinas recentes, como a Bush. Segundo a autora, as doutrinas de defesa acabam por expor uma contradição entre o discurso e a prática. Todavia, a autora realiza uma pertinente síntese de princípios que guiariam a ação externa. Além de apresentá-los brevemente, espera-se problematizá-los na discussão sobre as origens e fundamentos intelectuais do neoconservadorismo.

No início de sua argumentação, há a descrição dos 'princípios' da política externa norte-americana. Transcrevemos:

- (1) Os valores e princípios da democracia liberal ocidental são universais, isto é, todos os povos do mundo desejam tornarem-se democráticos. Portanto, a promoção da democracia é para o bem da humanidade.
- (2) Democracias não lutam entre si. Portanto, exportar democracia significa promover a paz mundial. Aqui democracia é ligada à segurança global.
- (3) A promoção da democracia faz o mundo mais seguro e mais próspero para os Estados Unidos. Aqui democracia é ligada à segurança e aos interesses americanos.

Missão: Os americanos estão imbuídos de uma missão perante a humanidade: trazer-lhe liberdade e democracia. (SANTOS, 2010)

Em relação ao primeiro princípio, a autora lista uma quantidade considerável de discursos que sustentam essa posição, no plano teórico, ao menos. O discurso de Colin Powell³⁹ que faz referência explícita a democracia como um princípio universal, possui bastante relação a noção de um liberalismo originário do pensamento fundador dos Estados Unidos, em respeito à liberdade e da iniciativa, derivadas de um fundamento transcendental.

O segundo princípio, identificado com a teoria da paz democrática, a autora demonstra que essas noções já estavam em gestação desde o fim da Guerra Fria desde o processo de reconstrução e reabertura dos mercados na antiga União Soviética quanto

³⁹ Statement on President Bush's Budget Request for FY 2003, fevereiro, 2002)

em relação a uma solução eficaz para o problema do terrorismo. Entretanto, apesar de tentadora, não se pode considerar a defesa da democracia no plano da defesa sem considerar seus fatores conjunturais. Na década de 1990, a defesa da democracia estava ligada aos interesses econômicos das áreas de livre comércio e abertura de novos mercados, assim como da reformulação e alargamento da OTAN. No caso mais recente, a democracia não somente era vinculada a agendas específicas de economias de mercado, mas como condição essencial para a estabilidade regional, uma vez que diminuiria a representatividade de ideologias radicais.

Além disso, um aspecto omitido na análise da autora é o de que as intervenções, no limiar do século XX, não poderiam ser em favor de qualquer outro sistema político que não o democrático. Apesar de fraudada em muitos conceitos, a teoria da paz democrática e sua suposta invocação no exercício da política externa são partes importantes na análise da política externa norte-americana, mas como demonstra-se mais tarde, falar em motivações da imposição da democracia como pilar da política externa parece de vários modos, errado, já que para neoconservadores, a política externa está fortemente vinculada a um interesse nacional revisitado.

De todo modo, a defesa de regimes mais democráticos por todo mundo demonstrou aparente incoerência pela sua seletividade. A afirmação de que a política externa se baseia nesse princípio é refém das críticas expostas no capítulo 2, como de tantas doutrinas que advogam a política da paz, do mundo multilateral ou dos direitos humanos. Imergida em um tanque de contradições, a convicção do primado de um regime liberal em detrimento das opções autoritárias, torna o aparente dilema vazio sob a visão conservadora, haja vista que a sua imposição pela força e seletividade poderiam ser contradições, como muitas outras inerentes ao exercício político.

O último princípio exposto pela autora resume muito bem aquilo que se buscou demonstrar até aqui e que espera-se complementar nos próximos parágrafos, apesar de não ser subscrita pela pesquisa, por completo, a noção de exportação de democracia.

A análise dos discursos mostrou ainda que o terceiro princípio frequentemente vem associado ao segundo nos discursos dos Presidentes e seus Secretários de Estado: importa aos tomadores de decisão convencer a sociedade e o Congresso que, além da paz e da segurança mundial a democracia traz também segurança e prosperidade para os Estados Unidos (cf. os fragmentos de discursos ilustrativos do 2º e 3º princípios acima). O

terceiro princípio é crucial na composição da doutrina de política externa americana no período do pós-Guerra Fria: ele liga a dimensão normativa e ideológica da doutrina a sua dimensão pragmática, possibilitando a sua implementação política. (SANTOS, 2010)

Parece que é por unir tão bem as dimensões normativa e pragmática que o neoconservadorismo possuiu tanta vitalidade. Além das dimensões normativas e intelectuais desse pensamento, predominantes na análise sobre a democracia, a experiência histórica também teria, evidentemente sua contribuição. Ao contrário dos temas tratados anteriormente, em que o argumento empírico indicava novos pontos para a reflexão, a história do século passado é subsídio suficiente para dispensar uma investigação nesse sentido.

A defesa da democracia como característica essencial da política externa americana encontra sustentação dentro da perspectiva histórica, mesmo antes do fim da Guerra Fria, como demonstrou M. H. Castro, mas também por diversos autores neoconservadores. Antes de mostrar como a questão da democracia relaciona-se com o problema de pesquisa, faz-se necessário descrever alguns posicionamentos de autores neoconservadores sobre essa questão.

Charles Krauthammer reforça o posicionamento dos secretários de Estado afirmando que a Guerra no Iraque seria uma correção de rumos na política externa norte-americana, que havia negligenciado uma política de promoção da democracia no mundo Árabe em prol de uma convicção << culturalista >>, como identificou Castro, de que o mundo Árabe consistiria em uma exceção à regra. A democracia seria, para o autor, um fator de estabilidade e de paz. Nas palavras do autor, 'Success in Iraq would be a singular victory in the war on radical Islam. Failure in Iraq would be a singular defeat.' (KRAUTHAMMER, 2005, p.197)

A reafirmação de que a democracia seria não só um regime político melhor que os demais, mas também capaz, em um espírito *a priori*, de minimizar as posições mais radicais. O forte apego a uma modelo de democracia procedimental, cujas origens estão em vários estudos realizados durante a segunda metade do século XX na academia norte-americana, parece-nos problemático, não sobre suas características próprias, mas sim pela noção de que a democracia, por si só, seria capaz de enfrentar problemas oriundos de outros fatores que não a autocracia.

Para Drolet, trata-se de uma das principais vinculações entre o pensamento straussiano e o neoconservadorismo. No capítulo 1, busca-se deixar evidente as restrições à sociedade liberal de Strauss, assim como, enfatizar, ainda que brevemente, seu repúdio aos modelos autocráticos, derivado não apenas de sua experiência como judeu refém das memórias do Holocausto, mas também de sua filosofia política. Para Strauss, o regime político seria capaz de direcionar e influenciar o conflito político em direção a condutas morais distintas. Se a democracia liberal, nas palavras de Strauss, é o fruto do relativismo e a sociedade formada por 'cérebros sem coração e por leitores de tirinhas e colunas esportivas', os regimes autoritários são contra a liberdade em seu sentido mais amplo e atuam como legitimadores da violência política. (DROLET, 2011, p. 184)

Se a democracia é capaz de direcionar a conduta política de modo tão eficaz, de acordo com a visão straussiana, não surpreende que a promoção desse regime político seja considerada como vital para a defesa de seus próprios interesses. Novamente, para neoconservadores, a defesa da democracia não pode ser só uma bandeira, dentre as muitas que a política externa advoga, sua efetividade está ligada a sua capacidade de atuar em prol dos interesses norte-americanos. A noção da paz kantiana, debatida constantemente nos textos sobre neoconservadorismo, é apenas uma das bases intelectuais dessa conduta política. Somam-se a proposta de um federalismo kantiano, as noções de Strauss sobre o regime político. Drolet resume muito bem a importância do regime político, em perspectiva com uma herança filosófica.

Because the regime of a country 'shapes the "way of life" more than any other formative factor except for human nature itself', the struggle between those who wish to define the regime is 'the supremely important contest in human existence' – the essence of the political. As Steven Lenzner and William Kristol explained in the immediate aftermath of the Iraq War, 'To understand political life in terms of regimes is to recognize that political life always partakes of both the universal (principles of justice or rule) and the particular ("our" borders, language, customs, etc.). President Bush's advocacy of "regime change" – which avoids the pitfalls of a wishful global universalism on the one hand, and a fatalistic cultural determinism on the other – is a not altogether unworthy product of Strauss's rehabilitation of the notion of regime'. (DROLET, 2010, p. 185)

Alguns autores vão mais longe ao reafirmar que a Doutrina Bush reverteu a posição já arcaica da Doutrina Kirkpatrick, relacionada à noção de *Dictatorships and Double Standards*, uma vez que regimes outrora classificados como autoritários deviam ceder a regimes mais democráticos. Charles Kesler analisa a doutrina Bush sobre a óptica da democracia tanto em relação aos seus antecedentes históricos quanto à sua pertinência contemporânea. Para o autor, a doutrina Bush continuava as aspirações conservadoras de unir o interesse ideológico à luta militar, já que o 'regime change' seria não somente a troca por algo melhor, mas 'com objetivos muito claros de semear a liberdade e a democracia' em seu centro.

A Doutrina Bush, para Kesler, foi necessária em diversos aspectos. Além de ser considerada a medida apropriada para o conflito assimétrico instaurado após os ataques terroristas, também promoveu uma revitalização do pensamento neoconservador. Em sua argumentação, valoriza-se a noção de que, do mesmo modo que as posições do *reaganites*, a Doutrina Bush incentivou o 'Mundo Ocidental', por assim dizer, e as ideologias e outras opções políticas existentes no mundo contemporâneo. (KESLER, 2005, pp. 200-204)

No período da Guerra Fria, a política externa americana foi inconstante. Foi desde um período acirramento inicial, para uma *détente*, e terminou em uma rejeição completa da noção de relaxamento e de supostas congruências, no grande mapa geopolítico, entre as potências. Se antigamente, o repúdio ao Comunismo em seus princípios era condição necessária para uma vitória na Guerra Fria, no conflito mais recente, não haveria vitória simplesmente pela imposição da força, sem um arcabouço sólido de princípios. Considerada essa afirmação, a democracia adquire um papel chave e responde em alguma medida a pergunta de pesquisa, uma vez, que ecoa o pensamento conservador abordado nos primeiros capítulos.

Para Kesler, a Doutrina Bush não é apenas representante de um bem sucedido ajuste de curso no pensamento conservado. Ela corrigia as incompatibilidades temporais da vitória na Guerra Fria, reforçando princípios. Strauss criticava o liberalismo por considerá-lo fagulha para a inversão do direito natural antigo para o direito natural moderno, sendo essa sua principal contribuição filosófica. De modo análogo, Kesler afirma que a Doutrina Bush foi responsável pela redefinição do direito natural como a

fundação da moralidade política no âmbito da política contemporânea. A sociedade liberal, fundada na inversão entre direitos e deveres, acabou, segundo Strauss, criando uma sociedade à la carte, em que cada demanda individual era legítima perante o sistema político, precisava ser reafirmada, para os neoconservadores, em seu sentido mais puro⁴⁰.

Entretanto, a restauração de um direito natural carece de duas etapas: a) o direito de ser livre; e b) a capacidade de ser livre. (KELSER, 2005, p. 225) Sendo assim, enquanto o primeiro reflete o ideal moderno e a própria noção teológica derivada dos *Founding Fathers*, a segunda é de ordem política. Sendo assim, a doutrina de *'regime change'* atuaria para suprir os espaços entre a norma e a política.

Essa interpretação sobre a interpretação 'decisionista' relacionada ao neoconservadorismo foi debatida por Drolet em seu artigo *'Containing the Kantian Revolution'*, que descreve a abordagem neoconservadora sobre o multilateralismo e a organização da política internacional contemporânea. Para neoconservadores, de modo geral, o vácuo do pós Guerra Fria aumentou a legitimidade de soluções de negociações e modelos de governanças mais liberais, ao menos no seu ímpeto inicial.

Nesse cenário, portanto, caso os Estados Unidos não agissem no sentido de impor sua própria norma e seu poder, o vácuo existente nessas duas categorias acabaria sendo preenchido por modelos de lógica formalista do tipo Weberiano, um conjunto abstrato de regras, em que a aplicação do Direito e a legitimidade da ação política derivariam de um conjunto de regras de tipo técnico. A teoria de Schmitt poderia e foi muito bem adequada à visão de mundo neoconservadora sobre a ONU e seus órgãos subsidiários, uma vez que para evitar a condução das questões essenciais por esses órgãos, a força política se sobrepôs a fim de preencher o vácuo entre o fato e a norma. Como aponta o autor, *'Neoconservatives nevertheless insist that the US is unreservedly committed to the establishment and preservation of a liberal order. But it is a liberal order with American power at the centre and with America as the indispensable nation'*. (DROLET, 2011, p. 266)

⁴⁰ 'In his words, liberty is the design of nature; and that 'freedom is the right and the capacity of all mankind'. (idem)

Acredita-se que essa leitura também pode ser aplicada à questão da democracia. Se a democracia é considerada a norma vigente no pós-Guerra fria, é por meio da decisão política norte-americana que ela deveria ser consagrada no mundo político. Como aponta Drolet, no sistema legal schmittiano, a norma superior não pode ser originária já que ela sempre precisará de uma norma legitimadora fundada nesse sistema. Sendo assim, o dilema do pensamento Schmittiano resulta no exercício do poder como condição *sine qua non* de um sistema normativo.

Trata-se de uma visão que pode muito bem ser usada para interpretação a necessidade da democracia para legitimidade e continuidade da supremacia norte-americana. Se um sistema legal e as relações entre os seus membros dependem de um poder, a construção desse sistema no pós-Guerra Fria necessita de uma afirmação muito clara de quem exercerá esse poder. Seguindo a lógica de Schmitt, o uso da força aparece como solução natural para um sistema legal em reconfiguração, já que é capaz de operar simultaneamente o monopólio da violência e a dicotomia (amigo e inimigo), categorias essenciais do político. Sua aplicação na política externa norte-americana, nesse sentido, seria coerente. Essa não poderia utilizar de outros instrumentos mais efetivos que não o uso da força na promoção da democracia. Drolet resume o pensamento Schmittiano:

As he emphasised in his *Nomos of the Earth*, the structure of international law is, and has always been, underpinned by a concrete, spatially delimited hierarchy of powers that is invested with symbolic meanings – i.e., a *nomos*. When this hierarchy dissolves, either war ensues or a new ordering principle is enforced by the dominant powers to replace the older one. So that at the foundation of all state, of all empires and of all legal systems there is an original violence, not a founding norm.

Apesar de sua consistência argumentativa, não se poderia considerar que o pensamento de Schmitt, por detectar a influência da decisão política e da violência quanto características essenciais ao surgimento da norma jurídica, que a solução advogada por neoconservadores, no longo prazo, seja benéfica. Kelser anteviu com muito sucesso os fracassos que a Administração Bush lidaria em relação a sua empreitada.

'By raising expectations - by making democracy appear as an easier conversion and way of life than it really is - Bush risks the erosion of liberal

and pro-democratic support within Iraq, but at home a loss of public confidence in the whole war effort.' (KELSER, p.231)

De acordo com a visão de Schmitt, sendo a própria legalidade baseada no domínio do poder, não poderia a legitimidade da ação na política resultar de uma lógica diferente de *ex post facto*. Trata-se de uma lógica que falhou em diversas instâncias em relação à política externa norte-americana, como no caso iraquiano.

Além da racionalidade atribuída ao fenômeno da promoção da democracia alhures pelas visões de Strauss e Schmitt, não seria possível deixar de abordar alguns antecedentes históricos que fortalecem ainda mais, no plano de execução, as idéias da Doutrina Bush. Além da história conhecida do século XIX e das experiências tímidas do final da Guerra Fria, a política externa norte-americana mais recente contava com dois grandes exemplos bem sucedidos: o caso japonês e alemão. Para James Kurth, as diferenças entre o caso Iraquiano e dos dois países são tão díspares historicamente e culturalmente que trata-se de um erro contabilizar essas vitórias como um coringa na defesa da Guerra do Iraque (KURTH, pp. 43-48)

Drolet aponta outros antecedentes históricos e intelectuais para o empreendimento democrático. Para o autor, as teorias do desenvolvimento, como a teoria da modernização, tiveram papel essencial na condução da política de cooperação e estratégica no então chamado Terceiro Mundo. Curiosamente, enquanto a visão da teoria da democratização buscava replicar um modelo de sociedade liberal bem sucedido, afim de minimizar os avanços do Comunismo, nos países periféricos, essa política adotou um alto grau de intervenção estatal, aumento de gastos militares e políticas econômicas heterodoxas. (DROLET, 2011, p. 187)

Estados agigantados, crise de balança de pagamentos e a dificuldade em refinanciamento da dívida após as crises do petróleo, acabariam por jogar uma pá de cal no projeto de democracia <<liberal>> por assim dizer. Para Drolet, a postura neoconservadora atual reflete algum descontentamento com o fracasso da teoria da modernização, ao mesmo tempo em que continuava com certa teimosia liberal. A avaliação neoconservadora também foi percebida por teóricos marxistas e analistas da política externa brasileira, apesar de promover uma agenda positiva, por assim dizer, a realidade dos países que abraçaram uma aliança para o progresso acabou por revelar que

esses tornar-se-iam antagonistas aos interesses americanos, mesmo que de forma desmotivada. (idem, pp. 187-200)

Contudo, houve significativa contradição entre os interesses da segurança nacional norte-americana, refletida na luta anticomunista e os objetivos políticos democráticos e esforços econômicos de longo prazo. O Brasil e os descompassos observados em torno da questão nordestina, o choque da USAID com a SUDENE, são bom exemplos desta questão. De uma forma geral, o papel político do programa no Brasil pré-64 não foi positivo e ajudou a desestabilizar o governo estabelecido. Por outro lado, foi uma tentativa audaciosa de modernizar e construir um capitalismo liberal na América Latina, construindo algo à imagem e semelhança dos EUA. Tentativa frustrada por certo, mas que teve a sua importância material. No Brasil pós-1964, a ajuda teve um impacto significativo na política econômica, permitindo uma razoável margem de manobra especialmente entre 1964 e 1967. (MORAES, 2006)

Apesar de críticos das políticas liberais, o neoconservadorismo absorveu, mais ou menos, doutrinas elaboradas pela elite intelectual liberal norte-americana. Uma das principais críticas feitas à intervenção ao Iraque está no próprio modelo de democracia a ser instaurado. Como resumiu o Presidente Bush em 2005:

"After much tough debate, representatives of Iraq's diverse communities drafted a bold constitution that guarantees the rule of law, freedom of assembly, property rights, freedom of speech and the press, women's rights, and the right to vote." (The Struggle for Democracy in Iraq: Speech to the World Affairs Council of Philadelphia)

O modelo poliárquico e de uma democracia procedimental mínima também reflete opções de ordem pragmática e histórica. A primeira é a de que um modelo de democracia mínimo precederia as noções sobre democracia contabilizando aspectos da cultura política e do cotidiano político de um país. Parece-nos, entretanto, que a noção de uma democracia procedimental mínima não deriva somente de uma visão teleológica do regime político, mas daquelas dos estudos liberais norte-americanos. Como sustenta Drolet, além de replicar um modelo similar ao norte-americano, o modelo poliárquico possuiu características distintas da noção de democracia social-democrata ou de orientação marxista. (DROLET, 2011, p. 201).

A noção de poliarquia não aliviaria o embate ideológico entre o comunismo e a democracia, já que coloca como característica essencial da democracia os seguintes

itens: a) a alternância de poder e b) a capacidade daqueles governados determinarem seus governantes. O objetivo da democracia de <<uma sociedade melhor>>, na visão teleológica de diminuição de desigualdades sociais característica do pensamento social democrata e marxista, é abandonado pela visão poliárquica. Desse modo, a defesa da poliárquia na política externa foi essencial na promoção dos interesses norte-americanos, uma vez que permitiu a mudança de regimes segundo um critério mais objetivo ao mesmo tempo em que atuava na guerra político-cultural do período da Guerra Fria - imagem comum do pensamento neoconservador.

Algumas das idéias que precederam a atuação externa norte-americana subscrevem a iniciativa de uma pesquisa nas origens intelectuais do neoconservadorismo. Além disso, até aqui, a questão da história norte-americana sob a perspectiva neoconservadora parece tão relevante quanto aos subsídios intelectuais descritos, que apesar de admitidamente serem parte da visão de mundo neocon, por vezes acabam sendo transpostas pelo "acumulado histórico". A seguir, a visão sobre o Realismo Democrático é descrita, pela sua pertinência, servindo de interlúdio para as conclusões desta seção. Como lembra Teixeira

Essa segunda vertente é a mais aceita pelos neoconservadores e é o que dá suporte a afirmações como a de Krauthammer de que a democracia seria um meio indispensável para promover a segurança dos Estados Unidos, visto que "as democracias são inerentemente mais amistosas em relação aos Estados Unidos, menos beligerantes em relação a seus vizinhos e geralmente mais inclinadas para a paz" (TEIXEIRA, 2008)

No artigo *In Defense of Democratic Realism*, de Charles Krauthammer, encontra-se um exemplo daquilo que se poderia denominar de uma "perspectiva neoconservadora" em Relações Internacionais, ao lado da doutrina Bush, já exposta acima. No início de seu texto, o autor corrobora a constatação preliminar:

It was premised on the notion the 1990's were a holiday from history, an illusory period during which we imagined that the existential struggles of the past six decades against the various totalitarianisms had ended for good. September 11 reminded us rudely that history had not ended, and we found ourselves in a new existential struggle, this time with an enemy even more fanatical, fatalistic, and indeed undeterable than in the past. (KRAUTHAMMER, 2005, p.186)

A perspectiva de que os EUA devem intervir em prol da democracia, associada principalmente aos governos Bush e Blair, é considerada, por muitos, como a perspectiva neoconservadora em relações internacionais. O autor, entretanto, adverte que o “globalismo democrático”, ou seja, a posição em política externa cujo objetivo é promover a democracia em escala global, não deve ser entendido como neoconservador. Trata-se de uma posição muito ambiciosa e idealista, já que acabaria por consumir todos os recursos disponíveis, exaurir a moral e desviar os Estados Unidos de seu objetivo principal: defender a liberdade e garantir um sistema internacional seguro. Já o *realismo democrático* é mais focado e limitado, pois as intervenções se dariam apenas em regiões críticas para o sucesso da Guerra contra o Inimigo, ou seja, o radicalismo árabe-islâmico. (idem, p.188)

Assim, o axioma central do realismo democrático seria:

We will support democracy everywhere, but we will commit blood and treasure only in places where there is strategic necessity – meaning, places central to the larger war against the existential enemy, the enemy that poses a global moral threat to freedom. (idem, p. 193)

Entretanto, seu axioma nos leva a pergunta: seria a Guerra do Iraque uma Guerra contra o Islamismo? Para Krauthammer, não resta dúvidas, uma vez que é preciso reordenar o mundo árabe, deixado a mercê de líderes religiosos radicais e grupos terroristas (idem, p.197)

Em seu artigo, Krauthammer estabelece um diálogo com Francis Fukuyama, expoente do pensamento neoconservador da década de 1990, que, atualmente, é um dissidente da PNAC. Fukuyama considera em seu artigo *The neoconservative moment* que a “proposição” de Krauthammer constituiria o posicionamento teórico de maior repercussão ao longo da administração Bush – ainda que esta não a reivindique –, e diz Fukuyama:

Krauthammer is a gifted thinker and his ideas are worth taking seriously for their own sake. But, perhaps more importantly, his strategic thinking has become emblematic school of thought that has acquired strong influence inside the Bush Administration foreign policy team and beyond. It is for that reason that Krauthammer’s writings, particularly his AEI speech, require careful analysis (FUKUYAMA, 2005, p.171)

O autor de *o Fim da História e o último homem* considera que, apesar de se afastar de uma visão kissingeriana do realismo [da Guerra Fria], a proposição de Krauthammer é idealista e ambígua. Não lhe parece segura a idéia de que haveria uma “ameaça existencial” na figura do Iraque ou do Irã, uma vez que essas nações não possuiriam capacidade militar de aniquilar os Estados Unidos da mesma forma que, por exemplo, a União Soviética.

Para Fukuyama, parece-lhe que a definição de ameaça se confunde com a de interesses. Trata-se não só de identificar interesses nacionais envolvidos na invasão do Afeganistão ou Iraque, por exemplo, mas de verificar até que ponto a ameaça islâmica tem essa periculosidade existencial para o regime norte-americano. Além disso, a crença de que seria possível transformar esses Estados em nações democráticas nos moldes ocidentais e, assim, democratizar todo o Oriente Médio, é uma perspectiva usualmente associada ao neoconservadorismo e excessivamente idealista. (idem, p.174)

O suposto fracasso do *nation-building* no Iraque sugere, para Fukuyama, que a unipolaridade norte-americana está presente apenas em duas dimensões: no âmbito da cultura e na habilidade de ganhar “guerras convencionais”. (idem, p.175) Os Estados Unidos não seriam, portanto, uma nação apta para os projetos de construção ou manutenção de nações cujos governantes foram depostos ou retirados por conflitos, como no caso da Alemanha, Japão e Coréia do Sul, no passado, e Iraque, no presente. Nos dois primeiros países, para o autor, não houve uma construção verdadeira de uma nação autônoma, uma vez que os EUA continuaram sua influência e ocupação por meio do Plano Marshall e da existência da República Federativa da Alemanha. Ainda para Fukuyama, a perspectiva de Krauthammer teria falhado por não conseguir prever, com antecedência, as dificuldades do processo de reconstrução. Nas palavras de Fukuyama: "We have been our usual inept and disorganized selves in planning for and carrying out the reconstruction, something that was predictable in advance and should not have surprised anyone familiar with American History". (ibidem, p.176)

A última crítica que dirige contra o autor do realismo democrático seria ao tratamento dado à questão da legitimidade. Como já exposto acima, não é somente Krauthammer, mas também Kristol e Kagan, que sustentam a ineficácia das Nações

Unidas para inspecionar o regime iraquiano durante a década que sucedeu o fim da Guerra do Kuwait. Para o crítico:

While we would not trust Russia, China, India, France, or even Britan with a similiar kind of power, we believe that the rest of the world should trust us. This is because the United States is different from other countries, a democracy espousing universal values and therefore not subject to the same calculations of self-interest as other would-be hegemons. (ibidem, p.178)

Assim, ao supor, por exemplo, que a "legitimidade internacional", via regimes internacionais de não proliferação nuclear, não é necessária às ações norte-americanas, o realismo democrático acaba por ignorar que outros Estados também agiriam baseados em uma das premissas do realismo, a saber, que a política se dá por unidades autônomas e egoístas, com cálculos de soma zero, almejando a persecução do interesse nacional. Citando Henry Kissinger, Krauthammer rebate as críticas, sugerindo que, antes de condenar a intervenção no Iraque, apenas por ela ter fracassado, é preciso considerar aquilo que o ex-Secretário de Estado denominou "cálculo preventivo" [*calculus of preemption*]. Em outras palavras, não era preciso esperar que as armas fossem encontradas ou que, no pior caso, fossem desenvolvidas, para que, então, fossem mobilizados os países aliados em apoio à ação norte-americana. O que nos parece estar em jogo nesse debate é saber se uma atitude preventiva é, no sistema internacional, uma possível solução para a morosidade do sistema das Nações Unidas e da diplomacia. (KRAUTHAMMER, 2005, p.196)

A reflexão de Krauthammer é conveniente em dois aspectos. O primeiro é que atestaria a impossibilidade de um estudo sobre o neoconservadorismo dissociar as categorias advogadas - a atuação unilateral, democracia e uso da força, consideradas como instrumento analítico. A imposição de um modelo poliárquico no Iraque e no Afeganistão, de acordo com o neoconservadorismo, seria capaz de diminuir as ameaças do terrorismo.

Além da primeira crítica, de que a democracia não seria necessariamente uma solução para a manifestação do extremismo político nas sociedades modernas, sejam Árabes ou não, o fracasso das iniciativas norte-americanas, relacionada pela falta de legitimidade *ex post facto*, tanto nos aspectos das WMDs quanto da própria

configuração da política internacional atual, acabariam por mitigar qualquer crédito, ainda que polêmico, que a racionalidade neoconservadora manifesta.

Lembrando as palavras do Presidente Bush, de que os Estados Unidos deveriam 'Stay the Course', ou seja, transpor todos os obstáculos necessários para a consecução de seus objetivos políticos, o neoconservadorismo foi capaz de revitalizar e atualizar o pensamento conservador nos Estados Unidos, sem deixar que a tradição mais liberal do pensamento em política externa fosse esquecida, enfrentando o inimigo comum das políticas de coexistência pacífica.

Na década de 1960 e 1980, as estratégias adotadas no plano da promoção da democracia faziam sentido no enquadramento da Guerra Fria, promovendo a democracia e o modelo de sociedade liberal, num primeiro momento, e optando por regimes menos resistentes a um modelo poliárquico, ainda que autoritário, sem ceder às tentações de transformar a bandeira da democracia em uma espécie de mecanismo de justiça e igualdade social. Com os ataques terroristas, ainda que Krauthammer advogue uma aplicação coerente do uso da força na política externa, a temática da democracia nesse sentido está fraudada em sua concepção, que Drolet descreve com precisão:

Neoconservatives thus greeted the Bush administration's declaration of a global war on terrorism as a welcome return to America's grand strategic purpose after 'the dumb decade' of the 1990s.⁴¹ In the weeks following the attacks, they re-articulated their democracy promotion agenda as a civilizational struggle to hive off the terrorist potentiality of an Arab and Islamic political culture perceived to be particularly resistant to the globalizing forces of liberal modernization. According to neoconservatives, the rise of Islamic terrorism is rooted in the 'the cauldron of political oppression, religious intolerance, and social ruin in the Arab-Islamic world – oppression transmuted and deflected by regimes with no legitimacy into virulent, murderous anti-Americanism'. In this 'new' security environment, democracy promotion is now 'about America "coming ashore" to effect a "pan-Arab reformation" and change the very culture of the Middle East, to open its doors to democracy and modernity'. Although explanations vary in the details, most neoconservatives attribute terrorism to the alienation and extreme poverty often generated by the failure of many Islamic societies to adapt to globalisation and cope with what Kirkpatrick called the 'modernizing imperative' (DROLET, 2011, p. 214)

Para Stefan Halper, proeminente crítico conservador, as ações do neoconservadorismo no plano da democracia possuem poucas relações com o combate ao terrorismo. Como é defendido até aqui, o estudo do neoconservadorismo ao longo

⁴¹ Kagan, Robert. *Fightin' Democrats*, Washington Post, March 10, 2002, p. A2. apud DROLET, 2010.

das 2 décadas que precederam a sua atuação no Iraque é de vital importância. A experiência frustrada nos Balcãs pela Administração Clinton, e a ineficiência da diplomacia no âmbito da ONU, no período, reforçam as percepções de que uma política em gestação e de que, apesar do imperativo de uma resposta mais assertiva em relação ao terrorismo, não foram capazes de entregar esses resultados prometidos. No longo prazo, as ambições neoconservadoras de refazer o mundo a sua imagem, para o autor, seriam os verdadeiros objetivos dessa política. (HALPER, 2008, pp. 109-111) O autor, um conservador reagnite, classifica o neoconservadorismo como sendo um novo animal político - *'It is a new political animal, born of an unlikely mating of humanitarian liberalism and brute force'*. O curioso que o traço humanitário da política intervencionista não sobreviveu a um escrutínio, já que tentou subverter as noções de intervenção humanitária e mesmo colocar o combate ao terrorismo dentro delas. Para Halper, os exemplos de nações que impunham restrições mais fortes à liberdade sobrepor-se-iam à necessidade de uma intervenção no Iraque, nesses termos. (HALPER, 2008, 221). Drolet também aborda essa questão:

In light of such analyses, neoconservatives have sought to extend the scope of the humanitarian doctrine of 'sovereignty as responsibility to protect' advocated by cosmopolitan scholars and practitioners since the late 1990s to deal with the threat of terrorism and state failure. In a nutshell, the idea is that in the same way that the norms of sovereignty and non-intervention should be made conditional upon a state's capacity to ensure the basic well-being and human rights of its citizens, a government that directly or indirectly supports terrorism de facto forfeits its right to rule without external interference. (DROLET, 2010, P. 216)

O segundo ponto é como a reflexão do autor revela aspectos sobre o neoconservadorismo, mais precisamente sua crítica ao realismo, que é conveniente na pesquisa e que é abordada na próxima seção.

3.4 O ranço realista em um mundo liberal

A definição de um realismo democrático reafirma as noções liberais que as teorias expostas anteriormente sustentam, mas também adiciona um componente

pragmático, afastando a defesa da democracia de uma característica vocacional, uma vez que estaria ligada aos interesses mais umbilicais do Estado. Nesse sentido, a defesa do interesse nacional, em termos retóricos - um projeto liberal, só poderia ser levado a cabo por critérios racionais bem definidos, típicos do realismo político.

Irving Kristol, em 2003, afirma que as noções de política externa neoconservadoras derivam principalmente da experiência histórica. Entretanto, suas considerações sobre a experiência histórica estão fortemente vinculadas ao diagnóstico de autores como Leo Strauss. Como afirma Kristol,

This is surprising since there is no set of neoconservative beliefs concerning foreign policy, only a set of attitudes derived from historical experience. (The favorite neoconservative text on foreign affairs, thanks to professors Leo Strauss of Chicago and Donald Kagan of Yale, is Thucydides on the Peloponnesian War.) (KRISTOL, 2003).

Trata-se de uma ingenuidade considerar que somente a experiência histórica é um fator determinante das posturas neoconservadoras, sendo inclusive, um conceito contrário ao proposto pelo presente trabalho.

Nesta última seção, levanta-se novamente argumentos de ordem empírica, aquilo que Kristol denominou de *historical experience*, assim como reforçar posições derivadas de noções intelectuais, algumas inclusive já descritas. Ao descrever as bases do pensamento neoconservador em política externa, Kristol afirma:

Third, statesmen should, above all, have the ability to distinguish friends from enemies. This is not as easy as it sounds, as the history of the Cold War revealed. The number of intelligent men who could not count the Soviet Union as an enemy, even though this was its own self-definition, was absolutely astonishing. (KRISTOL, 2003.)

A dimensão da política interna deste pensamento parece ter comprovado as afirmações de Kristol de que muitos não considerariam a União Soviética como um inimigo, como argumentado no Capítulo 2. Ao afirmar que a distinção principal que deve ser realizada pelo Estadista está relacionada à categoria amigo e inimigo, não seria possível deixar de problematizar os aparentes vínculos entre o pensamento de Schmitt e o pensamento neoconservador. De certo modo, cada qual em seu tempo, realizaram críticas ao modelo liberal moderno e discutiram suas implicações para a política internacional.

Para Schmitt, a noção de soberania, descrita brevemente, é a própria capacidade de em um sistema de regras em crise, não somente pelo monopólio político, no sentido weberiano, mas pelo próprio monopólio da decisão, um grupo ou Estado se impor. Nesse cenário a atuação do estadista consiste em determinar as condições nas quais as normas vigentes podem ser aplicadas e quando não são. Ao identificar quais situações são anômalas, é possível realizar uma intervenção característica de uma situação de 'exceção'. (WILLIAMS, 2007, p. 85 - 87)

As tentações de vincular o pensamento neoconservador a esse tipo de considerações do Estado de exceção são muitas e de certo modo recorrentes. As principais análises relacionadas ao alcance de um estado de exceção baseiam-se na doutrina do 'micromilitarismo teatral', ou seja, a tentativa de manutenção de um estado de conflito endêmico, capaz de promover apoio interno para as intervenções em política externa. (DROLET, 2011, pp. 294-296).

A guerra ao terror instituiu uma série de regras e procedimentos internos, congruentes com essa noção, que acabariam por minar qualquer relação que o neoconservadorismo teria tanto com uma doutrina conservadora tradicional, do primado do indivíduo em suas manifestações religiosas, proteção de valores e da intimidade familiar e da desconcentração de poder; quanto de uma doutrina liberal, como doutrinas de direitos humanos.

Drolet cita algumas manifestações desse micromilitarismo: fim do *attorney client privilège*, prisões secretas e sem acusação, o *Patriotic Act* e a recusa em aplicar as Convenções de Genebra, por exemplo. A tentativa neoconservadora de perpetuar o conflito endêmico abriu perigosos precedentes, que permitiu, que na Administração Obama, fosse aprovada a *The National Defense Authorization Act (NDAA) for Fiscal Year 2012*, que permitiu a renovação das prisões ilegais e detenções sem provas ou acusações dos detentos. (DROLET, 2011, P. 297) No longo prazo, a estratégia de coesão nacional e de restauração de um liberalismo *perdido*, por assim dizer, acabaram sendo perversas.

Arguably, the Straussian-Schmittian tactics with which neoconservatives have sought to foster national cohesion over the years have contributed to cultural fragmentation in an even more destructive manner than the

multicultural and postmodernist intellectual movements that they blame for the decay of the American public sphere. (Drolet, 2011, p. 298)

Para o autor, o neoconservadorismo foi capaz de transpor as noções de direito natural e de estado de exceção, ao mesmo tempo em que operava uma forte crítica aos pensamentos liberal, no plano mais abstrato, e realista, no plano das relações internacionais. “Toda nação, em todas as regiões, agora tem uma decisão a tomar. Ou vocês estão conosco, ou estão com os terroristas”.⁴² Além da própria dimensão retórica que essa afirmação tem, neoconservadores consideraram que o ultimato em direção a uma atuação unilateral reafirmou as características positivas do exercício político, repudiando as noções morosas e antiquadas do realismo político.

A visão de Strauss sobre o Direito Natural estaria relacionada à 'tomada de decisões s em situações política concretas', uma vez que essa postura refletiria que as ações corretas são aquelas que estão em consonância com as próprias demandas da vida política. (DROLET, 2009, p. 11) Sendo assim, a capacidade de transpor a ordem vigente é perfeitamente legítima quando é imposta pela própria urgência da realidade, sendo inclusive, moralmente correta para Strauss.

Em tais situações, e apenas nelas, é justo dizer que a segurança pública é a lei suprema. Uma sociedade decente não vai à guerra senão por uma causa justa. Mas o que ela fará durante a guerra dependerá até certo ponto daquilo que o inimigo – possivelmente um inimigo absolutamente inescrupuloso e selvagem – vai obrigá-la a fazer. Não há limites que possam ser definidos de antemão; impossível estabelecer os limites para aquilo que pode vir a se tornar uma justa represália. Ora, a guerra projeta suas sombras sobre a paz. A mais justa sociedade não pode viver sem “inteligência”, isto é, sem espionagem. A espionagem é impossível sem a suspensão de determinadas regras do direito natural. Mas as sociedades não são apenas ameaçadas exteriormente. As considerações que se aplicam ao inimigo externo podem perfeitamente se aplicar aos elementos subversivos internos à sociedade. Deixemos essas tristes urgências cobertas por um véu que lhes é devido. Basta-nos repetir que nas situações extremas, as regras normalmente válidas do direito natural são legitimamente modificadas, isto é, modificadas em conformidade com o direito natural: as exceções são tão justas quanto as regras. (STRAUSS, 1992, p. 160)⁴³

⁴² No original: “Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists”. BUSH, G. *Address to a Joint Session of Congress and the American People*. 20/09/2001

⁴³ No original: In extreme situations there may be conflicts between what the self-preservation of society requires and the requirements of commutative and distributive justice. In such situations, and only in such situations, it can be said that the public safety is the highest law. A decent society will not go to war except for a just cause. But what it will do during a war will depend to a certain extent on what the enemy – possibly an absolutely unscrupulous enemy – forces it to do. There are no limits which can be defined in advance, there are no assignable limits to what might become just reprisal. But societies are not only

Ainda que as tentações de vincular completamente o pensamento neoconservador, tributário de Strauss, as noções de Schmitt, sejam grandes, é necessário lembrar as próprias diferenças entre o pensamento destes dois autores a fim de diminuir possíveis inconsistências. O apelo de Strauss para uma versão moralizada do pensamento de Schmitt, ou seja, sua crítica ao liberalismo e que para Drolet é capaz de gerar uma 'versão moralizante do pensamento realista, presente no discurso contemporâneo da política externa'. (DROLET, 2009)

A definição de amigo e inimigo de Schmitt, retomada por Kristol, parece ser o ponto essencial para que a reflexão acerca da crítica neoconservadora ao pensamento realista e o ponto de inflexão entre o pensamento neoconservador e sua suposta herança schmittiana. Para Schmitt, as oposições estão no centro do pensamento político. A priori, é a própria moralidade que é capaz de atribuir a diferenciação entre o belo e o feio, no sentido estético, baseado no critério do bem e do mal. A noção do político, para Schmitt, é vinculada à noção moral, mas não poderia ser reduzida a ela, já que o político é independente de todos os outros. (WILLIAMS, 2007)

Como define Schmitt, a 'distinção entre amigo e inimigo é o grau máximo de intensidade entre a união e a separação, a associação e não-associação'. Para Schmitt, a categoria política deve ser categoricamente distinta, uma vez que apesar de serem sempre expostos de acordo com os critérios morais, econômicos e de poder, a distinção entre o amigo e inimigo nesses termos seria imprecisa. Na visão do autor, o inimigo nem sempre se apresentar em oposição aos critérios estéticos e, portanto, morais. (idem)

Antes, entretanto, Williams fornece uma importante definição sobre a influência dessa concepção do político sobre a política externa norte-americana. Segundo o autor, a visão de Schmitt é a de que um 'povo' torna-se 'político em realidade' apenas pela capacidade de decisão de seus líderes, já que é essa que é capaz de fortalecer a divisão do amigo e inimigo, uma vez que sua comunidade é exposta ao perigo real de conflito e a possibilidade de morte. A capacidade de decisão política é essencial na definição dos inimigos e no descarte das normas vigentes a fim de servir a imperativos normativos e

threatened from without. Considerations which apply to foreign enemies may well apply to subversive elements within society. Let us leave these sad exigencies covered with the veil with which they are justly covered. It suffice to repeat that in extreme situations the normally valid rules of natural right are justly changed, or changed in accordance with natural right; the exceptions are just as the rules.

também a uma ordem social. Só sob essas condições um conflito pela violência é legitimado. (idem,p. 90)

O político, em última instância, será definido pelo grau de interação entre as partes interessadas, mas sem a necessidade de representatividade em um assunto específico. Em outras palavras, a noção política derivada de Schmitt é capaz de transformar qualquer assunto em um debate político, já que a efetividade da decisão política está em seu alcance de representatividade em um determinado grupo, no caso, o amigo. Nesse sentido, como afirma Williams, a teoria de decisão e o próprio conceito de político são dependentes. No neoconservadorismo, a visão sobre o político parece derivar não somente da capacidade de agrupamento, mas também de critérios de ordem moral, como advogam neoconservadores. É assim que o pensamento de Strauss insere o neoconservadorismo na lógica do debate político de Schmitt.

Williams e Drolet concluem que, para Schmitt, o inimigo é apenas o outro, o resultado de interações. Sendo assim, ele não poderia ter conteúdo normativo. Trata-se da principal distinção entre a visão de Strauss e do neoconservadorismo que, até agora, reafirmavam aos poucos os conceitos de Schmitt. A seguir, discute-se o pensamento de Schmitt, sendo uma fonte não somente do pensamento neoconservador, mas também do pensamento realista, em alguma medida. Espera-se reforçar a percepção de que as leituras sobre Schmitt e o neoconservadorismo devem ser consideradas sempre sob a óptica do trabalho de Strauss.

Drolet mostra como Strauss compartilhava com a crítica à sociedade liberal, mas acaba por divergir de Schmitt, afirmando que o seu primado da política é o próprio primado da moral. Para Strauss, ainda que as questões de vida ou morte estejam presentes na história, o critério político não poderia ser definido sem levar em conta aquilo que os agrupamentos consideram como serem corretos. Se há oposição dentro de um espectro político capaz de levar pessoas a luta política, que em última instância resume-se na luta pela própria sobrevivência, ela estaria fundada na questão daquilo que é correto, na visão straussiana. (DROLET, 2009, p. 13)

No mundo liberal, descrito por Strauss, a política deve retomar a questão essencial, que é a própria questão moral, a fim de ser politizar novamente. Nesse sentido, a posição de Schmitt é colocada lado a lado à posição do liberalismo descrito

por Strauss. Na sociedade liberal, as demandas apresentadas de forma legal e apoiadas em uma espécie de convicção genuína são consideradas legítimas na sociedade liberal, como criticou Kristol, por exemplo. Na visão de Schmitt a categoria do político é definida por uma dimensão de interação e não normativa, sendo a própria representação da neutralidade do liberalismo. Para Strauss, as convicções dos Estadistas, em Schmitt, são levadas a cabo e capazes de definir o que é o político. Elas estariam isentas de um escrutínio moral, sendo uma espécie de um liberalismo às avessas, ou melhor, um liberalismo com conotação negativa, já que cede às aspirações autoritárias, na figura do Estado, e débeis, no plano da relativização na sociedade moderna. Por qual motivo a visão de Schmitt seria tão distinta do liberalismo? (idem)

Drolet afirma que é justamente nessa possibilidade de moralização da política, a partir da leitura de Carl Schmitt, que uma possível visão sobre as relações internacionais latente em seu pensamento poderia ser argumentada a favor.

A Liga das Nações, as Nações Unidas e outros projetos cosmopolitas que acomodam uma variedade de respostas concorrentes para o problema teológico-político necessariamente envolvem o abandono do padrão do certo e errado independente do direito positivo. E é em virtude desse padrão, que Strauss tornou a política possível e a atribuiu um sentido à vida. Apesar de completamente impossível, o advento do Estado universal transformaria a política em uma tirania sem alma da burocracia. Seria a era dos “especialistas sem espírito” de Weber e do “último homem” apático e sem propósitos de Nietzsche. Como ele coloca em *On Tyranny*, “O estado pelo qual o homem se diz razoavelmente satisfeito é, então, o estado em que o homem perde sua humanidade”. (idem)⁴⁴

A influência de Strauss se deu em três níveis, para Drolet. O primeiro, a influência da crise da modernidade apontada por Strauss, como é argumentado nos primeiros capítulos. Trata-se das constatações que os neoconservadores fizeram em termos de política.

O segundo refere-se à natureza do Estado e do sistema internacional; trata-se de uma crítica aos modelos de inspiração universalistas que impõe modelos globais aos

⁴⁴ No original: The League of Nations, the United Nations and other such cosmopolitan projects that accommodate a variety of competing answers to the theological-political problem necessarily involve the abandonment of a standard of right and wrong independent of positive right. And it was this standard, which for Strauss made politics possible and imbued life with meaning. Although not altogether impossible, the advent of the universal state would transform politics into a soulless tyranny of bureaucracy. It would be the age of Weber’s ‘specialists without spirit’ and Nietzsche’s apathetic and purposeless ‘last man’. As he put it in *On Tyranny*, ‘The state through which man is said to become reasonably satisfied is, then, the state in which man loses his humanity’

Estados soberanos. Sendo assim, “o zeloso entusiasmado neoconservador pela promoção da democracia no exterior está inserido no contexto de uma defesa inegociável e afirmação da legitimidade universal do regime americano sobre o liberalismo procedimental da Carta das Nações Unidas”⁴⁵. Extrapolando o pensamento de Strauss, chegar-se-ia às conclusões de Kristol e Kirkpatrick - na medida em que avançam os modelos de governança baseados em normas de cunho internacional, mas vazias se tornam as relações entre os Estados. A política internacional refletiria um conjunto de normas abstratas e burocráticas, reduzindo a margem de atuação do Estado na defesa de seus interesses mais vitais, como seu regime político e modelo de sociedade - aquilo que é considerado certo e errado.

Williams insere a influência de Schmitt também em Morgenthau, como é adiantado acima. De certo modo, Morgenthau desenvolve a crítica da sociedade liberal, pela sua experiência em Weimar, e sua crença de que o projeto liberal-racionalista cavou sua própria cova, uma vez que foi incapaz de impedir que a manipulação técnica e que a política de auto-interesse gerassem espaço para que o fascismo avançasse. Na sociedade liberal, as reivindicações e as posições políticas são aceitas, desde que as instituições liberais estejam seguras. Entretanto, na visão de Schmitt, Strauss e Morgenthau, quando essas instituições falham, a sociedade é incapaz de se mobilizar politicamente de maneira efetiva. Seguindo o caminho de Schmitt, e restringindo a definição de interesses e poder, Morgenthau, buscou solucionar a característica violenta e conflituosa que a própria definição de Schmitt propunha. (WILLIAMS, 2005).

A crítica neoconservadora, portanto, parece não derivar somente de crítica típica sobre a instrumentalização e características do poder no realismo político quanto ao seu caráter explicativo da realidade, mas da própria tentativa de Morgenthau de conciliar uma noção de poder de maneira restrita com a política internacional. O que isso significaria de modo geral? Reduzindo o conflito político a uma definição que privilegia o balanço de poderes e a definição do interesse nacional em termos de poder, Morgenthau acabaria por reproduzir, na visão neoconservadora, a própria estrutura de poder liberal. Como afirma Williams, 'Morgenthau provides a justification of a public

⁴⁵ No original: “neo-conservatism’s zealous enthusiasm for democracy promotion abroad is set in the context of an uncompromising defense and assertion of the universal legitimacy of the American regime over the procedural liberalism of the Charter of the United Nations”

sphere of engagement and potential mediation of differences as a core dimension of politics itself'. (WILLIAMS, 2005, p. 112).

A história da Guerra Fria e suas críticas neoconservadoras, abordadas no final deste capítulo, parecem reafirmar a visão do autor. Os Estados Unidos atuaram na manutenção dessa chamada esfera pública, por meio de acordos e mecanismos de balanças de poder que perpetuaram por várias décadas o conflito bipolar, permitindo inclusive, a atuação livre de atores periféricos, usualmente a favor do inimigo soviético.

Williams reproduz as críticas feitas ao realismo, mas colocando-as sob as lentes da influência de Weber. O interesse não é realizar uma discussão sobre aspectos de teoria das relações internacionais, o que desviaria os interesses do trabalho, mas apenas que essas leituras podem atribuir maior racionalidade à própria lógica da crítica neoconservadora, sem advogar, necessariamente, essa investigação do modelo weberiano por parte desses autores. (WILLIAMS, 2005, pp.113-115)

Para o autor, a definição de Morgenthau atende à noção de tipo ideal, esvaziando seu próprio conceito, mas atribuindo cientificidade a ele. Sendo assim, como argumenta Krauthammer, o realismo puro falha, pois não oferece uma visão além do poder, já que esse mesmo é definido em termos de tipo ideal, sendo uma doutrina de meios, mas não de fins. Nesse sentido, o realismo possuiria uma incompatibilidade essencial com a própria noção de Estados Unidos, de modo que sua existência deriva não da lógica do poder, mas da lógica de um conjunto de idéias a ser defendido. (KRAUTHAMMER 2005, pp. 187-188)

Fukuyama afirma que a sociedade americana nunca esteve confortável com o tipo de comprometimentos morais que a doutrina realista exige. (FUKUYAMA, 2005, p.172) De certo modo, a própria definição de Krauthammer, em seu realismo democrático, insere-se em uma visão bastante restrita dos interesses norte-americanos. Ao afirmar que o realismo democrático apregoa uma intervenção somente nos casos em que os interesses americanos estiverem em xeque, ele acaba por reproduzir a própria lógica decisionista de Schmitt. Entretanto, para Williams, as críticas ao realismo e o entendimento de que a leitura de Morgenthau e Weber podem suscitar derivam não somente do esquema descrito aqui, de inclinação metodológica, mas também do modo

pelo qual o realismo, em seu bastião, reproduziu uma posição de certo niilismo político. (WILLIAMS, 2005, p.113-114)

Para Williams, Morgenthau acaba abraçando as categorias políticas de Weber - a de que a política é o local do embate pelo poder, mas também a oportunidade de abertura e autodeterminação. Desse modo, as esferas da vida política são independentes, repudiando uma visão transcendental. Do mesmo modo que na visão de Strauss sobre o liberalismo, Williams afirma que a noção política de Morgenthau é compatível com ampliação o escopo de atuação e a liberdade individual. (WILLIAMS, 2005, p. 114)

Visto por essa óptica, o realismo seria a manifestação das ambições de relativização propostas por Weber. O realismo seria a visão de mundo capaz, pela definição do poder por interesses, capaz de estimular e legitimar a própria busca pela sua maximização. Sendo uma mera categoria analítica, material ou ainda que não tenha nenhum conteúdo em si, o interesse definido como poder, é a ruptura completa com a noção neoconservadora de interesse e de sua própria visão sobre a política, calcada sob um forte lastro moral.

Uma das grandes visões das relações internacionais, a busca pelo poder e seu equilíbrio adquire uma complexidade teórica com o Realismo. Segundo a crítica neoconservadora, esse realismo seria a própria manifestação da doença liberal. No plano da política internacional, os Estados buscam a maximização do poder, do mesmo modo que na sociedade, as pessoas buscariam maior liberdade. Pouco importa o que seja poder ou liberdade, na sociedade liberal, a inversão do direito natural e o fim da perspectiva político-teológica consagrariam esse tipo de demanda como próprias do sistema político.

Na visão de Williams, o realismo de Morgenthau foi capaz de operar uma verdadeira inflexão na constituição do poder e seu exercício. Definindo o poder como uma caixa vazia, Morgenthau reforçava as iniciativas liberais e uma visão progressista da sociedade. A busca pela maximização do poder, natural nessa situação, seria evitada pela dissociação do político das outras esferas, de modo que as capacidades de outras esferas fossem impeditivas para a própria busca do poder. Sendo assim, a visão do autor buscava uma solução para a categoria política de Schmitt, já que buscava minimizar os efeitos colaterais da teoria decisionista em prol de uma política de status quo.

O modo pelo Morgenthau qual defendeu um cenário mais promissor e menos sanguinário, por assim dizer, geraria, na visão conservadora, menos benefícios do que uma definição clara do interesse nacional. Ao contrário do que ditaria o senso comum, a defesa da esfera do poder, não geraria a supremacia do Político nas relações internacionais, uma vez que a balança de poder seria capaz de evitar a supremacia da lógica política. A lógica de política é a própria lógica decionista de Schmitt e os absurdos do fascismo - o Estado como a expressão máxima e única de uma sociedade.

Parece-nos agora, mais evidente, o porquê da crítica e a leitura neoconservadora sobre o realismo. Ainda que tenha ficado evidente que a doutrina de Morgenthau possui um forte conteúdo moral, sua posição apaziguadora não faz sentido na visão conservadora. O realismo, entendido nos termos expostos aqui, refletiria por excelência uma teoria liberal do Estado, transposta ao internacional.

Considerada essa dimensão intelectual que a crítica neoconservadora propõe, fica mais clara as reivindicações por um novo interesse nacional, em uma visão alargada.⁴⁶ Na visão neoconservadora, o interesse nacional não pode ser reduzido às categorias de Morgenthau, por exemplo, tanto em seu aspecto de interesse como poder ou interesse em termos materiais. A política externa de uma nação deverá ser coerente com seus princípios, caso contrário, as políticas de reação, contenção, equilíbrio de poder e tantas outras, são apenas reflexos da decadência moral interna. (WILLIAMS, 2008).

Kristol e Kagan (1996) identificam uma mudança de padrão do interesse nacional com o fim da Guerra Fria. Para os autores, a década de 1990 permitiu um retraimento e uma restrição no uso do conceito de interesse nacional⁴⁷. À guisa das idéias descritas até agora, a crítica de Kristol e Kagan reforça a noção de que a política

⁴⁶ Teixeira define bem a visão neoconservadora sobre o interesse nacional. "Outra distinção importante é que, em comparação com o neoconservadorismo, o conservadorismo norte-americano adota uma postura mais defensiva no plano internacional, em contraposição a uma postura pró-ativa defendida pelos neoconservadores que deriva de um alargamento do entendimento do que seria o interesse nacional dos Estados Unidos. A postura neoconservadora nesse aspecto é sintetizada por Irving Kristol, ao afirmar que os Estados Unidos deveriam perseguir "uma política de ação ao invés de reação." (RBPI)

⁴⁷ "The collapse of the Soviet Empire has made possible a return to normalcy in American foreign and defense policy, allowing the adoption of a more limited definition of the national interest, with a commensurate reduction in overseas involvement and defense spending" (KRISTOL, W. KAGAN, R. 1996, FP, Towards..)

externa, desprovida de conteúdos morais e objetivos mais claro, acaba sendo refém de sua própria concepção. Uma política externa realista ou liberal, como as que precederam e sucederam a experiência de Reagan, não representariam moral e materialmente os princípios próprios dos Estados Unidos. Assim, fica evidente que a manutenção do poder hegemônico, na visão neoconservadora, não poderia preceder de uma doutrina de política assertiva em seus valores e sua autonomia⁴⁸.

Em sua elaboração de uma política 'neo-reganiana', Kristol e Kagan afirmam tacitamente que a política externa deve ter seu propósito moral explicitado, já que na história norte-americana, eles estariam em harmonia.

The United States achieved its present position of strength not by practicing a foreign policy of live and let live, nor by passively waiting for threats to arise, but by actively promoting American principles of governance abroad—democracy, free markets, respect for liberty. (idem).

Para os autores, o Realismo retira das sociedades modernas o sentido de virtude e sua capacidade de mobilização, como advertiam Schmitt e Morgenthau, já que o interesse nacional é esvaziado. A crítica neoconservadora ao realismo, como identificada por Williams, é vital para o sucesso do projeto político neoconservadora, uma vez que retoma o simbolismo da política externa a fim de contribuir a para 'reconstrução política interna'. A crítica descrita nos dois primeiros capítulos deixa bem claro do que se trata esse processo de crise e desmembramento da sociedade norte-americana, apesar do lapso temporal, trata-se ainda da visão predominante sobre o estado dos Estados Unidos no período que sucede o fim da Guerra Fria. (Williams, 2005)

Para Williams, o neoconservadorismo foi capaz de operar na lógica da sociedade liberal, apesar de criticá-la. Advogando a união nacional, a responsabilidade individual no combate das ameaças e na defesa dos interesses americanos, o neoconservadorismo

⁴⁸ And that is the problem. The most difficult thing to preserve is that which does not appear to need preserving. The dominant strategic and ideological position the United States now enjoys is the product of foreign policies and defense strategies that are no longer being pursued. Americans have come to take the fruits of their hegemonic power for granted. During the Cold War, the strategies of deterrence and containment worked so well in checking the ambitions of America's adversaries that many American liberals denied that our adversaries had ambitions or even, for that matter, that America had adversaries. Today the lack of a visible threat to U.S. vital interests or to world peace has tempted Americans to absentmindedly dismantle the material and spiritual foundations on which their national well-being has been based. (KRISTOL, & KAGAN, 1996)

possuía desde a década de 1990, uma estratégia segura para reverter o quadro descrito por seus mentores. (idem)

Os ataques terroristas revelaram-se a contingência necessária para que a ambição de um projeto de reconstrução nacional, baseado na re-valorização dos princípios americanos na política externa, ocupasse o terreno de uma agenda conservadora mais tradicional advogada por Bush no início de seu governo.

De todo modo, é relevante a herança intelectual e o alcance político do neoconservadorismo na política norte-americana. Sua trajetória político-intelectual guiou a pesquisa, a fim de revelar e tentar explicar, ainda que de maneira sucinta, o modo pelo qual esse conjunto de idéias foi bem sucedido em sua perpetuação durante a história norte-americana e mais recentemente, nas próprias relações internacionais deste país. Espera-se ter demonstrado de maneira satisfatória como as origens intelectuais e filosóficas do neoconservadorismo se conjugaram com a própria empiria, fornecendo subsídios políticos e intelectuais para a atuação externa dos Estados Unidos.

O esforço, nesta última seção, não é posicionar neoconservadorismo em um debate teórico de nossa área de pesquisa, o que não se traduz nos objetivos iniciais de da pesquisa. O debate entre o neoconservadorismo e o realismo, como exposto aqui, pretende elucidar a hipótese de longevidade deste pensamento e exaltar a importância que suas origens intelectuais exercem no seu plano político concreto. Ainda que muitas vezes hiperdimensionada, a influência de filósofos, autores e comentaristas na política externa e nas relações internacionais acaba tendo uma utilidade dupla na pesquisa. A primeira é o da própria verificação da hipótese de trabalho e da identificação de características presentes, em um ou outro autor. Essas idéias acabam sendo identificadas em discursos de personalidades políticas e tomadores de decisões. De formas diversas, às vezes literalmente, como o reconhecimento de Kristol no caso de Strauss, ou de modo velado; a herança de Strauss, Schmitt e Morgenthau não poderia ser simplesmente ignorada. A segunda é de atribuir certa racionalidade e historicidade à conduta política, facilitando, portanto, as análises de cunho prospectivo e analítico sobre a política externa como um todo. A pretensão não poderia ser maior; entretanto, humildemente, espera-se ter realizado uma pequena contribuição para os estudos sobre os Estados Unidos.

Nas considerações finais, que seguem, mostra-se como a dimensão interna e externa se confundem dentro dessa perspectiva, realçando os pontos em que a dimensão normativa é reforçada pela experiência histórica, introduzindo a conclusão de que o estudo sobre o neoconservadorismo deve considerar essas duas dimensões em sua complementaridade.

CONCLUSÃO

A investigação sobre as origens e o alcance do pensamento neoconservador nos Estados Unidos partiu da premissa de que haveria uma forte relação entre o pensamento de autores como Irving Kristol e o filósofo Leo Strauss. Nesse sentido, considera-se que a pesquisa foi feliz em demonstrar os vínculos aparentes, aqueles admitidos pelos próprios neoconservadores, e aqueles menos, com o auxílio imprescindível dos trabalhos de J. F. Drolet e M. Williams, os principais autores envolvidos na pesquisa do campo da filosofia política e a política externa norte-americana.

Além da revisão de literatura e do certo estado da arte descrito (julgamento que cabe mais aos leitores do que a quem escreve), considera-se que a dimensão da influência de Leo Strauss e Kristol, aqueles que podem ser considerados os pais fundadores do pensamento neoconservador, é inquestionável. A utilização com parcimônia desse argumento, que parece ter ficado claro ao longo da narrativa, foi um imperativo da pesquisa. Trazendo as leituras de Drury e Norton, espera-se ter-se esclarecido o legado que Strauss e os straussianos, por assim dizer, na sociedade norte-americana. No entanto, isso não significa que sejam subscritas as teses das autoras, principalmente da primeira, cujo retrato da questão Strauss e neoconservadorismo é bastante obscuro e determinista.

Se fosse possível definir e concluir brevemente sobre a influência desses pais fundadores, poder-se-ia falar sem titubear que Leo Strauss forneceu o diagnóstico de uma sociedade em crise, cujas origens estavam em um projeto liberal fracassado e na sua transmutação para a própria teoria do conhecimento. Irving Kristol, desde sua origem marxista-liberal, soube muito bem identificar a crise de valores e relativização descrita por Strauss na própria sociedade americana. Enquanto Strauss, defensor de um liberalismo antigo, perdido na história moderna, buscava a hermenêutica da própria genealogia do pensamento liberal a fim de expor suas mazelas, acabou sendo pouco

propositivo quanto às soluções para o seu próprio dilema. Um historiador da filosofia aclamado e reconhecido, Strauss deixou em branco a estratégia política a ser adotada.

Kristol foi o primeiro neoconservador, em seus próprios termos, e além de representar certa continuidade do pensamento straussiano, aprimorava a crítica do pensamento liberal utilizando a própria sociedade norte-americana como tubo de ensaio. Entretanto, a pretensão desse pensamento sempre foi de modificação e de confronto com os opositores da *good society*. No horizonte da visão de Kristol, mais do que o próprio empreendimento acadêmico e moral investidos em sua crítica, o neoconservadorismo - o movimento, a persuasão ou a estratégia, como bem definiram vários *neocons*, não abandonou os seus objetivos políticos, ainda que tenham fracassado. Restaurar a sociedade norte-americana aos seus valores originais, ofuscado pelo entusiasmo do liberalismo e da esquerda. Atribuir um forte conteúdo moral ao exercício da política externa foi a estratégia descrita por W. Kristol e R. Kagan, ainda em 1996. Tratou-se de própria definição mais precisa dos meios utilizados para a consecução dos interesses neoconservadores de longa data.

Nesse sentido, o neoconservadorismo é mais um dos exemplos não tão bem sucedidos da tentativa de união por meio de um inimigo externo. Ao buscar a configuração do inimigo político no plano externo, o neoconservadorismo reivindicou uma tradição que mesmo o marxismo pareceu corrigir após as teorias de Gramsci e da Escola de Frankfurt - certa noção romantizada e mundial da luta de classes (ou ocidental, para os *neocons*). Ao considerar que o nacionalismo e o patriotismo, aliados ao espírito cívico de uma religião civil, seriam capazes de direcionar o homem da sociedade liberal em direção a um conjunto de valores perdidos, os neoconservadores não poderiam estar mais errados.

Essa estratégia pressupõe pelo menos que: a) os adversários políticos internos não poderiam se aproveitar dessa situação a fim de perpetuar seus interesses; b) as idéias de nacionalismo e patriotismo são de certo modo transcendentais e capazes de sobrepor-se aos interesses dos próprios adversários políticos, em uma situação de emergência política, no sentido Schmittiano. Após os ataques de 11 de Setembro, a reação natural seria, além de uma responsabilização dos envolvidos no plano externo,

uma revisão da própria situação interna norte-americana que poderia ter contribuído com aquela situação inesperada.

Em outras palavras, se os neoconservadores não buscaram responsabilizar, ainda que moralmente seus opositores políticos pela atitude branda em relação aos ataques terroristas ocorridos na década de 1990, o mesmo não se pode dizer sobre seus adversários. Logo após o início da Guerra do Iraque, o partido democrata e a esquerda norte-americana já colhiam frutos políticos do iminente fracasso da empreitada *neocoon*. Apesar de em alguns momentos a leitura de neoconservadores ter deixado clara a característica do embate político que enfrentavam ao longo da guerra fria - de um embate contra a ameaça comunista e do relativismo moral que era detectada na sociedade norte-americana de diversas formas - a busca de um inimigo externo - o fundamentalismo islâmico e seus patrocinadores - deu como resoluto o próprio conflito interno que o neoconservadorismo tanto criticava e buscava solucionar de modo quase transcendental.

Apesar de o neoconservadorismo ter perdido o seu '*fiio da meada*', considera-se que a política empreendida após 11 de Setembro refletia antigas aspirações também de outros atores políticos norte-americanos. A mudança da geração de neoconservadora, da década de 1980 para a década de 1990, foi responsável também por substituir a luta incondicional contra comunismo pela própria idéia da promoção da democracia e dos valores norte-americanos. Nesse sentido, apesar de baseados no mesmo arcabouço teórico e conceitual, os objetivos políticos específicos (a vitória na Guerra Fria e a manutenção da hegemonia norte-americana) de ambos parecem ter sido ineficazes no projeto neoconservador inicial, aquele de combater o relativismo e o '*liberalismo*'.

Apresentando-se como portadores de um liberalismo, da fundação dos Estados Unidos, e do conservadorismo *old school* de Reagan, os neoconservadores foram eficazes em apropriar as heranças positivas do imaginário norte-americano. Como é discutido no capítulo anterior, considerar resolvida a contenda entre o liberalismo e o neoconservadorismo, devido a sua suposta defesa de certos ideais modernos, é um erro. Além disso, o neoconservadorismo pouco pode afirmar que é reaganiano, tanto pela falta de sucesso em relação aos objetivos que propriamente determinou, quanto pela imensidão de realizações que os anos de Reagan deixaram na visão dos norte-

americanos. Reagan parece ter incorporado tudo aquilo que o neoconservadorismo prezaria em um comandante, sua determinação, altivez e pulso firme na condução da política. Ainda que alguns neoconservadores, como Kirkpatrick, tenham participado e influenciado a Administração Reagan, a retomada do legado desse presidente para a contemporaneidade do pensamento neoconservador é apenas um artifício retórico.

Outra conclusão marcante sobre o neoconservadorismo é a definição, por vezes confusa, daquilo que seria a política interna, a política externa, a política internacional e as relações internacionais. Como a própria definição de interesse nacional sugere, é impossível pensar, no neoconservadorismo, que há uma distinção clara entre essas esferas, não necessariamente em relação à existência das mesmas, mas sim em relação às suas características e funções na vida política. A herança filosófica que se resgata para elucidar e criticar o pensamento neoconservador reforça a noção de que o mesmo conflito interno presente na sociedade liberal estaria sendo detectado em maior ou menor medida no plano internacional. As tentativas de implementar um modelo de governança são vistas com restrições, justamente por representarem a neutralização e a equiparação dos Estados em suas demandas, mas não em suas obrigações - um sintoma típico da sociedade liberal de acordo com essa perspectiva.

O *continnum* da política interna e externa presente no pensamento neoconservador revela a preocupação dos efeitos da atuação externa no plano interno, assim como foi capaz de identificar, no plano do realismo, a visão preponderante em política externa norte-americana durante boa parte do século XX, uma versão adaptada das aspirações neutralizantes do liberalismo político moderno. Além das origens intelectuais deste pensamento, a experiência norte-americana durante a Guerra Fria é parte fundamental das conclusões sobre o neoconservadorismo. O exercício da investigação histórica, sob as lentes do neoconservadorismo, mostrou-se frutífero. Os capítulos 2 e 3 mostraram que as novas estratégias políticas adotadas na última década, eram advogadas e buscadas constantemente durante as décadas que antecederam o Governo Bush. A estratégia neoconservadora também é fruto, nesse sentido, do balanço de um século XX, que apesar de vitorioso para os Estados Unidos, teve no período que o sucedeu, uma década de hegemonia, mas também de confronto com outros atores e instituições que no período anterior, haviam sido consideradas antagonistas, como bem resumiu o argumento de Kirkpatrick.

Para Strauss e Schmitt, o problema do liberalismo é o fato de ter esvaziado a diferenciação da categoria política e adotado uma teoria do conhecimento neutra. O neoconservadorismo é tributário da tentativa de restauração do conflito político, nesse termos, que o empreendimento intelectual de Strauss nunca chegou a prever. O exercício político e intelectual de Kristol e outros conservadores buscou ressaltar o conflito que a sociedade liberal parece ter se esquecido, tanto na esfera política, como cultural e econômica.

O modo pelo qual o neoconservadorismo atuou na denúncia do conflito que se impunha, em revistas, no governo, em *think tanks*, demonstra a relevância que o exercício intelectual teria na busca pelo próprio poder. É por isso que o neoconservadorismo se mostrou incansável em sua atuação política, durante tantas décadas. Seguindo o pensamento de Strauss, mesmo que fracassados os objetivos políticos mais específicos na política externa norte-americana, enquanto houver a manutenção do conflito político dentro dessa sociedade, marcado pela distinção de ordem moral, o neoconservadorismo estará cumprindo seu papel restaurador.

O neoconservadorismo é capaz de fornecer agendas de investigação futuras, como na avaliação do impacto do pensamento político do início do século XXI na formulação das relações internacionais, mais especificamente no plano do realismo, e as consequências, algumas já denunciadas por Kristol e Kirkpatrick, de que a política externa, guiada nesses termos, teria resultados indesejados, uma vez que refletiria concepções política e intelectuais incompatíveis com a realidade objetiva.

A complexidade do pensamento neoconservador, tanto em seus balanços históricos e seu conteúdo intelectual, parece ter sido essencial para sua vitalidade e influência ao longo de mais de quatro décadas. Se a perspectiva descrita no parágrafo anterior for considerada verdadeira, a conclusão é a de que a herança intelectual e a experiência histórica se coadunam, em diversos momentos, para atribuir densidade argumentativa e empiria para o projeto neoconservador. Além disso, a aparente derrota e fracasso dos objetivos mais específicos da política externa norte-americana recente, não é suficiente para afirmar que há um réquiem neoconservador sendo tocado.

A recente intervenção na Líbia e as constantes tentativas de intervenção na Síria demonstram o alcance que as idéias advogadas pelo neoconservadorismo adquirem. Se,

num primeiro momento, a exportação da democracia aparecia num horizonte distante, a experiência do Iraque demonstra sua viabilidade material, ainda que os custos políticos sejam altos. Nos casos recentes, há de se matizar essa influência; entretanto, neoconservadores seguiram o coro dos operadores atuais da política externa norte-americana, exigindo uma resposta assertiva, entendida como intervenções, numa das regiões mais conturbadas do mundo.

O conservadorismo político é uma das principais forças políticas nos Estados Unidos, e ainda que o neoconservadorismo tenha se distanciado de uma agenda conservadora mais tradicional em benefício de uma política forte por parte do Estado, a emergência de uma nova política externa influenciada pelo neoconservadorismo é possível. A crítica às Nações Unidas, a necessidade da ação unilateral e uma política externa que reflita as aspirações e a missão norte-americana, são três pontos, ressaltados pelo neoconservadorismo, que podem ser incorporados à agenda política, mesmo dentro de conservadores tradicionais ou de libertários.

Do mesmo modo que o fim da Guerra Fria levou a uma necessidade de reavaliação da estratégia a ser adotada, não haveria motivos para crer que a persuasão neoconservadora, como gostava de afirmar Kristol, não será capaz de se reinventar com o intuito de continuar seu projeto supostamente restaurador. Essa percepção, no entanto, só adquire relevância e coerência colocando a dimensão filosófica e intelectual do neoconservadorismo como um de seus trunfos mais relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DROLET, J. *American Neoconservatism: The Politics and Culture of a Reactionary Idealism*. Columbia University Press, 2011.

DROLET, J. F. *A liberalism betrayed. American neoconservatism and the theory of international relations*. Journal of Political Ideologies. Vol 15, Issue 2, 2010.

DROLET, J. F. *Containing the Kantian revolutions: a theoretical analysis of the neo-conservative critique of global liberal governance*. Review of International Studies (2010), 36, 533–56

DROLET, J. F. *The cryptic cold war realism of Leo Strauss*. *International Politics* Vol. 46, 1, 1–27 2009. pp.1-27

DRURY, S. B. *Leo Strauss and the American Right*. Palgrave Macmillan: London, 1999.

DRURY, S. B. *The Political Ideas of Leo Strauss*. 1st ed. Macmillan: London, 1988.

FINGUERUT, A. *Pensamento Neoconservador e política externa de George W. Bush* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas – PUC-SP/UNESP/UNICAMP, 2008.

FUKUYAMA, F. *The neoconservative moment*. In: ROSEN, G. (org) *The Right War?: The Conservative Debate on Iraq*. Cambridge, 2005. pp. 170-185

HALPER, S. CLARKE, J. *America Alone: the neo-conservatives and the global order*. Cambridge, 2004.

HERNANDEZ, M. Os EUA nas discussões internacionais sobre direitos humanos: a participação norte-americana na Conferência de Viena. Simpósio INEU, São Paulo, 2010.

HUMMEL, D. *Israel and the rise of the neoconservatives, 1960-1976*. MA Dissertation. Colorado State University. 2010

KIRKPATRICK, J. *Dictatorships and Double Standards*. American Enterprise Institute. 1982.

KIRKPATRICK, J. *Legitimacy and Force: National and Internacional Dimensions*. AEI 1988. (II)

- KIRKPATRICK, J. *Legitimacy and Force: Political and Moral Dimensions*. AEI 1988. (I)
- KIRKPATRICK, J. *The Reagan Phenomenon. And other speeches on Foreign Policy*. American Enterprise Institute. 1984.
- KRAUTHAMMER, C. *In Defense of Democratic Realism*. . In: ROSEN, G. (org) *The Right War?: The Conservative Debate on Iraq*. Cambridge, 2005. pp. 186-200
- KELSER, C. *Democracy and the Bush Doctrine*. . In: ROSEN, G. (org) *The Right War?: The Conservative Debate on Iraq*. Cambridge, 2005. pp.222-232
- KRISTOL, I. *Neoconservative. The autobiography of an idea*. Elephant, 1999.
- KRISTOL, I. *Reflecciones de Un Neoconservador*. Basic Books, 1983.
- KRISTOL, I. *The Neoconservative Persuasion*. The Weekly Standard. Aug, 25. Vol 8, No. 47, 2003.
- KRISTOL, W; KAGAN, R *The Right War for the Right Reasons*. In: ROSEN, G. (org) *The Right War?: The Conservative Debate on Iraq*. Cambridge, 2005. pp. 18-35
- KRISTOL, W; KAGAN, R. *Towards a Neo-Reganite Foreign Policy*. Foreign policy magazine. 1996
- KURTH, J. *Iraq: Losing the American Way*. In: : ROSEN, G. (org) *The Right War?: The Conservative Debate on Iraq*. Cambridge, 2005. pp.36-49
- NORTON, A. *Leo Strauss and the politics of American Empire*. Yale University Press, 2004.
- PODHORETZ, N. *World War IV: How it started, what it means, and why we have to win*. . In: ROSEN, G. (org) *The Right War?: The Conservative Debate on Iraq*. Cambridge, 2005. pp. 102-169
- RIBEIRO, R. A. *A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil - Estados Unidos*. Perspectivas - Revista Ciências Sociais - UNESP. V.30. 2006
- SANTOS, Maria Helena de Castro. *Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: doutrinas e o uso da força*. Rev. bras. polít. int., Jul 2010, vol.53, no.1, p.158-191.
- SIMÕES, B. *A recusa teimosa: ensaios sobre o pensamento conservador*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Filosofia. 2010

STRAUSS, L. *Liberalism Ancient & Modern*. The University of Chicago Press, 1995.

STRAUSS, L. *Natural Right and History*. The University of Chicago Press, 1992.

STRAUSS, L. *What Is Political Philosophy? and Other Studies*. The University of Chicago Press, 1988.

TEIXEIRA, C. *Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa*. In: Rev. bras. polít. int., Dez 2007, vol.50, no.2, p.80-96

TEIXEIRA, C. *O Pensamento Neoconservador em Política Externa nos Estados Unidos*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas – PUC-SP/UNESP/UNICAMP, 2007.

WAXMAN, Don. *From Jerusalem to Baghdad? Israel and the War in Iraq*. In: International Studies Perspectives, 1-10. 2009

WILLIAMS, M. *Realism Reconsidered: The Legacy of Hans Morgenthau in International Relations*. Cambridge, 2007.

WILLIAMS, M. *The Realist Tradition And The Limits Of International Relations*. Cambridge, 2005.

WILLIAMS, M. *What is the National Interest: The Neo-Conservative Challenge in IR Theory*. In European Journal of International Relations, vol. 11:3, 2005.

WILLIAMS, M; SCHMIDT, C. *The Bush Doctrine and the Iraq War: Neoconservatives versus Realists*. In: Security Studies, 17:191-220, 2008.